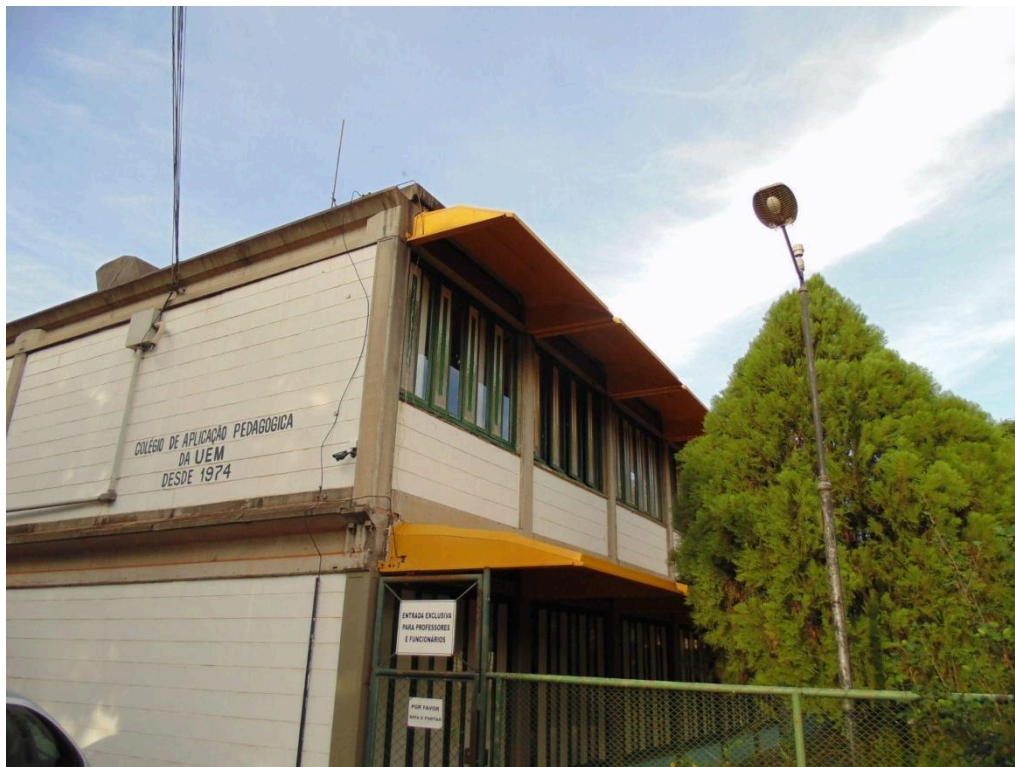


PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO



**Maringá
2025**

Sumário

APRESENTAÇÃO	6
INTRODUÇÃO	7
I IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO	
1.1 Localização e Dependência Administrativa	9
1.2 Aspectos Históricos da Instituição	11
1.3 Condições Físicas e Materiais - Organização do tempo e Espaço	14
1.3.1 Ambientes Pedagógicos	14
1.4 Recursos Humanos	26
1.5 Instâncias Colegiadas	27
1.6 Perfil da Comunidade Escolar	28
II DIAGNÓSTICO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO (ELEMENTOS SITUACIONAIS)	
2.1 Gestão Escolar	29
2.2 Recursos Financeiros	30
2.3 Ensino Aprendizagem	30
2.3.1 Plano de Ação Docente	31
2.3.2 Avaliação	33
2.3.3 Conselho de Classe	35
2.3.4 Registro de Prática Pedagógica	37
2.3.5 Atendimento Educacional Especializado ao Público-alvo da Educação Especial	40
2.3.6 Articulação entre as etapas de ensino	41
2.3.7 Articulação Entre Diretores, Pedagogos, Professores e Demais Profissionais da Educação	43
2.3.8 Articulação da Instituição de Ensino com os Pais e/ou Responsáveis	45
2.3.9 Escola de pais	46
2.4 Formação Continuada dos Profissionais da Educação	49
2.4.1 Acompanhamento e Realização da Hora-Atividade	48
2.4.2 Observação em sala de aula	49
2.4.3 Organização do Tempo e Espaço Pedagógico e Critérios de Organização das Turmas	49
2.4.4 Índices de Aproveitamento Escolar	51
2.4.5 Classificação, Reclassificação e Recuperação	62
2.4.6 Relação Entre Profissionais da Educação e Discentes	69
2.4.7 Estágio obrigatório e não obrigatório	72

III FUNDAMENTOS TEÓRICOS (MARCO ELEMENTOS CONCEITUAIS)

3.1 Proposta de Algumas Reflexões para Subsidiar o Marco Conceitual	78
3.1.1 Diversidade dos Sujeitos Escolares	79
3.1.2 Tecnologia e Educação	80
3.1.3 Cuidar e Educar	80
3.1.4 Escuta ativa	83
3.1.5 Concepção de infância e de adolescência	83
3.1.6 Educação em Direitos Humanos	84
3.1.7 Educação Ambiental	85
3.2 Estágio Obrigatório e Não obrigatório - Instrução Normativa 28/2010 SUED/SEED	86
3.3 Violências e Uso de Álcool e Outras Drogas em Âmbito Escolar	88
3.4 Currículo e Conhecimento	89
3.4.1 Ensino Fundamental	90
3.4.2 Novo Ensino Médio	90
3.4.3 Educação Especial	94

IV PLANEJAMENTO (ELEMENTOS OPERACIONAIS)

4.1 Plano de Ação	115
4.1.1 Calendário Escolar	115
4.1.2 Acompanhamento da Hora atividade	116
4.1.3 O Programa Aluno Monitor	117
4.2 Ações Didático-Pedagógicas	118
4.2.1 Programa de Recomposição de Aprendizagem	119
4.2.2 BRIGADA ESCOLAR	120
4.2.3 Equipe multidisciplinar	124
4.2.4 Paraná Faz Ciências	126
4.2.5 Justiça Restaurativa	127
4.2.6 Plano Contra Violência - Bullying	129
4.2.7 Setor de Estágios e Projeter	136
4.2.8 Projeto de Educação Física	145
4.2.9 Projeto Horta do Saber	146
4.2.10 Projeto “Meninas na Ciências Exatas”	147
4.2.11 Projeto por uma Educação não Violenta	148
4.2.12 Projeto de viagem	149

4.3 Ações Referentes à Flexibilização Curricular	151
4.3.1 Flexibilização Curricular na Educação Especial	152
4.4 Proposta Pedagógica Curricular	153
4.4.1 Proposta Pedagógica Curricular(PPC)	153
4.4.2 Proposta Pedagógica Curricular – Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao5º ano)	156
4.4.3 ARTE	155
4.4.4 CIÊNCIAS	156
4.4.5 EDUCAÇÃO FÍSICA	156
4.4.6 ENSINO RELIGIOSO	156
4.4.7 GEOGRAFIA	156
4.4.8 HISTÓRIA	156
4.4.9 LÍNGUA PORTUGUESA	156
4.4.10 MATEMÁTICA	156
4.4.11 LÍNGUA INGLESA	156
4.5 Proposta Pedagógica Curricular – Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano)	156
4.5.1 Área de Linguagens e sua Tecnologias	157
4.5.2 Área de Ciências Humanas Sociais e Aplicadas	157
4.5.3 Área de Matemática e suas Tecnologias	157
4.5.4 Área de Ciência da Natureza e suas Tecnologias	157
4.5.5 Pensamento Computacional (Parte Diversificada) 8º e 9º Anos EF	158
4.6 Proposta Pedagógica do Novo Ensino Médio	158
4.6.1 FORMAÇÃO GERAL BÁSICA	158
4.6.2 Parte Flexível Obrigatória	159
4.6.3 ITINERÁRIOS FORMATIVOS INTEGRADOS	159
Referências	161

APRESENTAÇÃO

O Projeto Político-Pedagógico – PPP - surgiu no Brasil, no final da década de 80, como uma reação ao longo período de “ditadura político-educacional” que vivia o país. Foi na Constituição de 1988 que se concretizou a luta pela gestão democrática da escola pública, que apareceu em reação à política de centralização. Outro fator que ajudou foi o fato de a escola estar passando, nessa época, por sua primeira grande experiência de diversidade cultural, pois passou a receber populações antes excluídas das escolas públicas.

O Projeto Político-Pedagógico é a identidade da escola, sua “Constituição”. Ele é político porque é um compromisso social, já que se compromete com a formação do cidadão para um tipo de sociedade que se deseja. É pedagógico porque representa o conjunto de procedimentos, atividades, processos e características de desempenho voltadas à aprendizagem dos alunos e sua formação humana.

O Colégio de Aplicação Pedagógica da Universidade Estadual de Maringá – CAP/UEM foi criado em 29 de maio de 1974, e historicamente, elabora seu Projeto Político-Pedagógico, desde os anos 1990.

Como documento norteador das ações no âmbito escolar, o Projeto Político Pedagógico do CAP/UEM passa por adequações sempre que o mantenedor solicita, mas também, quando ocorrem alterações nas ações e intenções de caráter educativo.

INTRODUÇÃO

O Projeto Político-Pedagógico do CAP/UEM atende a Legislação vigente no que se refere à gestão democrática da escola, presente na Constituição Federal de 1988, Art. 206, inciso VI, que estabelece o princípio da gestão democrática do ensino público na forma da lei (BRASIL, 1988).

A Lei de Diretrizes e Base da Educação nº 9.394/1996, nos Art. 12, 13 e 14, estabelece a determinação da elaboração e execução da proposta pedagógica das escolas e o envolvimento dos docentes na participação neste processo de construção do documento. Neste sentido, o CAP/UEM promove a participação de toda comunidade envolvida nas decisões que requerem alterações no documento.

O Colégio de Aplicação Pedagógica da Universidade Estadual de Maringá – CAP/UEM foi criado em 29 de maio de 1974, com publicação em Diário Oficial no dia 31/05/1974. A denominação inicial foi de “Centro Estadual de Aplicação Pedagógica de 1º grau, da Universidade Estadual de Maringá”.

No que se refere à autonomia da Universidade, como autarquia (Lei Estadual n. 9663 de 16/07/91), é importante considerar sua estrutura administrativa e o modelo de departamentos coordenados por Centros. Porque dessa estrutura advém a possibilidade da manutenção dos princípios e finalidades das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

À Universidade Estadual de Maringá, dada sua condição de autarquia e consequente autonomia, implantada a partir de 1999, cabe garantir sua condição de autossuficiência, para executar de forma descentralizada as atividades de que lhe são específicas. Tanto a autarquia, como a autonomia e autossuficiência administrativa são, portanto, condições não dadas para sempre, mas produtos de trabalhos e lutas contínuas. É com esta perspectiva que deve ser considerado o processo de criação e manutenção do Colégio de Aplicação Pedagógica da UEM (CAP/UEM).

Na instância administrativa da UEM, o Colégio de Aplicação Pedagógica é órgão suplementar ligado à Pró-Reitoria de Ensino – PEN, nos termos do inciso VII do Art.36 do Estatuto da UEM. Isto significa uma subordinação essencialmente pedagógica à Universidade e seus princípios e finalidades.

É preciso ressaltar a importância do Colégio de Aplicação na UEM, uma vez que todas as licenciaturas e demais cursos da Universidade contam com este espaço de extensão dos trabalhos realizados.

Com relação ao processo formativo do acadêmico das diferentes licenciaturas, por exemplo, a existência do Colégio de Aplicação da UEM (CAP/UEM) representa a materialização de que a Universidade se preocupa com a formação humana na perspectiva de um ensino universal, gratuito e laico. Por isso, impõe-se a exigência de sua existência nos parâmetros da autarquia e autonomia, já conquistadas pela Universidade.

Ressalta-se que o nome dado ao colégio, vem acompanhado da legalidade de seu pertencimento a esta Universidade, como órgão suplementar da UEM, subordinado à PEN. Hoje tem por nome Colégio de Aplicação Pedagógica da Universidade Estadual de Maringá – **Ensino Fundamental e Médio**, mais conhecido por Colégio da UEM.

I IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO

1.1 Localização e Dependência Administrativa

O Colégio de Aplicação Pedagógica da Universidade Estadual de Maringá – Ensino Fundamental e Médio está situado na Rua Profº Itamar Orlando Soares, 488 Blocos T11, T12, T13, T14, Câmpus Universitário, Jardim Universitário, na cidade de Maringá, no Estado do Paraná.

Site - SEED: www.mgauemaplicacao.seed.pr.gov.br

Site - UEM: www.cap.uem.br

E-mail: mgauemaplicacao@seed.pr.gov.br



Quanto à dependência administrativa, o Colégio de Aplicação Pedagógica da UEM está vinculado à Pró-Reitoria de Ensino (PEN) e a Secretaria da Educação e do Esporte – SEED, parceria celebrada pela renovação do Convênio, Termo de Cooperação Técnica Nº 201900002-SEED-UEM, publicado no Diário oficial de 13/01/2020, Nº da Edição do Diário: 10603, pertencendo ao Núcleo Regional de Educação de Maringá - NRE. O mantenedor é o Governo do Estado do Paraná.

Quadro 1: Dados de identificação das instituições de ensino no PPP

Instituição de Ensino: Colégio de Aplicação Pedagógica da Universidade Estadual de Maringá da Universidade Estadual de Maringá
Código da Instituição: 00077
Endereço: Rua Itamar Orlando Soares, Professor, nº 488, Blocos T11, T12, T13, T14, Câmpus Universitário.
Jardim Universitário
CEP: 87020-900
Município: Maringá

Quadro 2: Dados de Estabelecimento de Ensino

NRE: Maringá (Código 1530)
Código do NRE: 19
Código do INEP: 41024419
Dependência Administrativa: (X) Estadual (X) Conveniada
Localização: Urbana
Oferta de Ensino: (X) Ensino Fundamental Anos Iniciais (X) Ensino Fundamental Anos Finais (X) Ensino Médio
Ato de autorização da instituição:
Resolução nº DEC 5537 D.O.E. de 30/05/1974 **Ato de reconhecimento da instituição:**
Resolução nº 2831 D.O.E. de 30/12/1981
Parecer do NRE de aprovação do Regimento Escolar - nº 039/2011
PARECER Nº 062/2011
RESOLUÇÃO Nº 3011/2011
ATO Nº 39 DE 21/03/2011
ENTIDADE MANTENEDORA: Governo do Estado do Paraná **SEED/CET-UEM**

Quadro 3: Quanto ao horário de funcionamento do estabelecimento, para atendimento ao público em geral, está definido no quadro abaixo:

Horário de Funcionamento

PERÍODO	INÍCIO	TÉRMINO
MANHÃ	7h 15min.	12h 30min.
TARDE	13h 25min.	17h 55min.

Número de alunos por segmento no ano de 2025.

[Sere_turmas 2025.pdf](#)

1.2 Aspectos Históricos da Instituição

Em 1974, através do Decreto nº 5.537/74, de 29 de maio, o Governador do Estado do Paraná, Emílio Gomes, cria e autoriza o funcionamento progressivo do Centro Estadual de Aplicação Pedagógica de 1º grau da Universidade Estadual de Maringá. Tal Decreto visava o atendimento ao Decreto-Lei nº 9053, de 12 de março de 1946, do Presidente da República, Eurico Gaspar. Dutra, visando à prática docente dos alunos matriculados nos cursos de Didática.

Nessa perspectiva, estabelecem-se as seguintes finalidades ao referido Centro de Aplicação Pedagógica: servir como laboratório de investigação, testagem e experimentação de técnicas pedagógicas; servir como centro inovador e catalisador do processo de inovação pedagógica; prestar serviços à comunidade relacionados a sua finalidade é servir como campo de estágios preferencialmente para os cursos de Licenciatura da Universidade Estadual de Maringá.

Em 1975, com a promulgação do Decreto Estadual nº 532/75 que aprova em caráter definitivo o Estatuto da Fundação Universidade Estadual de Maringá, o Centro Estadual de Aplicação Pedagógica de 1º grau - CEAP, passa a ser órgão complementar da Universidade.

Em 1978, através da Resolução nº 1083/78, o Centro Estadual de Aplicação Pedagógica de 1º Grau, passa a ser também denominado Escola Oberon Floriano Dittert – Ensino de 1º Grau. Em 1981, através da Resolução nº 2831/81 de 30/11/81, a SEED emite o reconhecimento do curso de 1º Grau da Escola Oberon Floriano Dittert – Ensino de 1º Grau, do município de Maringá. Em maio de 1983, através da Resolução

1635/83 a denominação da Escola é alterada para Escola Estadual Oberon Floriano Dittert – Ensino de 1º Grau.

Em 10 de setembro de 1984, foi firmado convênio entre a Secretaria Estadual de Educação, assinado pela Secretária de Estado da Educação, Gilda Poli Rocha Loures e a Universidade Estadual de Maringá, assinado pelo Reitor Paulo Roberto Pereira de Souza, com as finalidades de efetivar a autonomia pedagógica da Escola como Centro de Aplicação Pedagógica e garantir à instituição um tratamento diferenciado das demais escolas da Rede Pública.

Em 1988, o Decreto 2545/88 instituiu o Ciclo Básico de Alfabetização nas escolas de 1º grau da Rede Estadual de Ensino, reunindo a 1ª e 2ª séries do 1º grau, sendo implantado na Escola com apoio na Resolução 744/88.

Na década de 1990, a Instituição de Ensino ofereceu a modalidade de ensino de Educação Infantil, com turmas de Pré III, sendo cessada a oferta dessa modalidade de ensino na década seguinte.

Em 1994, apoiada pela Resolução 6342/93, de 29 de novembro de 1993, a Instituição de Ensino implantou o Ciclo Básico de Alfabetização de quatro anos, atendendo às necessidades de continuidade de reorganização da escola pública, iniciada em 1988 com o Ciclo Básico de Alfabetização.

Por meio da Resolução nº 6422/94 de 27 de dezembro de 1994 a Instituição de Ensino implantou o ensino de 2º Grau Regular, com a habilitação de Auxiliar de Enfermagem. O reconhecimento deste curso se deu com a Resolução nº 3722/99, de 08 de outubro de 1999, sendo cessado gradativamente, através da Resolução 3163/2001, de 18 de outubro de 2001.

Em 1995, pela Resolução nº 3891/95 de 06 de outubro de 1995, a SEED autorizou a implantação gradativa do Ensino Regular – Educação Geral – Preparação Universal. O reconhecimento do curso ocorreu através da Resolução nº 4147/99 de 06 de dezembro de 1999.

Em 1995, por meio da Resolução nº 3367/95, a Escola Estadual Oberon Floriano Dittert passou a denominar-se Colégio Estadual Oberon Floriano Dittert – Ensino de 1º e 2º graus. Em 1996, em função da aprovação da Lei de Diretrizes e

Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, a Instituição de Ensino passou a denominar-se Colégio Estadual Oberon Floriano Dittert – Ensino Fundamental e Médio.

Em 28 de maio de 2004, com a Resolução nº 1962/04, a Secretaria de Estado da Educação aprova a alteração da denominação do Colégio Estadual Oberon Floriano Dittert – Ensino Fundamental e Médio para Colégio de Aplicação Pedagógica da Universidade Estadual de Maringá – Ensino Fundamental e Médio.

Em 2009, com o processo de Municipalização dessa etapa de ensino, o atendimento aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, funcionou com professoras cedidas pela Secretaria de Educação Municipal de Maringá. Em 2010, não contou com essa parceria, ficando a cargo da Universidade Estadual de Maringá viabilizar os recursos humanos necessários para a docência das turmas, o que ocorreu com auxílio do serviço de monitoria. Em 2011, o Secretário da Educação do Estado do Paraná, Senhor Flávio Arns, sensibilizado com a situação do Colégio de Aplicação Pedagógica da UEM, iniciou um processo de parceria com o Estado do Paraná para suprimento do quadro de professores necessários ao funcionamento das turmas.

Dentro dessa lógica, em 2013, foi assinado um novo convênio entre a UEM e a Secretaria de Estado da Educação para a manutenção do Colégio de Aplicação Pedagógica da UEM, ficando assim regulamentado o funcionamento de turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental até o final do Ensino Médio, por cinco anos. Em 2017 iniciou-se o processo de renovação do convênio entre UEM e SEED, o qual foi finalizado e aprovado no final de 2019, e publicado do Diário Oficial nº 10603, de 13 de janeiro de 2020, sob o Termo de Cooperação Técnica nº 201900002-SEED-UEM.

A forma de escolha da equipe diretiva do Colégio de Aplicação Pedagógica da UEM deu-se desde a criação da Instituição de Ensino por meio de indicação do Conselho Diretor do Colégio ou da Reitoria da UEM. Ao longo dos anos de 2011 e 2012, diversas discussões internas desembocaram na promulgação, em 2012, da Resolução nº 025/2012, do Conselho de Ensino e Pesquisa da UEM, normatizando o processo de escolha da equipe de direção. Sendo assim, a equipe de direção passou a ser escolhida pelo voto direto pela comunidade da Instituição de Ensino, para um mandato de dois anos, podendo haver uma recondução, nos mesmos moldes da lógica do processo de

escolha dos chefes de departamento da UEM. A formação desta equipe, de diretor-geral e duas direções auxiliares, é compartilhada entre a UEM e a SEED. Em maio de 2013, foi eleita a primeira equipe pelo voto direto. Desde então a Instituição realiza eleição seguindo a Resolução nº 009/2025-CEP.

[Resolução 009_2025-CEP.pdf](#)

O Colégio de Aplicação Pedagógica da UEM é uma instituição de ensino que oferta as etapas da Educação Básica de nível Fundamental e Médio. Atende a modalidade da Educação Especial, com salas de recursos específicas conforme a necessidade educacional dos alunos. No período matutino atende as turmas do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio. No período vespertino, as turmas do Fundamental I e II. O número de alunos atendidos é de aproximadamente 1080 alunos no ensino regular e aproximadamente 540 alunos nos programas educacionais especializados: Programa Esporte Cidadão Unilever de Voleibol (vôlei em rede), Salas de Recursos Multifuncionais – Tipo I, para alunos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, Salas de Recursos Multifuncionais para Altas Habilidades/Superdotação, Aulas Especializadas de Treinamento Esportivo - Vôlei em Rede e o Projeto Faz Ciência.

1.3 Condições Físicas e Materiais – Organização do tempo e espaço.

A estrutura física do colégio ocupa uma área livre de 16.224,51 m², com 4.419,19 m² de área construída. As instalações e os recursos estão assim distribuídos:

1.3.1 Ambientes Pedagógicos

Salas de Aula

Em funcionamento são 21 (vinte e uma) utilizadas no período da manhã e tarde pelos alunos matriculados no estabelecimento, tanto para aplicação das aulas no turno

em que o aluno for matriculado, quanto para aulas de contraturno, serviço de monitoria e programas encaminhados pela universidade. Todas as salas possuem sistema de câmeras de segurança (circuito interno), controladas por uma central localizada dentro do colégio.

Laboratórios de Informática

Atende alunos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental ao Ensino Médio, para desenvolvimento de atividades orientadas e elaboradas pelos professores durante o período de aula; alunos em período de contraturno para pesquisa e elaboração de trabalhos escolares; docentes e equipe pedagógica para elaboração de material didático, pedagógico e organizacional; técnicos administrativos e pedagógicos para elaboração, edição e criação de material de expediente administrativo e financeiro inerentes à gestão escolar; oferece cursos, orientações e aulas de várias áreas de conhecimento a comunidade escolar e acadêmica.

O horário de atendimento do Laboratório é das 7h30min até 11h50min e das 13h30min às 18h00min.

Laboratório de Ciências Físicas, Químicas e Biológicas

Constitui espaço de aprendizagem que oportuniza aos alunos da Educação Infantil ao Ensino Médio, o exercício prático dos métodos experimentais.

Salas de Contraturno

Tem por finalidade, o atendimento aos alunos nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, com o objetivo de trabalhar as dificuldades referentes à aquisição dos conteúdos de oralidade, leitura, escrita, bem como às formas espaciais e quantidades nas suas operações básicas e elementares (em funcionamento no Bloco T11). Atende alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental.

Auditório

É utilizado por toda comunidade escolar e também acadêmica da UEM. As atividades realizadas nesse espaço são devidamente agendadas e analisadas para que não interfiram nos objetivos da escola. Os professores utilizam esse espaço para apresentações e reproduções cinematográficas conforme necessidade curricular.

Bloco TQ1 – Arena (Anfiteatro ao ar livre)

Localizado no pátio do colégio, o anfiteatro possui arquibancada que acomoda aproximadamente 150 pessoas, ocupando uma área total de 133,60m². O palco tem uma área de 50,24m² com forma circular, o que facilita a visualização por parte de todos. Esta arena é utilizada para apresentações culturais e por muitos professores para aulas ao ar livre.

Bloco T11 – Educação

Ensino Fundamental I e II

Sala de Acompanhamento Pedagógico do Ensino Fundamental - Anos Finais (Manhã) e dos Anos Iniciais (Tarde)

Utilizada pelas coordenações pedagógicas do Ensino Fundamental - Anos Finais (7º ao 9º ano) no período da manhã, e dos Anos Iniciais (1º ao 4º ano) no período da tarde. Ocupa uma área de 24 m².

Sala de Jogos e Materiais Didáticos Pedagógicos

Espaço destinado ao condicionamento de jogos pedagógicos, que são utilizados nas aulas do primeiro ao quinto ano, nas várias disciplinas.

Sala dos Professores

Espaço destinado aos professores, esta sala ocupa uma área total de 26,55 m² e atende aos professores que trabalham neste bloco. É arejada e aconchegante

Sala de Coordenação de Planejamento

Espaço utilizado pela coordenação de planejamento dos anos iniciais do Ensino Fundamental para desenvolvimento do trabalho pedagógico diário.

Salas de Aula

São nove salas de aulas, ocupando uma área, aproximadamente, de 45 m². Todas as salas possuem ar-condicionado e circuito interno de câmeras de vigilância, controladas por central localizada no colégio.

Banheiros Masculinos e Femininos para uso dos Professores

Os professores que ministram aulas no Bloco T11 contam com banheiros: masculino e feminino, ocupando uma área de 2,52 m², e atendem funcionários e professores.

Banheiros Masculinos e Femininos para Uso dos Alunos

Os banheiros construídos para atendimento aos alunos deste bloco possuem quatro sanitários cada e área de 23,40 m².

Bloco T12 - Ginásio Coberto

Bloco que tem grande destaque em todo conjunto arquitetônico do CAP, o Ginásio coberto possui uma quadra de 777,80m² (B1) e uma arquibancada com capacidade para 250 pessoas aproximadamente, ocupando uma área de 121 m². Ainda dentro deste bloco, ao fundo, dois vestiários, um feminino e outro masculino, ocupando cada um, uma área de 12,50 m² (B3 e B4); duas salas de coordenações ocupando aproximadamente 25 m² (B5 e B6), dois banheiros utilizados pelos professores (B7), ocupando uma área de 4,68 m² e quatro depósitos de materiais esportivos (B), um em cada canto do ginásio, ocupando uma área total de 31,62 m². O Ginásio do colégio além de abrigar aulas de Educação Física é utilizado para o desenvolvimento de projetos esportivos SEED/UEM, atividades recreativas e culturais.

Pátio Descoberto

Conta com três mesas de concreto com pintura e demarcações para que os alunos possam jogar ping pong durante os intervalos, com bancos espalhados para o conforto dos alunos e funcionários do CAP.

Guarita

O colégio tem serviço de vigilância 24 horas, sendo que os agentes de segurança se revezam em 03 (turnos): manhã, tarde e noite.

Estacionamento

O estacionamento do colégio é para uso dos professores e funcionários. A área é de aproximadamente 900 m² e acomoda (25) vinte e cinco carros, sendo uma vaga para deficientes, uma vaga para idoso e vaga reservada para carga e descarga,

Bloco T13 – Capacitação/Alimentação/Educação Escolar/Gestão

Refeitório

O refeitório utilizado para servir a merenda aos alunos do colégio localiza-se no bloco T13, com uma área de 137,50m². Agregado ao espaço do refeitório tem uma cozinha, bem equipada, ocupando uma área de 58,93m² e um depósito para acondicionar os alimentos, ocupando uma área de 10,94m². Este espaço atende também o desenvolvimento do planejamento das aulas, quando necessário. Os alunos realizam vivências da culinária, presente nos conteúdos, juntamente com seus professores. Os professores das disciplinas de Línguas Estrangeiras Modernas também utilizam o espaço para produção de pratos típicos como atividade enriquecedora dos conteúdos ministrados.

Laboratório de Informática

O laboratório de informática iniciou com o Projeto de Inclusão Digital do Governo do Estado do Paraná, assim denominado Paraná Digital, doravante PRD, ocupa uma área de 46,86m² localizada no bloco T13. A finalidade do Laboratório é o auxílio a professores e alunos no desenvolvimento e enriquecimento de atividades de sala de aula através do computador. É utilizado para diversas atividades em aulas especiais que exigem o uso de computadores e em pesquisas de diversos tipos. Os equipamentos desse Laboratório foram fornecidos inicialmente pelo Projeto PRD/SEED. Em 2018, por meio da Pró-reitora de Ensino da Universidade Estadual de Maringá os equipamentos de laboratório foram substituídos, fato este que proporcionou melhor desempenho dos alunos no uso das tecnologias.

Em novembro de 2017 foi instituída pelo governo federal a Educação Conectada por meio do [Decreto nº 9.204](#), de 23 de novembro de 2017, da [Resolução nº 9](#) de 13 de abril de 2018 e normatizado pela [Portaria nº 1.602](#), de 28 de dezembro de 2017. Em 2018 professores e equipe diretiva passaram por formação com o intuito de aprimorar o uso de tecnologias digitais na Educação Básica e proporcionar aos alunos o

contato com as novas tecnologias educacionais. Em 2019, o colégio recebeu vinte e dois netbooks para uso de professores e alunos, em 2024 a escola recebeu 35 tablets e 47 Chromebook para serem utilizados em sala de aula, além de receber por meio da Pró-Reitoria de Ensino da Universidade Estadual de Maringá 30 computadores.

Laboratório de Ciências

Um dos objetivos das aulas no laboratório, dentro do contexto das ciências, é o de oportunizar aos alunos o exercício prático dos métodos experimentais. É muito utilizado pelos professores para enriquecerem suas aulas e também por estagiários na realização de oficinas para os alunos do CAP. Localizado no bloco T13, ocupando uma área de 60,68m², possui disposição ideal para atender às suas finalidades.

Sala dos Professores

Ocupando uma área de aproximadamente 24,97m², é utilizada pelos professores antes do início das aulas, durante o horário de intervalo e durante uma aula e outra. É um ambiente agradável onde Professores, Equipe Pedagógica e de Direção se encontram em momentos de descanso das atividades laborais. Nesta sala encontram-se dois banheiros, ocupando uma área de 4,68m² que são utilizados pelos professores do colégio.

Sala da Direção e Vice direção

Localizada no pavimento térreo do colégio, é uma sala destinada à equipe de direção, diretores e vice-diretores. Essa sala é mobiliada com escrivaninhas, armários, computadores e materiais de uso da própria direção. Relacionada diretamente com a direção do colégio, existe a sala responsável pela documentação, ambas atuam em conjunto. Está localizada entre a sala de coordenação de projetos e a sala de direção.

Menor que as demais salas, ela apresenta apenas uma mesa, armário e computador.

Sala da Coordenação de Projetos, Estágios e Monitoria

A sala acomoda a Coordenação de Projetos, Estágios e de Monitoria. Localiza-se no pavimento térreo do bloco T13, ocupando uma área de 44,34m². Este setor é destinado ao acompanhamento e gerenciamento dos estágios de graduação, das diferentes licenciaturas da universidade. O estágio de graduação tem o objetivo de possibilitar aos alunos das licenciaturas a vivência do ambiente escolar da educação básica. Nesta coordenadoria, vinculada à Pró-Reitoria de Ensino da Universidade Estadual de Maringá, ocorre também o acompanhamento dos projetos desenvolvidos pelos professores da UEM, alunos de graduação, mestrado e doutorado da instituição. O PIBID e o PIBIC-EM são programas desenvolvidos no colégio, também com acompanhamento desta coordenadoria. Os alunos da universidade (ou não), que trabalham no colégio como estagiários remunerados (monitores), são coordenados também por este setor.

Banheiros/Vestiário dos Alunos

Ainda no bloco T13, encontram-se os banheiros e vestiários dos alunos, tanto o masculino quanto o feminino, ocupando aproximadamente uma área de 45m².

Almoxarifado

Situado no andar superior do bloco T13, ocupando uma área de 11,39m², o almoxarifado é o setor responsável em acondicionar, distribuir e controlar os materiais necessários à manutenção do colégio (material de expediente, limpeza, achados e perdidos).

Vestiários de Funcionários: Feminino e Masculino

Espaço destinado aos funcionários para guardar seus pertences. Cada vestiário ocupa 15,62m² de área.

Quadra Aberta

A quadra aberta oficial do Colégio de Aplicação Pedagógica da UEM é um espaço versátil e essencial para a comunidade escolar, oferecendo infraestrutura para atividades físicas, esportivas e recreativas. Localizada em área central da instituição, é amplamente utilizada por alunos da Educação Infantil ao Ensino Médio. Piso com pintura emborrachada: a superfície recebeu pintura especial emborrachada, que garante maior aderência e segurança na prática esportiva, além de oferecer absorção de impacto, reduzindo riscos de lesões por escorregões ou quedas. Essa pintura contribui também para um acabamento visual mais moderno e acolhedor. Demarcações oficiais: a quadra possui linhas bem definidas para práticas diversas, como futsal, handebol, basquete e vôlei, facilitando o uso didático em aulas de Educação Física, torneios internos e eventos esportivos. Uso presencial e pedagógico: servindo como cenário para aulas, projetos extracurriculares, eventos culturais e atividades colaborativas, a quadra promove competências cognitivas, sociais e motoras. Ambiente aberto sem cobertura, o que permite o uso em contato direto com a luz natural e o clima local, mas exige cuidados em dias de chuva. Boa acessibilidade e circulação, com áreas integrais e cercadas que propiciam fácil acesso e segurança para os alunos.

Pátio Coberto

Mede aproximadamente 172m². Nele foram colocados bancos de concreto com algumas mesas para tornar o espaço ainda mais aconchegante para os alunos e servidores do CAP.

Banheiro dos Funcionários e Pessoas com Necessidades Especiais

Ainda no pavimento térreo do bloco T13, localiza-se o banheiro dos funcionários. Esse banheiro atende também pessoas portadoras de necessidades especiais e ocupa uma área de 6,25m².

Elevador para Pessoas com Necessidades Especiais

Localizado no bloco T13, o elevador está ao lado do banheiro para pessoas com necessidades especiais. Encontra-se em plenas condições de uso, e sua manutenção é feita por empresa licitada pela UEM.

Bloco T13 - Educação Escolar (pavimento superior)

Salas de Aula

São doze salas, todas com ar-condicionado e câmera de vigilância em circuito fechado, ocupando cada uma delas aproximadamente 42 m².

Utilizada pelas coordenações pedagógicas do Ensino Médio no período da manhã, dos anos iniciais (do 4º ao 5º ano) e dos 6º aos 7º anos, no período da tarde. Ocupa uma área de 24 m².

Bloco T14

Secretaria Escolar

A secretaria, órgão responsável pelo serviço de escrituração escolar e correspondência do estabelecimento, localiza-se no pavimento térreo deste bloco, ocupando uma área de cerca de 70m².

Auditório

Atende os eventos do colégio, palestras, cursos, reuniões. Ocupa uma área total de aproximadamente 150m², incluindo o palco, o camarim e o depósito. É um espaço que comporta em média cento e cinquenta pessoas.

Sanitários do Auditório

Para atender os usuários do Auditório, encontra-se no corredor de acesso a estas salas, dois sanitários sendo um masculino e outro feminino com 9,37m² de área total.

Laboratório de Informática

Atende alunos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental ao Ensino Médio, para desenvolvimento de atividades orientadas e elaboradas pelos professores durante o período de aula; alunos em período de contraturno para pesquisa e elaboração de trabalhos escolares; docentes e equipe pedagógica para elaboração de material didático, pedagógico e organizacional; técnicos administrativos e pedagógicos para elaboração, edição e criação de material de expediente administrativo e financeiro inerentes à gestão escolar; oferece cursos, orientações e aulas de várias áreas de conhecimento a comunidade escolar e acadêmica.

O horário de atendimento do Laboratório é das 7h30min até 11h50min e das 13h30min às 18h00min.

Biblioteca

A biblioteca possui um espaço próprio e ocupa uma área total de 184,36 m². A área central da biblioteca é espaçosa e permite o trânsito livre entre as estantes de livros e as mesas de estudo. A ventilação é boa, pois uma das partes laterais é composta de janelas verticais que vão do teto até o meio da parede. A iluminação natural é permitida por clarabóias e quando insuficiente utilizamos as lâmpadas fluorescentes que são bem distribuídas possibilitando uma iluminação perfeita para a leitura e desenvolvimento de trabalhos. A biblioteca é equipada com materiais didáticos para as diversas áreas de conhecimentos, livros de literatura brasileira, literatura infantil e infanto-juvenil, livros destinados à pesquisa, gibis, revistas e o sistema utilizado para cadastramento do acervo é o Winisis.

Recepção

A sala funciona anexa à secretaria. É a porta de entrada da comunidade interna e externa quando precisam ter acesso ao colégio. A funcionária alocada neste setor faz a triagem e encaminha as pessoas aos demais setores conforme a necessidade. Neste espaço encontram-se em funcionamento duas máquinas de fotocópiar, mantidas pela universidade, assim como uma central de equipamentos diversos. Os equipamentos multimídia são utilizados nas atividades pedagógicas mediante agendamento.

Bicicletário Coberto

No ano de 2024 o grêmio construiu um bicicletário coberto, para o uso de alunos que vem para a escola de bicicleta/patinete.

[IMG_9682.heic](#)

Salas de Recursos Multifuncionais Tipo I

Constitui uma importante ferramenta pedagógica. Trata-se de um espaço em que ocorre a política de atendimento especializado que compõe uma das alternativas de atendimento educacional especializado aos alunos matriculados no ensino comum da educação básica. Nessas salas, o professor especializado em Educação Especial tem por objetivo propiciar condições para o desenvolvimento cognitivo, motor, social, afetivo e emocional do aluno com deficiência intelectual e transtornos funcionais específicos, por meio de estratégias pedagógicas e intervenções específicas, subsidiando os conceitos e conteúdos defasados no processo de aprendizagem. Os alunos são atendidos em período de contraturno. Cada sala tem o número máximo de vinte alunos. Os grupos de atendimento são organizados levando-se em conta os indicativos levantados na avaliação pedagógica no contexto escolar, considerando os interesses, habilidades e outros fatores que o professor da sala de recursos e os próprios alunos considerem adequados

Arquivo Inativo – Documentação de Alunos e Documentação Geral

O Arquivo Morto destinado à documentação escolar dos alunos, e à documentação escolar se encontra no térreo do bloco T14. Nesse arquivo ficam as pastas com os documentos de ex-alunos. O controle e a organização são feitos através de uma relação com o nome dos alunos e o número da sua respectiva pasta, essa relação encontra-se na Secretaria Escolar do Colégio.

Sala de Hora atividade

Utilizada pelos professores das diferentes áreas do conhecimento, ocupa uma área de 29,87 m². Nela são realizadas atividades inerentes ao preparo de aulas, correção de provas e ao estudo dos professores.

Cantina

Espaço destinado à cantina escolar com 29,87m², esteve em funcionamento de fevereiro de 2015 a dezembro de 2019, funcionando por meio de concessão da UEM, mediante licitação conduzida pelos órgãos competentes da universidade. Retornou ao seu efetivo funcionamento sob a responsabilidade da APMF no ano de 2024.

Liberação da Cantina escolar-Link

<https://drive.google.com/file/d/1urjiezLjDFVdz1iKh45Q6Stm7--ebEM/view?usp=sharing>

1.4. Recursos Humanos

O Colégio de Aplicação Pedagógica da UEM é uma Instituição de Ensino conveniada com a Secretaria de Educação do Estado do Paraná - SEED. Assim, o quadro de pessoal que atua no colégio é composto por profissionais com vínculo na UEM e na SEED.

No Convênio firmado entre as duas instituições, os professores, pedagogos e agentes I e II são disponibilizados pela SEED, conforme a demanda da escola pública da rede estadual, que por sua vez é gerada a partir do número de alunos matriculados na instituição. A UEM disponibiliza alguns profissionais da carreira técnica que compõem o

grupo de trabalho. Dentre eles, o Diretor ou Diretor Auxiliar (RES.nº025/2012-CEP/UEM); o encarregado do Setor de Estágios e Projetos; pedagógicos e técnicos administrativos e operacionais. O programa de Estágio Supervisionado não obrigatório aprovado pela Lei Federal 11.788/2008 e pelo Decreto Estadual 8.654/2010 possibilita ao CAP/UEM um trabalho diferenciado das demais escolas da rede estadual, desenvolvido por acadêmicos de diferentes licenciaturas que atuam com estágio remunerado, auxiliando alunos em diferentes áreas do conhecimento, acompanhando os professores em sala de aula ou em forma de monitorias no período de contraturno. Atualmente, os estagiários são supervisionados pela coordenação de Estágios, Projetos e Monitorias e pelos pedagogos de cada segmento que atuam em sala de aula na ausência dos professores. Uma das finalidades de criação do CAP é atender o estágio obrigatório dos diferentes cursos de graduação da UEM, necessidade reafirmada também pela Lei nº 11.788/2008, que assegura a importância desse ato educativo. A Instituição de Ensino atende estagiários de todas as licenciaturas, durante todo o ano letivo, nas diferentes turmas. Além do estágio obrigatório dos cursos, outros projetos são desenvolvidos nas diferentes áreas de conhecimento, de forma que esses contribuam no processo de ensino aprendizagem, envolvendo a comunidade escolar.

1.5 Instâncias Colegiadas

O Colégio de Aplicação Pedagógica da UEM apresenta em sua organização, órgãos colegiados que objetivam intervir no trabalho pedagógico e administrativo, de forma a garantir a gestão democrática e participativa da comunidade na escola pública. O Conselho Escolar, neste estabelecimento, é denominado de Conselho Diretor, é um órgão colegiado, representativo da Comunidade Escolar, de natureza deliberativa, consultiva, avaliativa e fiscalizadora, sobre a organização e realização do trabalho pedagógico e administrativo da instituição escolar em conformidade com as políticas e diretrizes educacionais da SEED, observando a Constituição, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Estatuto da Criança e do Adolescente, o Projeto Político

Pedagógico e o Regimento Escolar Colégio de Aplicação Pedagógica da UEM para o cumprimento da função social e específica da escola. O Conselho de Classe é um órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa em assuntos didático-pedagógicos, fundamentado no Projeto Político Pedagógico do Colégio de Aplicação Pedagógica da UEM e no Regimento Escolar, com a responsabilidade de analisar as ações educacionais, indicando alternativas que busquem garantir a efetivação do processo de ensino e aprendizagem. A Associação de Pais, Mestres e Funcionários – APMF – é pessoa jurídica de direito privado, com representatividade de pais, mestres e funcionários do estabelecimento, com objetivo de participação ativa na comunidade, dada às necessidades do cotidiano escolar. Sua ação busca aproximar a comunidade ao Projeto Político Pedagógico, dando suporte aos projetos culturais, esportivos e de pesquisa.

Ata de posse Conselho Diretor

[Ata de Posse Conselho Diretor Vigente até nov 2025.pdf](#)

Ata de posse da APMF.

[ATA de POSSE APMF 01-11-2024 15.49.pdf](#)

O Grêmio Estudantil é representado pelos estudantes do estabelecimento de ensino e busca dar legitimidade aos interesses individuais e coletivos dos alunos principalmente no que se refere à cultura literária, artística e desportiva de seus membros.

Ata de posse do Grêmio estudantil.

[Ata Grêmio 2025 CAP.pdf](#)

1.6 Perfil da Comunidade Escolar

A Comunidade escolar do Colégio de Aplicação Pedagógica da UEM é composta por uma população heterogênea, são atendidos alunos de diversas classes sociais, sendo eles filhos de funcionários da Universidade Estadual de Maringá,

trabalhadores de diversas profissões da cidade de Maringá e da região, como de professores (da educação infantil ao nível superior), comerciantes, empresários, funcionários públicos (estaduais, municipais e federais), profissionais autônomos, motoristas, costureiras, vendedores, técnicos administrativos, bancários, técnicos e auxiliares de laboratório, advogados, contadores, dentistas, administradores de empresas, engenheiros civis, agrônomos, agricultores, eletricitas, mecânicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem, policiais, vigias, zeladores/serventes e de outras profissões com menor número de representantes.

Os alunos, na sua maioria, são oriundos do bairro onde está situado o colégio, Jardim Universitário, e de bairros próximos como Vila Esperança, Zona Sete, Jardim Imperial, Cidade Nova e Parque das Grevíleas.

II ELEMENTOS SITUACIONAIS - Diagnóstico

O Colégio de Aplicação Pedagógica da UEM procura articular os princípios filosóficos e sociológicos presentes em seus fundamentos teóricos com objetivo de promover a formação humana dos sujeitos da comunidade escolar, valorizando os aspectos da cultura, respeitando as diferenças de gênero, etnia e credo em busca de uma construção de vínculos e valores que singularizam sua essência. Alguns aspectos que norteiam a organização da instituição:

2.1 Gestão Escolar

A gestão escolar no Colégio de Aplicação Pedagógica da UEM é entendida como um trabalho articulado entre os sujeitos que atuam nas diferentes instâncias da instituição. A equipe de gestão do colégio procura discutir com a comunidade interna e externa os problemas que acontecem no cotidiano, em busca de soluções coletivas. Cada sujeito, nas diferentes instâncias de atuação promove o cumprimento do que se estabelece coletivamente, com objetivo de tratar todos os problemas de forma igualitária, sem preferências ou privilégios. A articulação também se dá ao nível das

instâncias colegiadas do CAP/UEM, como o Conselho Diretor, a APMF e o Grêmio Estudantil, conforme suas áreas de competência. A equipe gestora do Colégio de Aplicação Pedagógica da UEM tem uma especial atenção aos recursos materiais da instituição e sua devida alocação. Nos limites da escola pública, os recursos são aplicados na melhoria dos equipamentos, manutenção do prédio e instalações elétricas, telefônicas e de internet. Porém, os recursos financeiros nunca são suficientes para acompanhar os avanços tecnológicos e conseqüentemente, equipar a escola como alunos e professores merecem para se ter a tão citada qualidade na escola pública. A equipe de direção após análise da estrutura física do colégio define os horários de funcionamento das etapas de ensino, a distribuição e alocação das turmas, do horário das aulas do professor e do horário de trabalho dos servidores, bem como, de gestão, para que o trabalho aconteça a contento. Quando necessárias mudanças de caráter deliberativas, a equipe de gestão apresenta as propostas às instâncias colegiadas do CAP/UEM para deliberação.

2.2 Recursos Financeiros

Quanto aos recursos financeiros, são oriundos de verbas federal, estadual e da APMF. Do Governo Federal, o colégio recebe uma verba anual através do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE. O cálculo do valor é baseado no número de alunos matriculados no Ensino Fundamental. Na esfera estadual, a verba do Fundo Rotativo é repassada ao colégio em 10 parcelas para consumo e quatro parcelas para serviços, com base no número de alunos matriculados, também recebemos da instituição conveniada (UEM), verbas para que seja feita a manutenção da escola. Existindo ainda, a possibilidade de repasses financeiros extraordinários conforme a conjuntura escolar. A APMF gerencia a taxa de contribuição voluntária e outras receitas oriundas de promoções e doações.

[termo de cooperação 2023.pdf](#)

2.3 Ensino–Aprendizagem

A escola entendida como espaço destinado ao processo de ensino aprendizagem compreende aspectos que devem ser considerados como elementos balizadores e referencial básico, os princípios filosóficos, epistemológicos, educacionais e pedagógicos propostos pela legislação vigente.

De acordo com os fundamentos legais, propostos pela Indicação nº 004/99-CEE, a edição da Lei n.º 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, elaborada em consonância com os princípios da Constituição Federal, trouxe profundas mudanças para o Sistema Educacional Brasileiro, tanto em relação à gestão e à organização, quanto à ação educativa, ao consagrar como princípios: a liberdade, a autonomia, a flexibilidade e a democracia.

Segundo ILMA VEIGA (1998),

A autonomia é, pois, questão fundamental numa instituição educativa envolvendo quatro dimensões, relacionadas e articuladas entre si: administrativa, jurídica, financeira e pedagógica. Essas dimensões implicam direitos e deveres e, principalmente, um alto grau de compromisso e responsabilidade de todos os segmentos da comunidade escolar. As diferentes dimensões da autonomia são interdependentes.

A articulação do trabalho do professor com os conhecimentos produzidos historicamente pela humanidade, numa relação dialética com os conteúdos escolares, com mediação do conhecimento, considerando as diferenças dos alunos, suas possibilidades e limitações são elementos fundamentais para promover a apropriação dos saberes escolares pelos alunos. Neste sentido, pode-se citar alguns elementos essenciais para efetivação das propostas de ensino-aprendizagem.

2.3.1 Plano de Trabalho Docente.

Amparado na LDB 9394/96, art. 13, inciso II, o Plano de Trabalho Docente é um documento elaborado pelo professor com o objetivo de organizar o processo de ensino aprendizagem. Ele representa a sistematização do ensino que o professor ministrará

em sala, devendo permear toda a ação docente do professor. Alguns pressupostos são imprescindíveis para a construção do documento. Entre eles: Concepção de sociedade, de escola e de homem; a relação entre teoria e prática pedagógica; e o processo de mediação. O trabalho de formação do professor é fundamental para compreensão de tais pressupostos e a sua prática se fundamenta naquilo que foi construído ao longo de sua carreira, num processo dialético.

Na formação docente, o Colégio de Aplicação Pedagógica da UEM possibilita aos professores reflexões acerca da prática dialética fundamentada nos pressupostos da Pedagogia-Histórico-Crítica, cujo método de investigação e de elaboração do conhecimento científico tem sua base no materialismo histórico-dialético advindo de Marx e na teoria Histórico-Cultural de Vygotsky, para o entendimento da relação do ensino e aprendizagem como processos indissociáveis, os quais concorrem para a formação tanto dos alunos como do professor. Compreender a sociedade que vivemos, a escola que queremos e a formação que podemos dar aos alunos são os primeiros pressupostos para a elaboração do Plano de Ação Docente. Saviani (1991, p.41), afirma que é função da escola, e do professor: “tornar o homem cada vez mais capaz de conhecer os elementos de sua situação para intervir nela transformando-a no sentido de ampliação da liberdade, da comunicação e colaboração entre os homens”. Outro pressuposto importante para pensar o Plano de Trabalho Docente é a mediação necessária para que o aluno aprenda os novos conhecimentos que lhe serão ensinados. Para Saviani (2012), a apropriação dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade não ocorre de forma imediata, mas deriva do processo de mediação, em decorrência das relações das pessoas entre si e com a cultura. Para Saviani (2012), no processo do conhecimento o movimento do pensamento é entendido como movimento dialético, é o que dá forma à compreensão dos processos educativos. Para o autor, esse movimento, como um caminho teórico-metodológico, indica a superação do senso comum pela consciência filosófica. A elaboração do Plano de Ação Docente está respaldada na perspectiva da didática Histórico-Crítica, porém, o trabalho da equipe pedagógica do CAP/UEM procura articular a escrita do documento com a

realidade a ser ensinada em sala de aula, para que este instrumento não represente apenas um documento formal, exigido pela instituição escolar. Os elementos essenciais para a escrita do Plano de Ação Docente são: os conhecimentos prévios do aluno a respeito do conteúdo a ser ensinado; o conteúdo constante nas pautas de avaliação; os objetivos que delimitam o que ensinar acerca do conteúdo elencado; o como será desenvolvido – a instrumentalização; a avaliação ao término do processo de ensino. É a avaliação - catarse que dá ao professor, o parâmetro para avançar no processo de ensino ou retomar o que foi ensinado, num movimento dialético do conhecimento que o aluno tinha e do novo que lhe foi ensinado. Importante salientar que é na instrumentalização que o professor explicita os detalhes de como o conhecimento novo será ensinado, sendo que, quanto mais detalhado, mais próximo de atender o processo formativo dos alunos, no que se refere à apropriação do conhecimento culturalmente construído pelos homens, num processo histórico.

2.3.2 Avaliação

De acordo com o artigo 118 do Regimento Escolar do Colégio de Aplicação Pedagógica da UEM, a avaliação deverá assegurar o acompanhamento do desenvolvimento do aluno, sendo diagnóstica, formativa e final, expressando assim a totalidade do aproveitamento escolar conclusivo de um trimestre e ou ano letivo. Na semana pedagógica, a forma de avaliação é analisada e com base nos problemas evidenciados no ano anterior nova proposta é discutida e analisada pelos participantes, redirecionando as mudanças para o ano letivo que se inicia. Quanto aos instrumentos de avaliação podem ser prova escrita, atividades de aprendizagem e avaliativas (resumos, produção textual, debates, relatórios, seminários e trabalhos mediados pelo professor, realizados individualmente ou em grupos de alunos), que deverão ser distribuídos ao longo do ano. Estas avaliações deverão constar nos planejamentos trimestrais, tanto a descrição da atividade proposta, quanto o conteúdo e objetivo a que se refere. Tais avaliações deverão ser pré-agendadas e registradas em agenda de sala, que é um instrumento organizador para os alunos. O sistema de avaliação do

aproveitamento escolar tem sido alvo de frequentes reflexões e debates nas diferentes instâncias escolares. Ele deve refletir os pressupostos que fundamentam o perfil do educando, do docente, dos objetivos de cada disciplina, da estrutura curricular e das práticas pedagógicas adotadas pelos docentes. A verificação do aproveitamento escolar tem por objetivo identificar o rendimento do educando durante o processo, bem como redirecionar o trabalho pedagógico em prol de aprendizagens cada vez mais consistentes. A adoção dessa concepção de avaliação introduz complexidades, pois não pode se restringir à aferição baseada em testes ou provas. Deve-se mensurar resultados observados no próprio processo de aprendizagem. Para Paro (2001), a avaliação deve abarcar o resultado da apropriação do saber em seu sentido mais amplo, capaz de concorrer para a constituição do educando como sujeito histórico. O sistema de avaliação do Colégio de Aplicação Pedagógica da UEM está estruturado de forma a verificar o aproveitamento do educando, e tem por finalidade observar a relevância à atividade crítica, à capacidade de síntese e à elaboração pessoal do aluno, nos diferentes conteúdos. Na avaliação devem ser considerados os resultados obtidos durante todo o período letivo, num processo contínuo, expressando o desenvolvimento escolar do aluno, tomado na sua melhor forma.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o registro da avaliação ocorre por meio de pautas de avaliação, através de conceito A = Apropriou-se, AP = Apropriou-se parcialmente, CD = Com Dificuldade e CMD = Com Muita Dificuldade. Não há menção de notas nesta etapa de ensino. Os resultados da aprendizagem dos alunos, nas diferentes disciplinas, são registrados trimestralmente, em pautas de avaliação e os dados são transcritos em forma de parecer descritivos. No final de cada ciclo de aprendizagem há possibilidade de retenção de alunos a partir do terceiro e quintos anos (3º e 5º anos). No Ensino Fundamental II e Ensino Médio, os resultados são acompanhados também por meio de pautas de avaliação trimestral e expressos por notas de zero a 10,0 sendo que, a média anual para a aprovação deve ser igual ou superior a 6,0, média essa, estabelecida pelo Conselho Estadual da Educação no Estado do Paraná, com frequência mínima de 75% do total de horas letivas.

De acordo com o artigo nº 122 do Regimento Escolar, a recuperação dos estudos é direito dos alunos, independentemente do nível dos conhecimentos básicos. Os conteúdos são retomados em atividades diversificadas e ainda com o apoio de monitorias, atividades de apoio à aprendizagem, e ainda, avaliações mediadas atendendo as necessidades específicas dos alunos com laudos médicos. Os resultados das avaliações são registrados em documento próprio, a fim de assegurar a autenticidade da vida escolar do aluno. O Colégio de Aplicação Pedagógica da UEM elabora o Guia do Aluno com todas as informações que regulamentam sua vida escolar.

2.3.3 Conselho de Classe

O Conselho de Classe é uma das instâncias responsáveis pela avaliação coletiva do processo de ensino–aprendizagem dos alunos. Tem como objetivo avaliar a prática pedagógica dos professores, bem como, diagnosticar os problemas coletivos e individuais dos alunos. Segundo Dalben (2004) o Conselho de Classe é um órgão colegiado, presente na organização da escola, em que professores das diversas disciplinas, juntamente com os gestores e pedagogos, reúnem-se para discutir, refletir e avaliar o desempenho pedagógico dos alunos em suas turmas. É o único momento em que os professores das turmas têm a oportunidade de discutirem sobre o aproveitamento escolar dos alunos.

O Conselho de Classe representa um momento de constatação, de proposição e de ação, pois permite a análise coletiva dos processos de ensino-aprendizagem que devem resultar em encaminhamentos e ações, sejam de caráter pedagógico externo à sala de aula, via Equipe Pedagógica, sejam de caráter interno à sala de aula, voltados aos procedimentos dos docentes e dos estudantes, considerando ainda as questões individuais e as questões coletivas da turma ou da escola.

Segundo Libâneo (2008), o Conselho de Classe ainda tem como objetivo formular propostas referentes à ação educativa e didática, ampliar a relação com os pais ou responsáveis e alunos e incentivar projetos de investigação.

A organização do Conselho de Classe compreende também uma oportunidade para que todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem possam repensar o trabalho pedagógico. Nesse sentido, o Conselho de Classe torna-se produtor quando organizado a partir de três etapas:

Primeiro, o Pré-Conselho (constatação) - É um espaço de diagnóstico acerca do processo de ensino-aprendizagem, que conta com a participação de docentes e estudantes e permite analisar tanto aspectos positivos, quanto identificar problemas e suas possíveis causas, realizando proposições. Neste momento, a Equipe Pedagógica faz o levantamento de dados que serão tratados na reunião de Conselho de Classe. São dados importantes para contemplar a análise quanto ao trabalho realizado ao longo do período avaliativo, aspectos como: dificuldades ou avanços da turma com relação aos conteúdos; mudanças necessárias quanto aos encaminhamentos metodológicos e recursos didáticos; critérios de avaliação e instrumentos diferenciados em consonância com a metodologia utilizada; apontamento de intervenções pedagógicas que se fizeram necessárias tanto no âmbito coletivo quanto individual. Quanto aos(as) estudantes, é importante promover momentos de avaliação da turma que viabilizem analisar o seu desempenho; levantar necessidades/problemas encontrados; indicar aspectos em que houve avanços; rotina quanto aos hábitos de estudo; participação nas aulas; relação com os docentes e relação dos(as) estudantes entre si; propondo ações que poderão ser adotadas no coletivo.

Num segundo momento, o Conselho de Classe (proposição) – momento da reunião de todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem para, de forma colegiada, se posicionarem frente ao diagnóstico levantado no Pré- conselho, discutindo os dados, avanços, problemas e proposições. Esta análise coletiva é subsídio para a tomada de decisões, com vistas à superação de dificuldades, por meio de encaminhamentos relacionados às metodologias, ações e estratégias que visem à aprendizagem e que levem em conta a efetivação do currículo e as necessidades dos(as) estudantes.

E por último, o Pós-conselho (ação) - refere-se à implementação das decisões tomadas no Conselho de Classe. Existem ações pertinentes à Equipe Pedagógica,

como orientação aos estudantes; orientação ou retorno aos pais ou responsáveis; subsídios aos planejamentos dos docentes, entre outras; ações pertinentes aos docentes, que podem implicar na retomada do Plano de Trabalho Docente (conteúdos, encaminhamentos metodológicos, recursos, critérios e instrumentos de avaliação); na gestão da sala de aula, em encaminhamentos mais específicos e individuais; e ações pertinentes à Equipe Diretiva, dando suporte para as decisões tomadas pelo colegiado. Considerando que o Colégio de Aplicação Pedagógica da UEM está organizado em trimestres, realizamos três Conselhos de Classe no decorrer do ano letivo, em período de contraturno ou aos sábados.

2.3.4 Registros de Prática Pedagógica

Na semana pedagógica do início do ano letivo, a equipe docente retoma a prática do ano anterior e procura redefinir alguns pontos. Contextualiza-se para os novos professores as orientações específicas deste estabelecimento de ensino, como as regras de funcionamento, processo de avaliação, planejamento das aulas e os planos de ensino que são de suas responsabilidades. Os conteúdos que serão trabalhados no ano são divididos por trimestre, assim como a definição dos principais projetos e as sequências didáticas que serão aplicadas para cada turma ou disciplina, constituem partes fundamentais dessa retomada de trabalho. De acordo com a LDB/1996 e DCE são elencados os conteúdos estruturantes e específicos das disciplinas e os objetivos de ensino, no caso do CAP/UEM, objetivos que compõem as pautas de avaliação. Em posse de todos os materiais didáticos explicitados acima, o professor elabora o Plano de Trabalho Docente que deve ser entregue à equipe pedagógica que é responsável em acompanhar o trabalho do professor. Outro fator importante, considerado a base para o desenvolvimento do planejamento anual é o PPP (Projeto Político-Pedagógico) da escola, o qual articula as intenções, estabelece os objetivos e as metas da escola, analisando o contexto e organizando os recursos. O PPP abrange todos os aspectos necessários, tais como: recursos materiais, humanos e financeiros. Também faz parte deste contexto a matriz curricular e as experiências de

cada profissional. O ato de planejar é um processo racional que organiza e coordena a ação docente, articula a atividade escolar e a problemática do contexto social. O plano de ensino deve ser um instrumento de ação similar a um guia de orientações apresentando uma ordem sequencial, objetiva, coerente e flexível. O professor deve revisar e adequar o seu plano no decorrer do ano letivo sempre buscando refletir sobre a sua ação pedagógica. Para que essa reflexão se torne-se possível, faz-se necessário, a utilização de outro instrumento muito importante no ambiente escolar, o registro pedagógico. Para o profissional da educação o registro representa muito mais que um roteiro de aula ou uma simples enumeração de atividades que serão desenvolvidas com a turma. Escrever sobre a prática faz pensar e refletir sobre cada decisão que foi ou que será tomada, permitindo aprimorar o trabalho diário do docente e adequá-lo com frequência às necessidades dos discentes. Através do registro é possível identificar as falhas, observar o desenvolvimento do trabalho pedagógico e as evoluções do grupo. A função do registro e o que revela põe ao professor uma tarefa árdua que exige paciência, dedicação, reflexão e acima de tudo um compromisso com a educação. Os registros tanto em atas solenes, quanto em cadernos de anotações do professor, em cadernos de alunos ou LRCO (livro registro de classe online) são documentos que retratam a vida escolar na sua formalidade e no seu processo cotidiano, que ao sofrerem a análise do pesquisador permitem um entendimento dos processos vividos em cada época da história. Segundo Miguel Zabalza (2004), os registros que cumprem somente as funções burocráticas, limitado as anotações dos temas abordados, as presenças e as faltas dos alunos não representam qualidade no trabalho do professor. Conforme Zabalza (2004) os registros mais interessantes são os que se referem às discussões críticas da turma, apresentam observações sobre o processo de ensino e aprendizagem, reproduzem frases das crianças e reúnem exemplos das produções; portanto são os que permitem construir um conjunto de ações demonstrando à qualidade de ensino: planejar, realizar, documentar, analisar e finalmente replanejar a prática pedagógica. Para elaborar os registros de modo que os mesmos constituam-se como instrumento no processo educacional, faz necessário compreender a função e as especificações de cada documento. Os diários de classe e

o LRCO são os mais comuns, apresentam notas, pautas de observação descrevendo os fatos ocorridos no dia a dia, tem por função apresentar registros de acompanhamento diário das atividades e evolução dos alunos organizados por bimestres ou trimestres. Os portfólios são documentos organizados em pastas com amostras dos trabalhos discentes, basicamente composto por atividades, desenhos, relatórios, fotos ou vídeos. Através do portfólio observa-se a trajetória de cada aluno ou de toda a turma, tornando possível analisar os problemas de ensino que apresentam nas produções e buscar maneiras para a resolução. As anotações ou notas são escritas curtas realizadas na aula, as frases tecem os comentários sobre os alunos, apontam questões referentes a dúvidas do grupo, conteúdos a serem pesquisados, não apresentam profundidade, são somente apontamentos para base de planejamentos futuros. As pautas de observação são tabelas identificando o aluno e os conteúdos didáticos ou atitudinais que serão observados. Propõem o acompanhamento e a evolução da aprendizagem no decorrer do ano. De tempos em tempos são comparadas entre si. O relatório é um documento onde apresenta um breve relato sobre as atividades que foram trabalhadas com a turma durante o período, tem por objetivo apresentar os avanços e desempenho do aluno aos familiares. O registro permite uma diversidade de funções (gravação de áudio, vídeo, produção de trabalhos, registros fotográficos das produções das crianças, projetos) e está a serviço de diferentes propósitos, comunicar, documentar, refletir, organizar, rever, aprofundar. A forma e o conteúdo do registro podem variar conforme suas finalidades. Portanto, através deles o professor acompanha os processos de desenvolvimento obtendo informações sobre as experiências das crianças na instituição escolar.

2.3.5 Atendimento Educacional Especializado ao Público-alvo da Educação Especial

Os alunos com necessidades educacionais especiais têm assegurado na Constituição Federal de 1988, o direito à educação (escolarização) realizada em classes comuns e ao atendimento educacional especializado complementar ou

suplementar à escolarização, que deve ser realizado preferencialmente em salas de recursos na escola onde estejam matriculados, em outra escola, ou em centros de atendimento educacional especializado. Esse direito também está assegurado na LDBEN – Lei nº 9.394/96, no parecer do CNE/CEB nº 17/01, na Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, na Lei nº 10.436/02 e no Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.

O atendimento educacional especializado nas Salas de Recursos Multifuncional, na Educação Básica, é de natureza pedagógica, visando a complementação da escolarização de alunos que apresentam deficiência intelectual, deficiência física neuro motora, transtornos globais do desenvolvimento (autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicose) e transtornos invasivos sem outra especificação) e transtornos funcionais específicos, matriculados na Rede Pública de Ensino.

O Colégio de Aplicação Pedagógica da Universidade Estadual de Maringá – CAP/UEM, em atendimento às Leis da Educação Brasileira e mais especificamente ao processo de construção da Inclusão Educacional, tem oferecido atendimento educacional especializado. Assim, temos:

- 4 Salas de Recursos Multifuncional – Tipo I, sendo uma sala para séries iniciais do Ensino Fundamental no período matutino, duas salas para séries finais do Ensino Fundamental (manhã e tarde) e uma sala para séries finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, período vespertino.
- 4 Salas de Recursos Multifuncional – Tipo I, para atender alunos das Altas Habilidades/Superdotação, sendo duas salas para atender alunos das séries iniciais do Ensino Fundamental no período matutino e duas salas para alunos das séries finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio no período vespertino.
- Professor de Apoio Educacional Especializado – PAEE.
- Professor de Apoio à Comunicação Alternativa – PAC.

O atendimento educacional especializado no Colégio de Aplicação Pedagógica da UEM busca o sucesso escolar de todos os alunos que estão matriculados nas SRM-I e/ou são atendidos pelo PAEE ou PAC desta escola. Neste sentido, a formação dos professores é fundamental para que a aprendizagem esteja voltada no potencial de cada aluno. Assim, a escola tem ofertado e continuará ofertando cursos de formação na área da Educação Especial, palestras e formação continuada sempre que se fizer necessário. Desta forma, será intensificado a formação dos professores do ensino regular e professores das SRM-I, PAEE e PAC, no que se refere ao trabalho colaborativo entre os mesmos e efetivação das adaptações/adequações curriculares. A intenção é buscar uma prática pedagógica que resulte em processos inclusivos e inovadores. Buscando sanar o caráter de um currículo articulador das diferenças e fazendo com que as flexibilizações do mesmo permitam o processo da educação inclusiva e melhora da qualidade do ensino para todos.

2.3.6 Articulação Entre as Etapas de Ensino

O Colégio de Aplicação Pedagógica da UEM atende alunos matriculados nos anos iniciais do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio. O fato de contemplar as etapas da Educação Básica do Ensino Fundamental e Ensino Médio possibilita ao aluno matriculado no 1º ano do Ensino Fundamental, cursar os demais anos ofertados sem a troca de instituição. Considerando a localização do CAP, o aluno que passa no vestibular da UEM, inicia e conclui sua formação acadêmica dentro de um só espaço. Porém, nem todos os alunos iniciam sua vida escolar nesta instituição, assim, quando chegam, são recebidos pela equipe de direção que informa o funcionamento do colégio entre outras informações para aluno e família. A equipe pedagógica, por sua vez, faz o acolhimento dos alunos novos se colocando à disposição para auxiliar na compreensão deste espaço de aprendizagem.

O colégio procura intervir na articulação das etapas de ensino com medidas que garantam uma adaptação consistente nas trocas de segmento. Assim, nos 1º anos do Ensino Fundamental a organização do trabalho pedagógico possibilita o acesso às

questões de apropriação do conhecimento, devido ao ano letivo, mas também ao eixo brinquedo e brincadeiras, amplamente vivenciado nas instituições de origem dos alunos, isto é, os CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil.

Com a ampliação do tempo destinado a hora atividade dos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental fez-se necessário a organização de horários de aulas por disciplinas, envolvendo mais de um professor regente, desde as turmas dos 1º anos. Assim, a inclusão de novos professores nas demais turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental vão sendo ampliadas de forma que os alunos vão tendo contato com uma realidade igual a que encontrará nos anos finais do Ensino Fundamental.

O acompanhamento pedagógico realizado no processo de aprendizagem dos alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, e conseqüentemente, nas intervenções possíveis nas dificuldades de aprendizagem destes, tem melhorado o nível de ensino neste segmento, e, desta forma, possibilitando uma inserção mais tranquila dos alunos no 6º ano do Ensino Fundamental.

Atendimentos individualizados

Outros atendimentos são promovidos no âmbito escolar e tem por objetivo promover a aprendizagem dos alunos em relação aos conteúdos defasados. Em sala de aula os professores realizam atividades que possibilitam a verificação das reais necessidades dos alunos, e, na medida do possível, intervir de forma pontual na reflexão necessária para superação da dificuldade do aluno.

Monitoria

O trabalho com monitoria por acadêmicos bolsistas de diferentes licenciaturas é oferecido em período de contraturno, com conteúdo indicados pelos professores, para alunos previamente convocados para participação. A monitoria promove ainda oficinas de conteúdos que exigem uma carga horária maior do que a disciplina tem no ensino regular, no período de contraturno, segundo inscrição voluntária dos alunos.

Altas Habilidades

De acordo com a instrução nº 010/2011-SEED/SUED a Sala de Recursos Multifuncional para Altas Habilidades/Superdotação é um espaço organizado com materiais didático-pedagógicos, equipamentos e profissional especializado onde é ofertado o atendimento educacional que visa atender às necessidades educacionais dos alunos público-alvo da Educação Especial na Rede Pública de Ensino. Tem por objetivo, apoiar o sistema educacional, no atendimento às necessidades educacionais especiais do aluno com indicativos de altas habilidades/superdotação matriculados na rede estadual de educação, que requeiram ampliação ou suplementação dos conteúdos escolares.

Atende o aluno com indicativos de altas habilidades/superdotação que demonstra potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse. O número máximo de alunos atendidos deve ser de 20 (vinte) alunos em cada turma de 20h, com cronograma. Atualmente temos 4 (quatro) programas de Sala de Recursos

2.3.7 Articulação Entre Diretores, Pedagogos, Professores e Demais Profissionais da Educação

A organização do trabalho pedagógico passa pela integração entre os envolvidos na dinâmica escolar na perspectiva de que tudo na escola é educativo e em função de objetivos comuns. É essencial ter momentos e formas de diálogo a equipe escolar, em que canais de integração possam ser estabelecidos ou fortalecidos coletivamente e se reflitam na prática diária com um clima de trabalho propício à satisfação das expectativas de toda a comunidade escolar, permeado por democracia,

solidariedade, respeito à diversidade, combate à discriminação, clareza quanto a direitos e deveres.

Nesse sentido, a escola propicia vários momentos de reflexão para melhor organizar o tempo e o espaço pedagógico, realizando reuniões semanais com a equipe pedagógica e diretiva para deliberar sobre questões que envolvem o cotidiano escolar, reuniões pedagógicas e administrativas, reuniões de órgãos colegiados, devolutivas de assuntos pedagógicos na hora atividade, formação continuada e cursos realizados em parceria com a Universidade Estadual de Maringá.





2.3.8 Articulação da Instituição de Ensino com os Pais e/ou Responsáveis

A participação da família na escola é de fundamental importância para a relação da comunidade escolar. O acompanhamento da vida escolar do aluno é a forma dos pais ou responsáveis tomarem conhecimento do processo de aprendizagem dos alunos e também da forma como se relacionam com professores, funcionários e demais colegas. Em relação ao processo de aprendizagem, os pais são convidados a comparecerem no colégio para terem acesso ao documento oficial que mensura o resultado das avaliações. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, tais resultados são registrados em pautas de avaliação. Nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio são emitidos o boletim escolar, com as notas e faltas de cada aluno. Em datas definidas pela equipe pedagógica, os pais ou responsáveis pelos alunos, tomam ciência dos resultados do processo de aprendizagem, através dos documentos mencionados. Nos problemas de ordem relacional, os pais ou responsáveis são convidados para tomar conhecimento do fato e auxiliar a equipe do colégio na solução do problema.



2.3.9 Escola de Pais

Um dos desafios que o Colégio de Aplicação Pedagógica da UEM tem em relação aos pais dos alunos é a formação da “Escola de Pais” realizada em parceria com a Universidade de Maringá, que tem por objetivo discutir temáticas relacionadas à educação dos filhos e aos desafios sociais e culturais que se apresentam em constantes processos de mudanças.

2.4. Formação Continuada dos Profissionais da Educação

O trabalho de formação continuada dos profissionais da educação é estabelecido no calendário escolar, aprovado pelo órgão mantenedor, o qual também disponibiliza materiais de apoio com o intuito de subsidiar as discussões sobre diferentes temáticas educacionais. Periodicamente, professores e demais servidores reúnem-se para a formação em serviço, com o objetivo de refletir sobre a prática pedagógica e, assim, promover a melhoria da qualidade do trabalho desenvolvido no

ambiente escolar. Esses momentos formativos estão distribuídos em Dias de Estudo e Planejamento, Reuniões Pedagógicas e demais encontros determinados pelo Núcleo Regional de Educação (NRE) ou pela Diretoria de Articulação Pedagógica da Secretaria de Estado da Educação (DAP/SEED).

As temáticas definidas pela Secretaria de Estado da Educação (SEED) são, sempre que possível, coordenadas por professores da Universidade Estadual de Maringá (UEM), com o propósito de contribuir para o aprimoramento das práticas pedagógicas dos docentes que atuam no Colégio de Aplicação Pedagógica (CAP/UEM), conforme a disponibilidade do Colégio nas reuniões de Estudo e Planejamento.

Para tanto, na teoria do Materialismo Histórico-Dialético são engendradas formas de estudar e debater as concepções de homem, educação, educação escolar, totalidade, contradição, história, entre outras, articuladas com a metodologia dialética de compreensão da relação homem-natureza; continuam sendo discutidas de forma a possibilitar aos envolvidos as reflexões necessárias em torno do *devir* humano e da perspectiva humana a ser tomada como base para o trabalho escolar.

A proposta que se delineia como referência para estudos, debates e planejamento das aulas, nas diferentes disciplinas, tem como fundamentos da educação os seguintes pressupostos teórico-metodológicos: o Materialismo Histórico-dialético - Teoria do homem social, isto é, humano encontrado em Karl Marx; a Psicologia Histórico-Cultural, tendo como precursor Lev S. Vygotsky; O processo de educação dos homens (Alexis Leontiev) e a Pedagogia Histórico-Crítica de Demerval Saviani.

O trabalho de formação dos professores e demais profissionais da educação é desenvolvido em parceria com os Departamentos de Licenciaturas da UEM, com enfoque nas teorias explícitas acima e na necessidade que os diferentes grupos apresentam.

A Equipe Multidisciplinar vem se firmando com um trabalho de formação continuada no Colégio de Aplicação Pedagógica da UEM. Sob a coordenação de um docente da SEED, professores e funcionários se inscrevem para participar de encontros

onde ocorrem debates, discussões e ministração de aulas, em torno de temáticas étnico-raciais, considerando o ensino e a História da Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena. O objetivo é consolidar uma política educacional que conheça, reconheça, valorize e respeite a diversidade da população brasileira no espaço escolar.

Como resultado das discussões, a equipe multidisciplinar se envolve na organização da Semana da Consciência Negra, onde toda comunidade escolar participa, os resultados do trabalho têm se mostrado positivos. Em questionário aplicado aos alunos, as respostas demonstram uma visão mais crítica, mais humana, mais consciente dos problemas causados pelo racismo e pela discriminação.

2.4.1. Acompanhamento e Realização da Hora-Atividade

A hora-atividade (ha) do professor é um tempo estabelecido por lei para ser utilizado com estudos, planejamento das aulas, avaliações e participação em trabalhos de formação continuada, promovida pelo colégio ou pelo mantenedor. Devendo ser cumprida em horário de trabalho das aulas atribuídas ao professor.

No CAP/UEM, a hora-atividade é destinada para preparação de aulas e avaliações, correção de provas, preenchimento do livro de registro de classe, relatórios referentes a aprendizagem dos alunos, atendimento aos pais e/ou responsáveis, reunião com equipe pedagógica para discutir problemas relacionados aos alunos e seu processo de aprendizagem, reunião para escolha do livro didático, reunião com a equipe pedagógica para devolutiva de pré-conselho de classe com os alunos, entre outras.

No entendimento da equipe gestora do Colégio de Aplicação Pedagógica da Universidade Estadual de Maringá (CAP/UEM), o acompanhamento pedagógico constitui-se como elemento fundamental para a efetivação do processo de ensino. Nos anos iniciais, essa função é exercida pela Coordenação do Ciclo Básico de Alfabetização (CBA), a qual tem como atribuição acompanhar o planejamento docente, estabelecendo uma relação mais próxima com as questões que envolvem diretamente o desenvolvimento do trabalho pedagógico realizado pelos professores.

Tomando por base o número de professores envolvidos no processo de ensino do CAP, faz-se necessário pensar uma organização do acompanhamento pedagógico por área do conhecimento, agrupando o máximo de professores que atuam nas mesmas turmas, com horários semelhantes de hora-atividade. Outro fator a ser observado é em relação às diferentes dimensões do conhecimento, nas diferentes disciplinas, buscando integrá-las sempre que possível.

2.4.2. Observação em sala de aula

A observação de sala de aula é uma metodologia que permite refletir sobre as diferentes formas de ensinar e avaliar, para que ocorra com transparência e tranquilidade deverá haver diálogo sobre o planejamento e critérios a serem observados. Essa observação deve ser acompanhada da devolutiva, pois assim irá provocar um novo olhar do professor em relação às suas práticas de ensino aprendizagem. Essa ação bem planejada é um caminho seguro e fundamental na melhoria do processo de ensino, constituindo uma fonte de inspiração e motivação para que ocorra mudança nas metodologias.

2.4.3 Organização do Tempo e Espaço Pedagógico e Critérios de Organização das Turmas

Quanto à organização do tempo escolar, o Artigo 23 da LDB 9394/96 dispõe que a educação básica pode organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios desde que observado o processo de aprendizagem dos alunos. O Colégio de Aplicação Pedagógica da Universidade Estadual de Maringá adota o regime de ciclo para os anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 3º ano – 1º ciclo; e 4º e 5º anos – 2º ciclo) e regime seriado nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

Amparados no Art. 26 da LDB/1996 que trata da parte diversificada do currículo que pode atender às características regionais e locais da sociedade da cultura, da economia e do alunado, este estabelecimento adota a língua estrangeira moderna – Inglês, nos anos iniciais do Ensino Fundamental com o objetivo de introduzir uma segunda língua. A implantação se deu no ano de 2015.

Os diferentes espaços pedagógicos do CAP/UEM se organizam com regulamentos próprios para o atendimento à comunidade interna. A Biblioteca Central do CAP atende os alunos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com empréstimo de livros de literatura, atendendo a um cronograma semanal. Os alunos do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio têm acesso ao empréstimo do acervo, conforme o interesse de cada um, ou atendendo a leitura solicitada pelos professores de determinadas obras. A Biblioteca Setorial dos Anos Iniciais do CAP é um espaço criado pela coordenação pedagógica do segmento, com participação dos alunos do 1º ao 5º ano, que também realiza o empréstimo de livros de literatura. O diferencial deste espaço é que os próprios alunos operacionalizam o empréstimo e a troca dos livros e não há determinação do tempo para devolução das obras emprestadas.

O Laboratório de Informática atende as turmas com agendamento pelo professor no turno das aulas, e também no período de contraturno para realização de trabalhos que necessitam deste recurso para a realização.

Em atendimento ao disposto da Lei n.º 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, há a garantia do total de 800 horas e 200 dias letivos nas Matrizes Curriculares do Ensino Fundamental e Médio. A distribuição das aulas, por disciplinas, da Base Nacional Comum e da parte diversificada, nas diferentes etapas de ensino se apresenta da seguinte forma:

[Link para Matriz Curricular para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental:](#)

No ano de 2015, a SEED aprovou a implantação da Língua Estrangeira Moderna – Inglês para os anos iniciais do Ensino Fundamental, garantindo assim o cumprimento dos 33% da hora atividade dos professores que atuam nesta etapa de ensino.

Algumas mudanças também ocorreram na matriz curricular dos anos finais do Ensino Fundamental. Reorganização da carga horária de Língua Portuguesa, com aulas

específicas para Redação e Leitura; e a ampliação da carga horária para acolher a disciplina de Pensamento Computacional.

[EF REGULAR E CAMPO 4060 8 E 9 - Tarde - Assinado.pdf](#)

[EF REGULAR E CAMPO 4060 8 e 9 - Manhã - Assinado.pdf](#)

A partir de 2017, com a publicação da Lei Federal nº 13.415, foram estabelecidas novas premissas para a oferta do Ensino Médio, dentre essas a reorganização curricular.

Links ENSINO MÉDIO

[2343_EM_REGULAR_MATEMÁTICA - assinado \(1\).pdf](#)

[2341_EM_REGULAR_LÍNGUA INGLESA LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - assinado.pdf](#)

Link para a ementa da recomposição da aprendizagem

<https://acervodigital.educacao.pr.gov.br/pages/download.php?direct=1&noattach=true&ref=56130&ext=pdf&k=>

No Estado do Paraná, houve uma mudança significativa no segmento do Ensino Médio e esse processo contou com a elaboração do Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná, homologado pela Resolução nº 3.416/2021 – GS/SEED, que passou por duas consultas públicas, com participação e colaboração de aproximadamente 150 profissionais da Educação Básica e Educação Superior.

Com o intuito de orientar e apoiar o desenvolvimento da proposta pedagógica curricular das instituições de ensino da Rede Pública Estadual de Ensino do Paraná, foi elaborado o Currículo da Formação Geral Básica - FGB. O documento foi organizado por Áreas do Conhecimento, a saber: Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Em cada Área, os componentes curriculares constituem em seu conjunto os saberes que, de forma articulada, mobilizam as habilidades.

Os níveis de desenvolvimento das aprendizagens ocorrem nos âmbitos cognitivo, procedimental e atitudinal, sendo expressos na elaboração dos objetivos de aprendizagem e evidenciam o desenvolvimento das habilidades de forma paulatina e progressiva.

Destaca-se que os conteúdos apresentados são possibilidades e, demonstram de maneira geral, maior potencial para apoiar os estudantes a atingirem os objetivos de aprendizagem, ficando a critério do professor a escolha e/ou inclusão da base de conhecimento que melhor responda ao seu contexto de atuação, com vistas ao desenvolvimento das habilidades previstas.

O ponto central para a organização da prática pedagógica são, portanto, os objetivos de aprendizagem, sendo os conteúdos, meios para atingi-los; ambos, comprometidos com o desenvolvimento das competências e habilidades a serem alcançadas ao longo das três séries do Ensino Médio.

A) As atividades de Ampliação de Jornada Escolar

As atividades educativas integradas ao currículo, que ampliam o tempo de permanência dos alunos no CAP/UEM são: Projeto Vôlei em Rede – Núcleos Paraná Tais atividades estão em consonância com a Orientação nº 022/2015 – DEB/SEED que regulamenta os procedimentos para a organização e desenvolvimento dos programas que compõem a educação integral em turno complementar a serem ofertados nas instituições de ensino da Educação Básica da rede estadual do Paraná, mantidas pelo Governo do Estado do Paraná e à Resolução nº 1690/2011 que Institui a partir de 2011, em caráter permanente, o Programa de Atividades Complementares Curriculares em Contraturno na Educação Básica na Rede Estadual de Ensino.

O Projeto Vôlei em Rede – Núcleos Paraná objetiva contribuir na transformação da vida imediata e possibilidades futuras de crianças e jovens de comunidades de baixa renda, por meio dos valores do esporte educacional; propiciar elevação da autoestima e desenvolvimento de competência para a cidadania (resolver conflitos, criar e conviver com regras, etc.) e para o esporte; estimular e apoiar ações para o jovem tornar-se

protagonista no desenvolvimento de seus núcleos e comunidade; e realizar ações que sejam estendidas para pais e comunidade.

2.4.4 Índices de Aproveitamento Escolar (Indicadores Externos e Internos), Abandono/Evasão e Relação Idade/Ano

Os Índices de Aproveitamento Escolar do Colégio de Aplicação Pedagógica da UEM refletem o trabalho pedagógico que é realizado na instituição. Para isto, conta com o Programa de Desenvolvimento da Escola – PDDE Interativo, que é uma ferramenta de planejamento da gestão escolar disponível para todas as escolas públicas. O Programa foi desenvolvido pelo Ministério da Educação em parceria com as secretarias estaduais e municipais e sua principal característica é a natureza autoinstrucional e interativa das informações da escola. Desde 2012, o sistema encontra-se disponível para todas as escolas públicas que desejam utilizar a ferramenta. O CAP/UEM utiliza esta ferramenta que mensura os seguintes itens: O **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)** foi criado para medir a qualidade de cada escola e de cada rede de ensino. O indicador é calculado com base no desempenho do estudante e nas taxas de aprovação. Assim, para que o **IDEB** de uma escola ou rede cresça é preciso que o aluno aprenda, não reprove o ano e frequente a sala de aula. O Índice é apresentado numa escala de 0 (zero) a 10 (dez) e é medido a cada dois anos. O objetivo é que o Brasil tenha nota 6 (seis) em 2022 - correspondente à qualidade do ensino em países desenvolvidos.

Em relação às avaliações nacionais, os índices têm demonstrado os seguintes dados:

IDEB - Ensino Fundamental – Anos Iniciais

Esfera	2021	2023
Brasil	5.8	6.0
Estadual – Paraná	6.2	6.7
Municipal – Maringá	6.5	7.2
CAP – Anos Iniciais	7.2	7.4

IDEB - Ensino Fundamental – Anos Finais

Esfera	2021	2023
Brasil	5.1	5.0
Estadual – Paraná	5.4	5.5
Municipal – Maringá	5.5	5.5
CAP – Anos Finais	6.0	6.2

IDEB - Ensino Médio

Esfera	2021	2023
Brasil	4.2	4.3
Estadual – Paraná	4.8	4.9
Municipal – Maringá	4.9	4.9
CAP – Anos Finais	5.4	5.2

Como pode ser visualizado nas tabelas acima, o CAP/UEM apresenta números melhores em relação aos percentuais do país, do estado e do município. O que de certa forma, demonstra que o aluno tem mostrado rendimento médio esperado, não tem acumulado reprovações e não tem se evadido da escola.

Outros índices utilizados nas avaliações nacionais estão relacionados às **Taxas de Rendimento** provenientes dos resultados obtidos anualmente, no Censo Escolar. Estes índices referem-se ao **Rendimento** (aprovação e reprovação) e ao **Movimento** (abandono) escolar dos alunos do ensino Fundamental e Médio. As taxas de Rendimento e movimento, juntamente com a Prova Brasil e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) são os principais dados utilizados para o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), indicador que serve de referência para as metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), do Ministério da Educação. Os índices do CAP/UEM relacionados às taxas de rendimento são:

Taxa de Aprovação do Ensino Fundamental (em %)

Esfera	2021	2022	2023	2024
Brasil	98.20	92.1	94.0	
Estado	97.90	94.1	98.4	
Município	96.90	94.1	97.6	
CAP-UEM	99,02	96.2	97.96	98.66

Taxa de Reprovação do Ensino Fundamental (em %)

Esfera	2021	2022	2023	2024
Brasil	2.0	6.0	4.8	
Estado	2.1	5.1	1.5	
Município	2.6	5.0	2.2	
CAP-UEM	2.0	3.5	1.59	1.11

Taxa de Abandono do Ensino Fundamental (em %)

Esfera	2021	2022	2023	2024
Brasil	1.2	1.9	1.2	
Estado	0.2	0.8	0.1	
Município	0.5	0.9	0.2	
CAP-UEM	0,0	0.44	0.45	0.22

Taxa de Aprovação do Ensino Médio (em %)

Esfera	2021	2022	2023	2024
--------	------	------	------	------

Brasil	90.8	86.6	91.3	
Estado	96.2	89.6	96.5	
Município	89.7	92.6	96.5	
CAP-UEM	97.7	96.53	96.29	99.15

Taxa de Reprovação do Ensino Médio (em %)

Esfera	2021	2022	2023	2024
Brasil	4.2	7.7	5.3	
Estado	2.6	6.8	2.9	
Município	1.6	4.7	2.9	
CAP-UEM	2.3	2.97	1.71	0.00

Taxa de Abandono do Ensino Médio (em %)

Esfera	2021	2022	2023	2024
Brasil	5.0	5.7	3.4	
Estado	1.2	3.6	0.6	
Município	1.2	2.97	0.6	
CAP-UEM	0.0	0.5	0.0	0.85

A **Prova Brasil** é uma avaliação que compõe o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb). São avaliações para diagnóstico e mensuração da qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro. Nos testes aplicados no 5º (quinto) e 9º (nono) anos do Ensino Fundamental e na 3º (terceiro) ano do Ensino Médio, os estudantes respondem a questões de Língua Portuguesa (com foco em leitura) e matemática (com foco na resolução de problemas). No questionário socioeconômico, os estudantes fornecem informações sobre fatores de contexto que podem estar associados ao desempenho. As médias de desempenho nessas

avaliações ajudam a definir ações de aprimoramento da qualidade da educação e também subsidiam o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), ao lado das taxas de aprovação nessas esferas. O CAP/UEM apresentou os seguintes resultados em 2019-2021- 2023:

Anos iniciais do Ensino Fundamental Língua Portuguesa

Esfera	2019	2021	2023
Brasil	214.64	208.09	
Estado	227.62	219.78	244.84
Município	242.52	232.33	243.22
CAP-UEM	256.44	242.73	246.32

Anos iniciais do Ensino Fundamental Matemática

Esfera	2019	2021	2023
Brasil	227.88	216.92	
Estado	244,86	230.85	261.71
Município	265.54	245.53	259.26
CAP-UEM	268.06	260.86	261.27

Anos Finais do Ensino Fundamental Português

Esfera	2019	2021	2023
Brasil	260.13	257.92	
Estado	267.80	264.48	264.47
Município	271.94	270.43	269.43
CAP-UEM	301.56	286.89	298.6

Anos Finais do Ensino Fundamental Matemática

Esfera	2019	2021	2023
Brasil	263.02	256.26	
Estado	274.64	267.13	264.55
Município	277.56	270..31	266.24
CAP-UEM	310.02	281.46	290.2

Ensino Médio Português

Esfera	2019	2021	2023
Brasil	278.36	274.67	
Estado	290.22	287.69	284.82
Município	292.10	292.60	290.14
CAP-UEM	318.85	306.56	298.68

Ensino Médio Matemática

Esfera	2019	2021	2023
Brasil	277.34	269.65	
Estado	292.73	286.81	278.04
Município	291.94	285.47	281.51
CAP-UEM	310.58	299.63	293.84

A **Prova Paraná** é uma ferramenta avaliativa elaborada pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED-PR), com o objetivo de fornecer subsídios aos professores, às equipes gestoras das instituições de ensino, aos secretários municipais de educação e suas equipes técnicas para que, com base em evidências, possam planejar e implementar ações voltadas à melhoria da aprendizagem.

Sua principal finalidade é identificar as dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos estudantes, bem como as habilidades já desenvolvidas ao longo do processo de ensino e aprendizagem.

Trata-se de um momento em que os(as) professores(as), a equipe gestora da instituição de ensino, o secretário municipal de educação e sua equipe organizam o ambiente escolar e os materiais que serão utilizados pelos discentes, elaboram um cronograma de aplicação, realizam a correção dos gabaritos e, após a divulgação dos resultados oficiais, promovem a devolutiva dos dados, destacando os acertos e os erros apresentados por cada turma.

Somente por meio dessa análise conjunta é possível identificar os conteúdos e habilidades que requerem maior atenção, possibilitando a adoção de novas estratégias e metodologias de ensino, com vistas à efetiva apropriação do conhecimento por parte dos estudantes.

[Prova PR 2023 parte 1.png PPP2024](#)

[Prova PR 2023 parte 2.png PPP 2024](#)

[Prova PR 2023 parte 3.png PPP 2024](#)

A Prova Paraná Mais é uma avaliação em larga escala, que avalia, de forma censitária, o desempenho dos estudantes do 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e 3ª e 4ª série do Ensino Médio da rede estadual do Paraná, bem como, os estudantes do 5º e 9º ano do Ensino Fundamental da rede municipal daqueles municípios que aderiram à avaliação. Seu objetivo é verificar a qualidade da educação pública em todo o estado do Paraná,

produzindo resultados por estudantes, turma, escola, município, Núcleo Regional de Educação (NRE) e estado. Além disso, a avaliação busca apresentar as proficiências (domínios) dos componentes curriculares em Língua Portuguesa e Matemática, onde os resultados servem de base para implementação de políticas públicas educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras nas escolas estaduais. No ano de 2023, o CAP obteve o seguinte desempenho na Prova Paraná Mais:

Ensino Fundamental – Anos Iniciais		
Participação (%)	Língua Portuguesa (% Acertos)	Matemática (% Acertos)
96%	69%	69%

Ensino Fundamental – Anos Finais		
Participação (%)	Língua Portuguesa (% Acertos)	Matemática (% Acertos)
89%	61%	46%

Ensino Médio		
Participação (%)	Língua Portuguesa (% Acertos)	Matemática (% Acertos)
84%	69%	40%

Prova Paraná Mais 2024

Ensino Fundamental Anos Iniciais

Participação%	Língua Portuguesa(%de acertos)	Matemática(% de acertos)
84%	80%	76%

Ensino fundamental anos finais

Participação%	Língua Portuguesa(%e acertos)	Matemática(%de acertos)
82%	70%	51%

Ensino Médio

Participação%	Língua Portuguesa(% de acertos)	Matemática(%de acertos)
97%	64%	20%

Índices de Aproveitamento Escolar 2024-SERE

Link

[Estatistico Resultado final Curso \(1\).pdf](#)

2.4.5. Classificação, Reclassificação e Recuperação

CLASSIFICAÇÃO:

A classificação no Ensino Fundamental e Médio é o procedimento que o estabelecimento de ensino adota para posicionar o aluno na etapa de estudos compatível com a idade, experiência e desenvolvimento adquiridos por meios formais ou informais, podendo ser realizada:

- I. por promoção, para alunos que cursaram, com aproveitamento, a série ou fase anterior, na própria escola;
- II. por transferência, para os alunos procedentes de outras escolas, do país ou do exterior, considerando a classificação da escola de origem;
- III. independentemente da escolarização anterior, mediante avaliação para posicionar o aluno na série, ciclo, disciplina ou etapa compatível ao seu grau de desenvolvimento e experiência, adquiridos por meios formais ou informais.

A classificação realizar-se-á em qualquer série/ano, exceto no primeiro ano do Ensino Fundamental.

A análise e os procedimentos para a efetivação da Classificação consideram:

- I. os cursos ofertados pela instituição de ensino conforme ato regulatório vigente; os documentos escolares do estudante;
- II. a idade mínima do estudante para ano/série a ser cursado, observadas as exceções previstas em lei;
- III. a vida escolar do estudante;
- IV. os conhecimentos e as experiências apropriadas pelo estudante.

A classificação tem caráter pedagógico centrado na aprendizagem, e exige as seguintes ações para resguardar os direitos dos alunos, das escolas e dos profissionais:

- I. organizar comissão formada por docentes, pedagogos e direção da escola para efetivar o processo;
- II. proceder avaliação diagnóstica, documentada pelo professor ou equipe pedagógica;
- III. comunicar o aluno e/ou responsável a respeito do processo a ser iniciado, para obter o respectivo consentimento;
- IV. arquivar Atas, provas, trabalhos ou outros instrumentos utilizados; V. registrar os resultados no Histórico Escolar do aluno.

RECLASSIFICAÇÃO:

A reclassificação é o processo pelo qual o estabelecimento de ensino avalia o grau de experiência do aluno matriculado, preferencialmente no início do ano, levando em conta as normas curriculares gerais, a fim de encaminhá-lo à etapa de estudos compatível com sua experiência e desenvolvimento, independentemente do que registre o seu Histórico Escolar.

Cabe aos professores, ao verificarem as possibilidades de avanço na aprendizagem do aluno, devidamente matriculado e com frequência na série/disciplina, dar conhecimento à equipe pedagógica para que a mesma possa iniciar o processo de reclassificação.

A reclassificação poderá ser realizada, preferencialmente, como verificação da possibilidade de avanço em qualquer ano/série das disciplinas de Educação Básica, quando devidamente demonstrado o desempenho escolar do estudante, sendo vedada a reclassificação para a conclusão do Ensino Médio.

Os alunos, quando maiores, ou seus responsáveis, poderão solicitar aceleração de estudos através do processo de reclassificação, facultando à escola aprová-la ou não.

A equipe pedagógica comunicará, com a devida antecedência, ao aluno e/ou seus responsáveis, os procedimentos próprios do processo a ser iniciado, a fim de obter o devido consentimento.

A equipe pedagógica do estabelecimento de ensino, assessorada pela equipe do Núcleo Regional de Educação, instituirá Comissão, conforme orientações emanadas da SEED, a fim de discutir as evidências e documentos que comprovem a necessidade da reclassificação.

A comissão, constituída pela Equipe Pedagógica e docente da instituição de ensino, elaborar ata referente ao processo de reclassificação, anexando os documentos que registrem os procedimentos avaliativos realizados, para que sejam arquivados na Pasta Individual do estudante.

O aluno reclassificado deve ser acompanhado pela equipe pedagógica, durante dois anos, quanto aos seus resultados de aprendizagem. O resultado do processo de reclassificação será registrado em Ata e integrará a Pasta Individual do aluno. O resultado final do processo de reclassificação realizado pelo estabelecimento de ensino será registrado no Relatório Final, a ser encaminhado à SEED.

A reclassificação é vedada para a etapa inferior à anteriormente cursada. A reclassificação é vedada aos cursos da Educação Profissional.

RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS:

A recuperação de estudos é direito dos alunos, independentemente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos.

Para os estudantes de baixo rendimento escolar, a recuperação de estudos deve oportunizar apropriação dos conhecimentos básicos, possibilitando a superação de seu rendimento escolar.

A recuperação de estudos dar-se-á de forma permanente e concomitante ao processo ensino e aprendizagem.

A recuperação será organizada com atividades significativas, por meio de procedimentos didático-metodológicos diversificados que priorizem a aprendizagem dos conteúdos.

A proposta de recuperação de estudos deverá indicar a área de estudos e os conteúdos da disciplina. As atividades de recuperação deverão ser planejadas, preferencialmente, durante a hora-atividade dos professores, em conjunto com a Equipe Pedagógica da instituição de ensino tendo como objetivo a aprovação do estudante, quando este tiver de acompanhar a série/ano seguinte.

A recuperação de estudos será desenvolvida através de:

I – Atividades diversificadas;

II – Material diversificado;

III – Agrupamentos de alunos;

IV – Monitorias, oficinas ou projetos com professores, concomitantemente com bolsistas ou acadêmicos da UEM.

Na recuperação de estudos, o professor considerará a aprendizagem do aluno no decorrer do processo escolar e, para aferição do trimestre, deverá prevalecer o melhor desempenho, sendo obrigatória a anotação no Livro de

registro de Classe Online – LRCO, conforme sistema de avaliação adotado pela instituição de ensino.

A recuperação de estudos, considerada no final do ano letivo, deverá focalizar, na última quinzena, um trabalho intensivo do Colégio dirigido aos alunos de rendimento insuficiente.

A instituição de ensino tem autonomia para planejar e desenvolver as ações pedagógicas que promovam a retomada dos conteúdos, definindo critérios para utilização das “notas”, cabendo aos docentes deliberar e acompanhar, em conjunto com a equipe pedagógica.

Todas as decisões tomadas e os procedimentos adotados durante o período do planejamento e da execução das ações de avaliação, recuperação da aprendizagem deverá ser registrados pela instituição de ensino e acompanhado pelo NRE.

A avaliação da aprendizagem terá os registros de notas expressos em uma escala de 0 (zero) a 10,0 (dez vírgula zero).

Nas séries iniciais do Ensino Fundamental não haverá menção de notas e o registro dar-se-á por parecer descritivo, parcial e final, sobre o desenvolvimento do aluno, a ser emitido pelo próprio professor, considerando os aspectos qualitativos acumulados ao longo do processo de ensino e aprendizagem.

Os resultados das avaliações dos alunos serão registrados em documentos próprios, a fim de que sejam asseguradas a regularidade e autenticidade de sua vida escolar.

A promoção é o resultado da avaliação do aproveitamento escolar do aluno, aliada à apuração da sua frequência.

Nas séries iniciais do Ensino Fundamental no regime de 9 (nove) anos de duração, ao final do ciclo, mediante a avaliação descritiva do professor, ocorrerá retenção do aluno que não assimilou os conteúdos essenciais para acompanhamento da série seguinte; e/ou não tenha a frequência mínima exigida em lei.

Na promoção ou certificação de conclusão, para os anos finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de Nível Médio, a média final mínima exigida é de 6,0 (seis vírgula zero), observando a frequência mínima de 75% da carga horária exigida por lei.

Os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, que apresentarem frequência mínima de 75% do total de horas letivas e média anual igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero) em cada disciplina, serão considerados aprovados.

Para anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, o período letivo compreende um ano. Os resultados das avaliações para os anos finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio serão computados trimestralmente e expressos em notas, por disciplina, de 0 (zero) a 10,0 (dez vírgula zero).

Para cálculo da média anual será usada a seguinte fórmula:

$$MA = \frac{1^{\circ} \text{ trimestre} + 2^{\circ} \text{ trimestre} + 3^{\circ} \text{ trimestre}}{3}$$

Os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental, do Ensino Médio serão considerados retidos ao final do período letivo quando apresentarem:

- frequência inferior a 75% do total de horas letivas, independentemente do aproveitamento escolar, após análise dos fatos pelo Conselho de Classe;
- frequência igual ou superior a 75% do total de horas letivas e média inferior a 6,0 (seis vírgula zero) nas diferentes disciplinas.

Os alunos do Ensino Fundamental e Médio que apresentarem frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária e média anual inferior a 6,0 (seis vírgula zero) mesmo após os estudos de recuperação paralela, ao longo do ano letivo, serão submetidos à análise do Conselho de Classe que decidirá sobre sua aprovação ou não.

Poderão ser promovidos por Conselho de Classe os estudantes que demonstrarem apropriação dos conteúdos mínimos essenciais e que demonstrem condições de dar continuidade de estudos nos anos/séries seguintes.

A disciplina de Ensino Religioso ofertada no Ensino Fundamental – anos finais, não se constitui em objeto de retenção do aluno, mesmo não tendo registro de notas na documentação escolar.

Os resultados obtidos pelo aluno trimestralmente e ao final do ano letivo serão devidamente inseridos no sistema informatizado, para fins de registro e expedição de documentação escolar e comunicados por Boletim Escolar ao aluno e aos pais ou responsáveis pelo professor e/ou equipe pedagógica e também por Edital Final, sendo este de responsabilidade da Secretaria do Colégio.

Proposta “Se Liga - É tempo de Aprender mais!”

A proposta foi implementada nas instituições de ensino pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná (SEED) no ano de 2019 e veio com o intuito de instituir a recuperação e a intensificação de conteúdo definidos como essenciais para a aprendizagem. Este plano de recuperação de estudos e de notas era direcionado para aqueles alunos que, apesar das oportunidades de recuperação paralela, ainda se encontravam com baixo rendimento escolar. No ano letivo de 2020 a proposta teve continuidade com a perspectiva de reforço e recuperação de conteúdos e notas dos estudantes com notas baixas.

No ano de 2021 o foco da proposta foi na intensificação da aprendizagem dos estudantes da rede estadual, sendo destinado tanto aos alunos que têm dificuldades em conteúdos específicos quanto àqueles que apenas desejam melhorar as notas e o rendimento. Cabe ressaltar que as escolas têm autonomia para organizar os tempos e espaços de aula, decidir quais disciplinas e conteúdos precisam de aprofundamento e como as atividades vão acontecer. As atividades deverão ser planejadas de forma coletiva entre os educadores e poderão ser propostas no formato de trabalhos em grupo,

atividades orais, seminários, projetos, avaliações escritas, oficinas, monitorias, entre outras possibilidades.

Conforme Ofício Circular no 076/2021 - DEDUC/SEED que orienta os encaminhamentos para a implementação em 2021, a proposta do “Se Liga! É tempo de aprender mais!” tem dois objetivos fundamentais:

“Retomar conteúdos essenciais, para o desenvolvimento das habilidades e competências, além de reavaliar estudantes que estão com defasagens em conteúdo ou apresentaram dificuldades no acesso às aulas não presenciais;

Aprofundar os conhecimentos de estudantes que avançaram em seu desenvolvimento escolar, independentemente de terem atingido a média anual.”

Nessa perspectiva, as possibilidades de atendimento da proposta se estendem a todos os estudantes que estarão separados por grupos de atendimento: aprofundamento, reforço e recuperação, conforme cada situação em que se encontra o estudante. Sendo assim, “O aprofundamento é destinado aos estudantes que acompanham bem o processo de ensino e aprendizagem. O reforço é destinado aos estudantes que acompanham o processo de ensino e aprendizagem, mas estão com problemas de frequência ou nota e ainda precisam se apropriar de objetivos de aprendizagem de alguns componentes curriculares. Já a recuperação será ofertada para estudantes que possuem dificuldades de aprendizagem relacionadas à leitura, interpretação e escrita, cálculos e resolução de problemas, habilidades essenciais para acompanhar a série seguinte.”

A execução desta proposta, desde seu primeiro ano de implementação, ocorre entre meados do mês de novembro até o final do ano letivo. Para muitos alunos se tornou uma nova oportunidade de melhorar a aprendizagem e comprovar a competência necessária para o avanço escolar para a série seguinte, evitando muitas reprovações e/ou aprovações pelo Conselho de Classe.

Este estabelecimento de ensino utiliza a seguinte Síntese do Sistema de Avaliação, para os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio:

Frequência	Nota	Resultado
------------	------	-----------

= ou > 75 %	= ou > 6,0	Aprovado
= ou > 75 %	< 6,0	Reprovado
< 75 %	qualquer	Reprovado

Para o Ensino Fundamental – séries iniciais, a Síntese do Sistema de Avaliação é a seguinte:

AP – Aprovado

Rep - Reprovado

2.4.6 Relação Entre Profissionais da Educação e Discentes

A escola é um espaço de convivência que agrega diretamente os sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. De um lado professores e demais funcionários da educação, com a função específica de ensinar; e de outro, os alunos e suas famílias, que esperam da instituição, o sucesso escolar. Desta forma, o CAP/UEM vem discutindo com a comunidade escolar normas de convívio para que o objetivo maior da educação seja alcançado. A Direção do Colégio, sempre que necessário, convoca os pais em assembleias para deliberação dos combinados constantes na pauta de reunião e o resultado das discussões é divulgado a toda a comunidade escolar para que o cumprimento do que foi estabelecido aconteça.

Pode-se dizer que no CAP/UEM a presença dos pais dos alunos atende a expectativa da equipe diretiva. Os pais participam quando convocados ou convidados para reuniões e atividades de cunho cultural ou científico, estreitando os laços de convivência.

Acompanhamento aos estudantes matriculados nos serviços especializados: Os professores especialistas foram inseridos no Classroom e interagiram com os estudantes matriculados nos serviços especializados nas turmas

regulares, oportunizando atendimento de forma individualizada e articulada às atividades propostas nas turmas.

Acompanhamento pela equipe gestora, equipe pedagógica e docente:

Durante todo o período de aulas não presenciais, direção, equipe pedagógica e professores estiveram em contato constante com os estudantes e famílias por meio de grupos de Whatsapp, Google Classroom e Google Meet, contribuindo para a efetividade do regime especial de aulas, utilizando-se também, de plataforma de acompanhamento disponibilizada pela Seed, que possibilitou a visualização de dados como acesso, frequência e rendimento das atividades realizadas no Google Classroom no BI Aula Paraná.

Avaliação e recuperação de estudos

A avaliação e recuperação de estudos do processo de ensino-aprendizagem foi realizada de forma contínua e processual, no decorrer de todo o ano letivo, tendo como orientação o Projeto Político Pedagógico, o Regimento Escolar e o Ofício Circular nº 40/2020 DEDUC/SEED, considerando as atividades e interações realizadas através das mídias e plataformas digitais, bem como pelas atividades impressas. Nesse processo, considerou-se a situação atípica vivenciada pelos estudantes da rede e as dificuldades e necessidades por eles apresentadas, visando a não os prejudicar, tendo como foco a aprendizagem. Foram realizados os Pré-Conselhos de Classe, Conselhos de Classe e Pós-Conselhos de Classe com alunos, professores e funcionários, a fim de refletir e definir ações para potencializar o processo de ensino-aprendizagem.

Articulação entre equipe diretiva, pedagógica, corpo docente e funcionários

Realização de reuniões, por meio de recursos digitais e presencialmente, sempre respeitando as medidas de prevenção ao Covid-19 estabelecidas pela SESA, além de reuniões pedagógicas e momentos de estudo e planejamento.

Articulação com a comunidade escolar: Durante todo o ano letivo, foram proporcionados momentos para a integração, informações e definições coletivas de ações, com a comunidade escolar, seja com reuniões via Google Meet ou presencialmente com familiares dos estudantes, Conselho Escolar e Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente.

BI - (Business Intelligence)

É um recurso estratégico utilizado para organizar e analisar dados educacionais, apoiando a equipe gestora na tomada de decisões fundamentadas, no acompanhamento de resultados e na promoção de melhorias no desempenho institucional.

O acompanhamento das ferramentas de gestão: BI Presente na Escola e Super BI 2024 é feito pelo Equipe Diretiva, o qual planeja ações junto com a equipe pedagógica e o tutor(a), definindo minimetas, instigando os avanços, articulando os vários segmentos para obter os resultados necessários à aprendizagem dos estudantes.

Os dados do colégio também são acompanhados pela tutoria pedagógica que mantém contato frequente com a Direção realizando apontamentos acerca das fragilidades encontradas - infrequência, notas abaixo da média, uso das plataformas educacionais, participação e desempenho dos estudantes na avaliação Prova Paraná e auxiliando na seleção e definição de estratégias para melhoria dos resultados.

Busca ativa:

Diariamente a equipe Gestora, articulada com professores, fazem a busca dos alunos que estão faltando nas aulas sem justificativas, por meio de telefonemas, via whatsapp e relatórios. Não havendo sucesso nas tentativas de contato, a equipe encaminha o relatório do aluno ao Serviço de Proteção Educacional da Rede de

Proteção, Conselho Tutelar e Ministério Público. Também é enviado um formulário para que a família justifique a chegada atrasada do aluno e/ou faltas.

<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSc0D2rgxbrslatAbjuVmTGrWTIAaG6Y3Xf1kRBzcrFMmWEIqQ/viewform>

<https://docs.google.com/forms/d/1E7hB3e3h9FaY6ccjO2rJptsalwjsXLKUvhMVK3AbcmY/edit>

2.4.7. ESTÁGIO OBRIGATÓRIO e NÃO OBRIGATÓRIO

A INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 01/2021 – SEED/DPGE/DLE, orienta os procedimentos do Estágio dos estudantes da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, do Ensino Médio, da Educação Especial e dos Anos Finais do Ensino Fundamental, na modalidade Profissional da Educação de Jovens e Adultos. Considerando a Lei N.º 9.394/1996, que trata das Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Lei N.º 11.788/2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes entre outras legislações, a Instrução Normativa orienta a organização de estágio de estudantes que estejam frequentando instituições que integram o Sistema Estadual de Ensino.

O Estágio é o ato educativo escolar supervisionado, realizado no ambiente de trabalho, cujas atividades devem estar adequadas às exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento cognitivo, pessoal e social do estudante, de modo a prevalecer sobre o aspecto produtivo. O estágio poderá ser: obrigatório, aquele definido como componente curricular obrigatório, com carga horária que é requisito para aprovação e obtenção de diploma, previsto na legislação vigente, conforme a natureza do perfil profissional e não obrigatório, aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida de a carga-horária regular e obrigatória para estudantes com idade mínima de 16 (dezesseis) anos, conforme o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

Poderão conceder estágio as pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos poderes da

União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios e ainda, profissionais liberais de nível superior, devidamente registrados em seus respectivos conselhos de acordo com o disposto no art. 11 da Deliberação nº 02/09 – CEE/PR

III ELEMENTOS CONCEITUAIS

Em ciência, todo começo é difícil

Karl Marx

O trabalho é o ponto de partida sobre o qual se organizam as demais formas de sociabilidade. É através do trabalho que o homem estabelece o intercâmbio com a natureza e dela extrai os elementos necessários às suas sobrevivência e reprodução. O fato de que esta atividade tipicamente humana assuma, em épocas históricas distintas, formas tão diferenciadas, não refuta a tese de ser o trabalho ineliminável na existência humana como também, se bem-visto o problema, reafirma sua dimensão determinante de todos os demais aspectos (todos eles, circunstanciais) que compõem a tessitura social.

A distinguir-se das atividades meramente instintiva dos demais animais, o trabalho humano caracteriza-se por sua condição de atividade previamente ideada, um agir teleologicamente deliberado em que o objetivo a ser alcançado já se estabelece na consciência do autor antes mesmo de efetivá-lo. Que o tê-los seja de fato alcançado ou não, depende da densidade dos elementos da realidade apreendidos pelo pensamento do executante, de tal maneira que possa reproduzir com a maior precisão em seu pensamento o desdobrar de seus gestos diante de uma situação dada.

A consciência, portanto, neste processo de troca homem-natureza desempenha um papel que vai muito além da mera armazenagem de dados que os sentidos lhe transmitem; ao contrário, ao ser capaz de apreender o nexos dos elementos que estão à sua volta adquire função ativa, transformadora, permitindo ao homem agir de forma

inovadora sobre a realidade, transformando-a e transformando a si mesmo, em um inesgotável processo de construção da história.

A consciência vista desta forma, perde não só seu caráter passivo, como também fica excluído, é bom que se diga, qualquer caráter metafísico de sua constituição. Ela se forma no aqui-agora deste intercâmbio com a natureza, apresenta respostas aos problemas que ela própria fórmula no desenrolar deste embate, não transcendendo em nenhum aspecto, exceto se quisermos, pela identificação do leque de possibilidades que se abre à ação humana, a este fazer do homem. A consciência é o ser consciente, finda-se com o fim deste.

No entanto, embora só possa se manifestar pelas individualidades humanas, a consciência é também um produto social. Como já dito, constrói-se o intercâmbio do homem com a natureza, mas também este intercâmbio não se dá de forma isolada, unidade humana frente à natureza. O fazer-se do homem é, desde o princípio, um fazer-se coletivo. O homem, a não ser nas ilusões robinsonianas do pensamento liberal, não é um mônada isolado de outros homens.

Decorrem da produção de suas vidas as relações que os homens estabelecem entre si, independentemente de suas vontades. A materialização da consciência através da linguagem permite o estabelecimento destas relações ao mesmo tempo em que criam as condições aos homens para codificarem suas experiências.

Desta forma, pelo trabalho, ficam estabelecidas as mediações entre o homem e a natureza e dos homens entre si. Estas, que fique esclarecido, são mediações de primeiro grau, inelimináveis, determinantes de tantas outras, mas, obviamente, não as únicas. À medida que este intercâmbio adquire novas proporções decorrentes do inexorável desenvolvimento das condições em que o homem produz, novas mediações são incorporadas em patamares diferenciados, constituindo um complexo de complexos que se identifica com a totalidade do ser social.

O desenvolvimento desta totalidade não se dá, certamente, à margem de profundas contradições. A partir do momento que determinados agrupamentos humanos alcançam níveis de produção que lhes permitem alcançar crescentes quantidades de excedentes, abre-se para esta parcela da humanidade a possibilidade

de emancipar-se da árdua tarefa da produção dos bens materiais necessários à sua sobrevivência, tarefa está transferida a outros agrupamentos humanos que, pela força, se deixam dominar.

Do estabelecimento desta primeira forma de divisão social do trabalho (que transcende a divisão primária por sexo e idade presente nas comunidades primitivas) aos nossos dias, a cisão da humanidade entre homens que produzem e outros que se apropriam do que é produzido aprofunda-se e simplifica-se até o estágio em que a separação entre os produtores diretos e os meios de produzir se torna completa na moderna sociedade capitalista.

Deste fato decorre a também completa separação entre o homem e o produto do seu trabalho, por consequência do homem e do processo de produção. Esta condição que Marx chamou de alienação implica em um processo de desefetivação do homem pela transformação do trabalho em atividade limitada à sobrevivência e não mais um ato teleológico repleto de possibilidades.

Esta restrição do elemento consciente pela imposição de uma divisão social do trabalho voltada não à satisfação das necessidades humanas, mas exclusivamente determinada pela dinâmica de reprodução do capital ou pela necessidade de produzir com vistas às necessidades do mercado implicam na pauperização da capacidade humana de idear e transformar a realidade. O viver verdadeiro humano cheio de possibilidades, torna-se uma atividade sem atração presa a uma lógica do viver para produzir e do produzir para viver.

É inegável que esta forma pauperizada de existência produz na mesma escala de sua miséria seu correspondente ideal. A consciência deste mundo invertido só pode ser a consciência invertida deste mundo. Fragmentado em sua humanidade, o trabalhador restrito ao longo de sua vida a esta ou aquela atividade cada vez mais monótona, só pode adquirir espontaneamente uma consciência também fragmentada e imediata, cada vez menos capaz de compreender as múltiplas determinações do mundo em que vive. Assim acata e ajuda a reproduzir uma visão distorcida da realidade em que se lhe apresentam as contradições sociais como resultado da ação de elementos inevitáveis presentes em uma suposta natureza humana.

Neste estágio, o universal humano se perde e no seu lugar emerge como única universalidade visível à lógica do mercado. Em aparente oposição a este novo deus, mas como forças habilmente controladas por ele, multiplicam-se as formas, as mais variadas possíveis, de recusa desta lógica perversa do capital, representadas na contestação desorganizada da ordem, na violência social, na ausência de perspectivas, no combate a toda forma de razão, no niilismo ou no fundamentalismo religioso.

Toda herança cultural da humanidade é desprezada ou, na melhor das hipóteses, aproveitada de forma deformada por uma parcela ínfima da população, mantendo-se na ignorância uma significativa parcela da humanidade à qual também ficam proibidos, na mesma proporção, os acessos aos bens materiais.

Aqui, devemos perguntar: pode a educação produzir-se à margem deste quadro? Podemos pela educação reverter a presente situação?

Crer na redenção da humanidade pela educação, independente da forma como ela se realize parece ser uma utopia, uma pregação moral que recusa as condições objetivas de um mundo tal como ele é para apostar suas esperanças em um mundo tal como ele deveria ser. No entanto, a educação vista como o ato deliberado de transmitir a alguém conhecimentos acumulados pela humanidade pode e deve cumprir um papel significativo como freio a este processo de (des) humanização, ou, mais que isso, é condição necessária (ainda que insuficiente) no projeto social de sua reversão.

Daí decorre que o processo de aprendizagem não pode ser visto, como muito se tem dito, como uma atividade lúdica, limitada a uma socialização da criança. A menos que se queira, com o nome de educação, domesticar crianças para uma vida carente de verdade, onde a primeira vítima é a liberdade abatida sem dó pela ignorância, o ato de ensinar e de aprender exige esforço e superação.

A educação não pode limitar-se ao senso comum. Para isto existem todos os aparelhos de reprodução da ideologia das classes dominantes. Como superação, a educação prevê recusas, embates, esforços por parte de quem ensina e de quem aprende. O saber científico nunca está inteiramente diante de nossos olhos, pois, da mesma forma, a realidade também nunca está.

Para isto, o conhecimento fragmentado pelas disciplinas deve ser reconstruído em adequação com a totalidade da realidade. Isto não implica em uma pseudocientificidade de aparência frankensteiniana que entre nós assumiu o nome de inter ou trans-disciplinaridade. A unidade deste conhecimento deve se dar pelo reconhecimento, em primeiro lugar, desta totalidade, depois pela determinação do aqui- agora em que foi produzido (o que lhe tira qualquer ilusão de neutralidade científica), a seguir pela reconstrução dos nexos principais deste mesmo aqui- agora, enfim, pela reconstrução das múltiplas determinações que deram origem à sua elaboração.

A apropriação pelo professor deste conhecimento repleto de determinações não se dá, por certo, de um só golpe, mas a compreensão que a densidade de seu concreto pensado, ou seja, de que quanto mais rico de determinações colhidas no real for seu pensamento, mais apto estará a transmitir a seus alunos este conhecimento, é passo decisivo para a reversão em sala do estágio de alienação a que estão submetidos professores e alunos cujo resultado inevitável é um insustentável diálogo de surdos.

Compete sim ao professor estabelecer estes nexos, estabelecer as mediações que sustentem o seu conhecimento e reconstruí-las em direção ao conhecimento do aluno. As teorias que negam ao professor esta responsabilidade e que se escondem por trás de uma hipócrita aversão a uma suposta relação de dominação professor/aluno nada mais fazem do que negar ao aluno este caminho. A mediocridade do imediato é a sua visão de mundo; a preservação da mediocridade deste mundo é o seu objetivo.

Em ciência, todo começo é difícil.

Cabe ao educador compreender bem esta frase para não se responsabilizar por um único segundo desta sua tarefa. Cabe a ele, também, transmitir ao aluno a generosidade desta ideia.

Uma formação educacional fundamentada em pressupostos histórico-filosóficos pautada no desenvolvimento humano e social deve ter como alvo principal a formação inicial organizada curricularmente de forma que os conteúdos garantam uma sólida formação histórica e filosófica, incorporando a práxis em todas as áreas.

Em consonância com o referencial teórico utilizado, sua organização curricular, o perfil profissional do professor e os objetivos de cada disciplina, o CAP tem buscado o desenvolvimento da metodologia dialética, que, segundo Saviani (1999), está pautada no movimento que vai da síncrese – visão caótica do todo à síntese – uma rica totalidade de determinações e de relações numerosas –, pela mediação da análise – as abstrações e determinações mais simples.

A metodologia dialética se constitui numa orientação segura para o processo de descoberta de novos conhecimentos, bem como para o processo de transmissão e assimilação de conhecimentos.

A essência da ação norteada por esse método pressupõe considerar os conhecimentos reais dos educandos, sua prática vivida, seu cotidiano que precisa ser teorizada, fundamentada, instrumentalizada para que esse desenvolva uma consciência mais concreta da realidade vivida.

Desse modo, o processo pedagógico, segundo Gasparin (2002, p.7) deve possibilitar “a compreensão da essência dos conteúdos a serem estudados, a fim de que sejam estabelecidas as ligações internas específicas desses conteúdos com a realidade global, com a totalidade da prática social e histórica”.

Espera-se que com essa forma de trabalho o educando tenha condições de retornar à sua prática social, pensando e agindo numa perspectiva transformadora da realidade vista e vivida.

3.1. Proposta de Algumas Reflexões para Subsidiar o Elemento Conceitual

Considerando que o Projeto Político-Pedagógico é um processo de construção coletiva que se vincula a um movimento de ir e vir, de estudar, analisar, debater e valorizar as opiniões, é importante conhecer quais os sujeitos que se pretende formar, em qual sociedade estão inseridos e qual a escola que nos referimos. Para isto, não se pode desconsiderar algumas temáticas que necessitam ser incluídas no sistema de ensino com objetivo de melhorar as relações no espaço escolar e também formar uma

consciência mais humanizada, considerando a diversidade social, tanto no ambiente escolar quanto fora dele.

O CAP, amparado no Art. 68 e 70 do Regimento Escolar, prevê na organização curricular do Ensino Fundamental e Médio, conteúdo das diferentes temáticas: História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Prevenção ao Uso Indevido de Drogas, Sexualidade Humana, Educação Ambiental, Educação Fiscal e Enfrentamento a Violência contra a Criança e ao Adolescente, que serão trabalhadas ao longo do ano letivo em todas as disciplinas. Algumas questões a serem perseguidas pela escola:

3.1.1 Diversidade dos Sujeitos Escolares

O reconhecimento, o respeito e o direito à diversidade dependem de políticas educacionais que contemplem as especificidades históricas, políticas e de lutas sociais. À escola cabe suscitar as discussões no sentido gramsciano da **organização da escola e da cultura conforme o princípio educativo para o *devir* humano**. Corrigir desigualdades e injustiças que submetem os homens a processos de degradação humana como está posto no discurso neoliberal, implica em luta humana onde Entre todos os homens num mesmo processo formativo de consciência que tenha na história da humanidade, a base teórico-prática, para uma nova forma organização social, que tenha a diversidade como elemento importante da totalidade dos elementos que constituem o universo humano.

3.1.2. Tecnologia e Educação

Num mundo altamente tecnológico a educação não pode ser concebida de forma isolada dos avanços alcançados pela ciência neste quesito. A escola pública dificilmente terá acesso aos recursos tecnológicos disponíveis na sociedade, mas não pode desconsiderá-los no processo de apropriação dos conhecimentos produzidos pela humanidade. O grande desafio em relação aos recursos tecnológicos disponíveis para

os sujeitos no espaço escolar é conscientizá-los da utilização destes recursos a serviço do ensino e da aprendizagem e não somente como instrumentos que dão suporte na metodologia das aulas.

Assim sendo o uso das plataformas educacionais é planejado na hora-atividade, junto ao pedagogo e um cronograma de agendamento é elaborado pelo auxiliar administrativo responsável pela organização dos espaços, inclusive do Educatron, um recurso tecnológico que oportuniza diferentes abordagens pedagógicas. Bem como o uso do celular em sala de aula como uma ferramenta de apoio à educação tem sido bastante discutido nas reuniões pedagógicas. Por ser uma estratégia bem produtiva para os alunos, ajuda a aumentar sua motivação e, conseqüentemente, o engajamento e participação nos conteúdos ensinados. Sua utilização em sala é orientada pelos professores, de acordo com a necessidade pedagógica, diante dos objetivos de aprendizagem a serem alcançados, se tornando um recurso importante no trabalho com metodologias diversificadas.

3.1.3. Cuidar e Educar

“Para cuidar é preciso antes de tudo estar comprometido com o outro, com sua singularidade, ser solidário com suas necessidades, confiando em suas capacidades. Disso depende a construção de um vínculo afetivo entre quem cuida e é cuidado”. (RCNEI –Vol. 1, p. 75, MEC/SEF, 1988).

O “cuidar” é parte integrante da educação, embora possa exigir conhecimentos, habilidades e instrumentos que exploram a dimensão pedagógica. Cuidar de uma criança em um contexto educativo demanda a integração de vários campos de conhecimento e a cooperação de profissionais de diferentes áreas. O mais importante, no cuidado humano, é compreender como ajudar o outro a se desenvolver como ser humano. Para um desenvolvimento integral depende tanto dos cuidados relacionais que envolvem a dimensão afetiva e dos cuidados com os aspectos biológicos do corpo, como a qualidade da alimentação e dos cuidados com a saúde, quanto da forma como

esses cuidados são oferecidos e das oportunidades de acesso a conhecimentos variados.

Para cuidar é preciso considerar, principalmente, as necessidades das crianças e dos adolescentes, que quando observadas, ouvidas e respeitadas, podem dar pistas importantes sobre a qualidade do que estão recebendo. Os procedimentos de cuidado também precisam seguir os princípios de promoção da saúde física e mental. Para se atingir os objetivos dos cuidados com a preservação da vida e com o desenvolvimento das capacidades humanas, é necessário que as atitudes e procedimentos estejam baseados em conhecimentos específicos sobre desenvolvimento biológico, emocional, e intelectual das crianças, levando em conta diferentes realidades socioculturais (BRASIL, 1998, p. 25).

Para cuidar é preciso um comprometimento com o outro, com sua singularidade, ser solidário com suas necessidades, confiando em suas capacidades. Disso depende a construção de um vínculo entre quem cuida e quem é cuidado. É preciso que o professor possa ajudar a criança a identificar suas necessidades e priorizá-las, assim como atendê-las de forma adequada.

A Constituição de 1988 e a LDB lei 9.394/96 constata que o conceito de educar está intrinsecamente ligado à prática docente no sistema educacional. Nos primeiros anos de vida escolar a educação apresenta a finalidade de desenvolver o educando em sua formação pessoal e social, para o exercício da cidadania. O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil indica que educar é propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei 8.069 de julho de 1990, em seu art. 58 - Cap. IV apresenta a seguinte disposição com relação ao ato de educar: “no processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos

próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura”. (ECA, 1990).

A criança entendida como um sujeito social e histórico participa da organização familiar, que por sua vez, está inserida na sociedade, com determinada cultura, num determinado momento histórico. Possui uma natureza singular, que a caracteriza como ser humano que sente e pensa o mundo de um jeito próprio, mas, pelas interações sociais e culturais que estabelece, vai se apropriando das experiências vividas, tanto do mundo físico quanto do mundo cultural.

Por meio das brincadeiras, explicitam as condições de vida que estão submetidas e seus anseios e desejos. Desenvolve ideias e hipóteses sobre o meio e as relações que estabelece num processo de interação que desencadeia em novos conhecimentos cada vez mais elaborados.

O brincar, entendido como uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento da identidade e da autonomia da criança, desenvolve capacidades como atenção, imitação, memória, imaginação, além de fortalecer os laços sociais. É no brincar que as crianças experimentam outras maneiras de ser e de pensar, ampliam suas concepções sobre o mundo físico e social e estabelecem regras de convivência. Nesse contexto a criança dos anos iniciais do Ensino Fundamental deve ser entendida como um aluno que tem no brincar as possibilidades do desenvolvimento físico e intelectual. Jogos e brincadeiras podem enriquecer o planejamento do professor, nas diferentes disciplinas, significando os conteúdos escolares e favorecendo o processo de apropriação do conhecimento elaborado, que justifica a existência do espaço escolar obrigatório às crianças que nele ingressam.

3.1.4. Escuta Ativa

A escuta pedagógica ativa é uma prática educacional que envolve ouvir atentamente os estudantes, de forma empática, acolhedora e intencional, com o objetivo de compreender suas necessidades, emoções, perspectivas e contextos. Ela vai além de apenas "ouvir" — envolve interação, observação e compreensão profunda do que está

sendo comunicado, inclusive nas entrelinhas (linguagem corporal, silêncios, comportamentos). A escuta ativa busca:

Promover vínculos afetivos entre educadores e educandos;

Identificar dificuldades emocionais, sociais ou cognitivas;

Personalizar o processo de ensino-aprendizagem;

Criar um ambiente de respeito, inclusão e confiança; estimular o protagonismo do estudante.

3.1.5. Concepção de Infância e de Adolescência

“Quem é a criança? Que momento ela está vivendo? Quais são os seus direitos, interesses e necessidades? Por que ela pode ou deve ingressar no Ensino Fundamental? Qual é seu ambiente de desenvolvimento e aprendizado?” (BRASIL, 2004, p. 19).

A escola trabalha com a formação cultural, cada disciplina escolar é composta por um rol de conteúdos escolares a serem apropriados pelos alunos. Entretanto, o trabalho com o ensino dos conteúdos escolares, deve ser no sentido de sua coincidência com uma formação humana. Assim, na perspectiva da Teoria Histórico Crítica, o professor e o pedagogo convertem-se, por sua vez, em formador de homens (SAVIANI, ANDE, 1985).

A Concepção de Infância e de Adolescência, conforme as teorias acima, encontram-se fundamentadas na seguinte concepção de homem: em todos os estágios do desenvolvimento social, o **homem** nasce num mundo já ‘feito’, numa estrutura consuetudinária já ‘feita’. Deve então assimilar esses usos, do mesmo modo como assimila as experiências de trabalho. Desse modo, toma posse da história humana, ‘ingressa’ na história, e esse é o marco em que o homem consegue se orientar (Heller, 2004).

Também, com fundamentação em Vygotsky (2001), devemos considerar que: as particularidades históricas, geográficas, sexuais, individuais e de classe **engendram e cultivam** “formas básicas do comportamento humano”. O homem apresenta formas hereditárias de comportamento, os reflexos e os instintos, por exemplo, grito, engolição, sucção são imutáveis durante toda sua vida; movimentos uniformes para toda a espécie. “[...]. tosem e revelam medo quase da mesma forma o australiano e o esquimó, o Francês e o negro, o operário e o milionário, a criança e o velho, o homem antigo e o contemporâneo”. Entretanto, Vigotski chama a atenção para o fato de que o comportamento *humano*, ao contrário das formas hereditárias do comportamento, outros tipos de reações surgem “no processo de experiência pessoal no tempo mais vário e devem sua origem não à organização hereditária, mas às peculiaridades individuais da experiência pessoal”.

Assim, o ensino escolar deve considerar o processo de cuidar e educar no sentido de propiciar momentos de interação com os objetivos de ensino e suas formas de manifestação, tanto no trabalho com as crianças, quanto com os adolescentes, considerando a especificidade de suas etapas de desenvolvimento.

3.1.6. Educação em Direitos Humanos

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, proclamada pela Organização das Nações Unidas de 1948, traz em seu artigo 1º que, “*todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos*”, neste sentido cada um, e todos os humanos, são seres que nascem dotados de liberdade e igualdade em dignidade e direitos. Mais recentemente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96 e as Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos reconhecem o espaço escolar como local de promoção dos Direitos Humanos. A escola entende que se tais princípios não fossem feridos, não haveria necessidade de discuti-los. É na escola que as crianças e jovens mostram seus valores e princípios. Quando há desrespeito entre os colegas relacionados a diferentes tipos de preconceitos, quando a aceitação das diferenças não é uma constante, ou mesmo, quando a intolerância se

mostra nas brincadeiras e comentários em discussões formais ou informais, não se pode acreditar que os homens são igualmente respeitados com dignidade e direitos. Assim, o CAP tem incluído em seu currículo, valores e princípios de respeito à dignidade humana, nas diferentes disciplinas ou projetos desenvolvidos.

3.1.7. Educação Ambiental

A Lei Federal nº 9795/99 institui a política nacional de educação ambiental no Brasil. Em seu artigo 2º, determina que “a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal”.

A problemática ambiental tem sido pauta de discussão de diversos setores da sociedade permitindo a reflexão acerca da intensa aceleração dos processos de degradação deflagrados pela ação humana. Nesta perspectiva, a escola apresenta-se como um espaço privilegiado, pois é capaz de fomentar, por meio do trabalho interdisciplinar e transdisciplinar, a integração do conhecimento científico com as reflexões socioambientais atuais. Assim, a disciplina de ciências, por apresentar conteúdos estruturantes e específicos que estão diretamente relacionados com a questão ambiental, é extremamente importante para a construção de uma visão menos utilitarista do meio ambiente, permitindo a promoção da sustentabilidade. Os professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental, estão desenvolvendo projetos com a temática: Educação Ambiental, como parte prática do curso de extensão: Ensino e Aprendizagem – questões teórico-metodológicas, no ano de 2023, com o projeto Horta do Saber para os 1º e 2º anos.

3.2. Estágio Obrigatório e Não Obrigatório – Instrução Normativa 28/2010

SUED/SEED

Previsto na Lei 11.788, de 05 de outubro de 2008, normatizado no âmbito do Sistema Estadual de Ensino por meio da Deliberação n.º 02/2009, do Conselho Estadual de Educação, o estágio é concebido como um ato educativo intencional, devidamente previsto no Projeto Político-Pedagógico, pois constitui uma estratégia de integração teórico-prática que colabora para a preparação básica para o trabalho e para a formação cidadã dos estudantes.

Neste sentido, contribui para a concretização das finalidades do ensino médio e permite a aplicação dos saberes dos conhecimentos gerais bem como seu aprofundamento à medida em que o estudante aprende as rotinas e processos e procura soluções para as situações que se apresentam no mundo do trabalho, vinculando, assim, pedagogicamente o estágio e contextualizando a prática no currículo dessa etapa. Considerando o direito de formação plena, garantido na Constituição Federal (art. 205) e a contribuição das relações sociais a esse estudante, justifica-se a prática supervisionada.

O Estágio é o ato educativo escolar supervisionado, realizado no ambiente de trabalho, cujas atividades devem estar adequadas às exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento cognitivo, pessoal e social do estudante, de modo a prevalecer sobre o aspecto produtivo.

Pode ser obrigatório e não obrigatório. O primeiro é entendido como componente curricular obrigatório, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma, previsto na legislação vigente, conforme a natureza do perfil profissional. O segundo, não obrigatório, aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga-horária regular e obrigatória para estudantes com idade mínima de 16 (dezesesseis) anos, conforme o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal. O Plano de Estágio não obrigatório para o Ensino Médio, necessita de um professor orientador e um pedagogo designado para acompanhar os estágios.

Os objetivos do estágio para alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio são: preparar o estudante para cidadania e trabalho, proporcionar ao estudante atividades que contribuam para sua formação cultural e profissional, levar o

estudante a compreender a importância da inter-relação dos saberes, contribuir para que o estudante perceba a aplicação dos saberes na relação teoria e a prática.

A instituição de ensino e a parte concedente de estágio poderão contar com serviços auxiliares de agentes de integração, públicos ou privados, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado. Os agentes de integração são instituições de iniciativa pública ou privada que intermediam o processo de aperfeiçoamento do estágio conforme o disposto no art. 13 da Deliberação nº 02/09 – CEE/PR.

As atividades do estágio são consideradas como parte do currículo, portanto sua carga-horária deve ser registrada no Histórico Escolar do estudante conforme estabelecido no Parágrafo único do art. 3º da Deliberação n.º 02/09 – CEE/PR.

A instituição de ensino e a concedente devem avaliar o estágio em um prazo não superior a 6 (seis) meses quanto às condições para sua realização firmadas no Termo de Compromisso e Plano de Estágio. São consideradas condições adequadas para o desenvolvimento do estágio um ambiente de aprendizagem social, profissional e cultural que possibilite o desenvolvimento de atividades contextualizadas com o currículo; acompanhamento da instituição de ensino e supervisão da concedente; e, instalações que permitam proteção do estagiário conforme disposto nos art. 63, 67 e 69 do Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 18 da Deliberação nº 02/09 – CEE/PR).

O estágio deve estar regulamentado no Regimento Escolar. Sendo que, a jornada de estágio não pode comprometer a frequência às aulas e o cumprimento dos demais compromissos escolares e, não poderá ultrapassar: quatro (4) horas diárias e vinte (20) horas semanais, no caso de estudantes de Educação Especial e dos anos finais do Ensino Fundamental na modalidade Profissional de Educação de Jovens e Adultos; seis (6) horas diárias e trinta (30) horas semanais, no caso de estudantes de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e do Ensino Médio, inclusive na modalidade de Educação de Jovens e Adultos; quarenta (40) horas semanais, no estágio relativo aos cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, desde que isso esteja previsto no Projeto Político-Pedagógico, no Plano de Curso, no Plano de Estágio, no Termo de Convênio e

no Termo de Compromisso de Estágio. A duração do estágio, contratado com a mesma instituição concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário com deficiência.

3.3. Violências e Uso de Álcool e Outras Drogas em Âmbito Escolar

“A contemporaneidade traz a sociedade uma gama de questões sociais que se manifestam diretamente nas escolas. As violências – fenômeno social, histórico, cultural e político – apresentam-se de forma complexa e multifacetada, nominadas num tripé geral como violência física, psicológica e sexual”. (Caderno de Orientações do PPP, 2016)

Neste sentido, a comunidade discente do CAP/UEM reflete o contexto sociocultural, principalmente no que se refere à violência psicológica e a violência física, sendo que a física aparece num grau menor, em relação a psicológica. As discussões com os educadores relacionadas às formas de violência psicológica – bullying, vem sendo desenvolvido com os alunos em sala de aula, por professores, pedagogos e acadêmicos bolsistas. As agressões físicas, quando ocorrem, são tomadas medidas com a presença dos pais ou responsáveis. O CAP/UEM está iniciando processo da Justiça Restaurativa para mediação dos conflitos que atuará nas manifestações de diferentes tipos de violência no espaço escolar além de se pautar no Guia de Orientações de Protocolo sobre as Violências.

Além dos programas específicos para prevenção e combate à violência o CAP/UEM discute com a comunidade escolar os problemas do cotidiano que envolvem principalmente, os alunos. Assim, o conjunto de regras discutidas e aprovadas pela comunidade escolar tem se efetivado ao longo do tempo e observa-se avanços na consciência dos educandos no que tange à sua função na escola. O controle das chegadas tardias e das aulas vagas, a proibição do uso do celular e de outros materiais estranhos às aulas foram ações que incidem no resgate da função social da escola, que, entendemos como promotora do processo ensino-aprendizagem. Os resultados foram: diminuição das tentativas de cabular aula, controle dos alunos em situação de

uso ou tráfico de drogas no interior da escola. Precisamos avançar nas questões do respeito às diferenças e responsabilização pelos atos cometidos.

O CAP/UEM tem realizado um trabalho em parceria com os órgãos de proteção à criança e ao adolescente. Todos os problemas que fogem da instância escolar têm sido encaminhados aos órgãos competentes, como CREAS – Centro de Referência Especializada de Assistência Social; CAPS I – Centro de Atenção Psicossocial; UPAs – Unidades Básicas de Saúde, Conselho Tutelar, entre outros. Muitas ações são em parceria com tais órgãos e profissionais envolvidos, em busca de soluções coletivas. O acompanhamento dos encaminhamentos definidos coletivamente, é fundamental para que a escola e o órgão envolvido continuem auxiliando os alunos e suas famílias na resolução dos problemas apresentados.

A escuta é um momento específico e planejado para conhecer ativamente os estudantes contribuindo para a criação de um ambiente onde os jovens se sintam amparados e tenham liberdade para expressar e compartilhar o que pensam e sentem sobre determinados assuntos e acolher a suas ideias sem julgamentos.

3.4. Currículo e Conhecimento

Para Veiga (2002) o currículo é um componente importante da organização escolar e faz parte do Projeto Político-Pedagógico de cada escola. Por isso ele deve ser pensado e refletido pelos sujeitos em interação, que têm um mesmo objetivo e a opção por um referencial teórico que o sustente. Não é um documento estático, mas ao contrário, está em constante processo de transformação. É um instrumento que situa o contexto social que a comunidade está inserida, com o intuito de possibilitar o desenvolvimento cultural e cognitivo dos educandos.

No CAP/UEM, o conhecimento historicamente produzido é organizado por disciplinas contemplando os documentos oficiais, mas também, a demanda que surge por conta das questões sociais, culturais, ambientais, artísticas, que não podem ser desconsideradas, na perspectiva teórica de formação do homem sócio-histórico. Em

relação às etapas de ensino, o CAP/UEM procura organizar seu currículo nos seguintes fundamentos da LDB 9394/96:

3.4.1. - Ensino Fundamental

O Art. 32 da LDB 9394/96, define como objetivo para o Ensino Fundamental a formação básica do sujeito, mediante:

I - O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV - O fortalecimento dos vínculos da família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância em que se assenta a vida social.

3.4.2. – Ensino Médio

O Art. 35 da LDB 9394/96, define como finalidade para o Ensino Médio, os seguintes princípios:

I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II– A preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III– o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

A partir de 2017, foram estabelecidas novas premissas para a oferta do Ensino Médio, dentre essas a reorganização curricular no Estado do Paraná, como principal objetivo de orientar e subsidiar o Sistema de Ensino do Paraná no processo de elaboração de suas propostas pedagógicas curriculares.

O Ensino Médio, previsto na Lei Federal nº 13.415/2017, começou a ser implementado em 2022 em todo o país, nas escolas públicas e privadas. Na organização do documento existe a intencionalidade em acolher as diferentes formas de expressão das juventudes e das variadas modalidades de ensino, considerando a diversidade de contextos do Estado do Paraná. As temáticas contemporâneas fluem ao longo do Currículo e trazem a oportunidade para a aproximação das práticas aos contextos e desafios inerentes à realidade estudantil, reforçando a necessidade da atribuição de sentido ao processo pedagógico, visando uma aprendizagem significativa.

Os encaminhamentos metodológicos pautados em premissas básicas de cada Área indicam estratégias de ensino e de aprendizagem, que possibilitam protagonismo ao estudante, promovendo o desenvolvimento da autonomia. Neste sentido, se apresentam sugestões para a prática pedagógica, visando contribuir para a construção integrada e contextualizada do planejamento docente.

O sistema de Avaliação evidencia os pressupostos formativos em cada área do conhecimento, considerando-se as reais necessidades e desafios do contexto educacional no qual os estudantes estão inseridos. Nessa perspectiva, os resultados e indicadores obtidos não se tornam um fim em si mesmos, mas contribuem como subsídio para o direcionamento do processo de aprendizagem.

Desta maneira, na organização do trabalho docente, admite-se a necessidade de mudanças expressivas nas ações pedagógicas. Para tanto, é fundamental a integração entre os profissionais na elaboração de um planejamento, que considere os objetivos de aprendizagem, a fim de avançar em direção a uma prática contextualizada.

O Currículo do Ensino Médio Paranaense busca a organização do conhecimento e desenvolvimento dos processos de ensinar e aprender de forma integrada e traduz o objetivo central da educação, que é o desenvolvimento do estudante em sua integralidade,

contemplando as dimensões intelectual, física, afetiva e social.

No contexto de mudanças previstas para o Ensino Médio no Paraná, almeja-se que o Currículo da Formação Geral Básica, na prática, se constitua em um espaço de diálogo, com escolhas conscientes de todos os envolvidos na busca por uma aprendizagem significativa. Entre as mudanças aparece uma reforma da grade curricular, onde algumas disciplinas foram excluídas ou deixam de ser obrigatórias no currículo dos alunos. As mudanças começaram no primeiro ano dessa etapa de ensino.

A principal mudança foi em 2022, quando os alunos cumpriram os chamados itinerários formativos. Assim, os estudantes passaram de quatro horas para cinco horas diárias de aulas.

A grade curricular das escolas públicas e privadas do Ensino Médio possui um novo formato, diferente do que eram anteriormente com as disciplinas, ou seja, de forma individualizada. Com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), os conteúdos estão divididos em áreas do conhecimento de maneira similar à que acontece no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). São elas:

- linguagens e suas tecnologias;
- matemática e suas tecnologias;
- ciências da natureza e suas tecnologias;
- ciências humanas e sociais aplicadas;

Estas divisões abrangem Língua Portuguesa, Arte, Educação Física, Língua Inglesa, Matemática, Biologia, Física, Química, Filosofia, Geografia, História e Sociologia.

Destas disciplinas, somente Língua Portuguesa e Matemática são obrigatórias nos três anos do Ensino Médio.

A grade curricular do Ensino Médio não deve ultrapassar o limite de 1.800 horas ao longo dos três anos deste segmento de ensino.

Os Itinerários formativos

Os itinerários formativos são a maior novidade no novo ensino médio, pois são o conjunto de disciplinas, projetos, oficinas, núcleos de estudo, entre outras situações

de trabalho, que os estudantes poderão escolher no ensino médio. Os itinerários formativos podem se aprofundar nos conhecimentos de uma área do conhecimento (Matemáticas e suas Tecnologias, Linguagens e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas) e da formação técnica e profissional (FTP) ou mesmo nos conhecimentos de duas ou mais áreas e da FTP. As redes de ensino terão autonomia para definir quais os itinerários formativos irão ofertar, considerando um processo que envolva a participação de toda a comunidade escolar.

Eles serão optativos, escolhidos de acordo com a vontade do estudante e da oferta da instituição e serão compostos para se aprofundar nos conhecimentos das seguintes áreas:

- Linguagens e suas tecnologias;
- Matemática e suas tecnologias;
- Ciências da natureza e suas tecnologias;
- Ciências humanas e sociais aplicadas;
- Formação técnica e profissional.

Desta forma, no Colégio de Aplicação Pedagógica da Universidade Estadual de Maringá, acontecerá da seguinte forma: o aluno terá em sua grade as quatro áreas do conhecimento divididas durante o ano, e poderá escolher uma disciplina extra para se aprofundar em uma das áreas ou na formação técnica e profissional.

Por exemplo, a escola pode oferecer um itinerário de comunicação, no campo de linguagens e suas tecnologias, e outro de meio ambiente e sociedade em ciências da natureza, e o estudante terá a liberdade de optar qual itinerário cumprir. A escola deverá criar os espaços e tempos de diálogo com os estudantes, mostrando suas possibilidades de escolha, avaliando seus interesses e, conseqüentemente, orientando-os nessas escolhas. Ou seja, é fundamental trabalhar o desenvolvimento do projeto de vida dos estudantes, para que sejam capazes de fazer escolhas responsáveis e conscientes, em diálogo com seus anseios e aptidões. Até 2024, o novo ensino médio passará de 800 para 1.000 horas anuais, atingindo 3.000 horas ao final

dos três anos. Para atingir o total de horas, cada ano letivo deve ter 200 dias, com, em média, cinco horas por dia.

As áreas do conhecimento ocuparão 60% do tempo de grade do ensino médio, não podendo ultrapassar o limite de 1.800 horas totais ao final dos três anos. Já os itinerários formativos devem ocupar os 40% restantes, totalizando 1.200 horas.

3.4.3. Educação Especial

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, a Educação Especial é uma modalidade de ensino transversal, que perpassa todas as etapas e demais modalidades da Educação Básica. Os sistemas de ensino devem matricular todos os estudantes com deficiências (deficiência intelectual, deficiência física neuro motora, deficiência visual, surdocegueira e surdez), transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, cabendo às escolas a organização para o atendimento educacional especializado, garantindo as condições para uma educação de qualidade para todos, considerando suas necessidades pedagógicas específicas, pautando-se em princípios éticos, políticos e estéticos. Os sistemas e as escolas devem proporcionar condições para que o professor da classe comum consiga explorar e estimular as potencialidades de todos os estudantes, adotando uma pedagogia dialógica, interativa, interdisciplinar e inclusiva. (Caderno PPP – versão preliminar. Curitiba/SEED/PR. 2016, p. 32)

Para Maria Teresa Eglér Mantoan, a inclusão é uma inovação que precisa ser concretizada. O princípio democrático da educação para todos não pode ser entendido apenas como um direito de “estar” na escola, mas de “receber” o atendimento que promova progressos significativos na vida escolar dos alunos.

A inclusão não se refere apenas às pessoas com necessidades especiais. A pobreza, os jovens trabalhadores, os grupos marginalizados, o insucesso escolar, também alimentam forma de exclusão que precisa ser dimensionada e vencida no espaço escolar.

Numa perspectiva de que a escola foi criada para fazer com que os alunos se apropriem dos conteúdos escolares faz-se necessário que os profissionais que atuam na escola organizem esse espaço, para que todos que nela ingressarem, tenham sucesso no processo de aprendizagem.

Este estabelecimento de ensino atende a diversidade da seguinte forma: A sociedade atual determina padrões de normalidade para as pessoas e a partir disso passa a “excluir” aqueles que não atendem essas condições. Esses são vistos como diferentes e sofrem discriminação sendo impedidos, muitas vezes, de perceberem-se como pessoas capazes de aprenderem, produzirem, relacionarem-se socialmente. A educação, ao adotar a diretriz inclusiva no exercício de seu papel socializador e pedagógico, buscará estabelecer relações sociais de solidariedade, refletindo um dos tópicos mais importantes para a humanidade: o da abertura para o mundo e para o outro. Essa abertura solidária e sem preconceitos, poderá fazer com que todos se percebam como dignos e iguais na vida social.

A nova Política Nacional para a Educação Especial estabelece que toda criança e jovem com necessidades educacionais especiais devem estar na escola regular com apoio em Salas de Recursos Multifuncionais. Desaparecendo, portanto, as escolas e classes segregadas. O atendimento especializado continua existindo em turno contrário é o que define o Decreto 6571/2008. Assim, estamos passando por um momento de construção, no qual a inclusão em sala de aula está sendo aprendida no dia a dia de acordo com a experiência de cada professor em qualquer nível de ensino, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior.

Diante de novas regras faz-se necessário lembrar que temos que assegurar a todos a igualdade e direito de condições para o acesso e permanência na escola, sem qualquer tipo de discriminação, o que já está previsto na Constituição Federal desde 1988, mas que ainda não se tornou realidade para milhares de crianças, jovens e adultos que apresentam necessidades educacionais especiais, vinculadas ou não a deficiências.

Liberdade, Igualdade e Fraternidade são princípios fundamentais das sociedades modernas. Ao trabalhá-los de forma conjunta e individual temos as bases da própria cidadania. Isso garante direitos e determina obrigações, criando uma rede de solidariedade e crescimento coletivo.

Todos somos cidadãos, diferentes e cada um com suas especificidades. É isso que nos torna especiais. Todos têm o direito de aprender, de crescer, de viver com alegria e alcançarmos sucesso de acordo com nossas limitações e potencialidades, ou seja, temos o direito de termos igualdade na diversidade.

Para que essa igualdade seja real, a lei exige que sejam garantidas a todas as pessoas as condições apropriadas de atendimento às peculiaridades individuais, de forma que todos possam usufruir as oportunidades existentes. Enfatizando-se que tratamento diferenciado aqui não se refere à instituição de privilégios, e sim, a disponibilização das condições exigidas, na garantia da igualdade.

Para que este processo ocorra, é necessário que sejam ressignificados os papéis de agentes e a prática educacional, aproximando a escola da realidade social na qual seus alunos vivem.

A escola é um dos principais espaços de convivência social do ser humano, durante as primeiras fases de seu desenvolvimento. Ela tem papel primordial no desenvolvimento da consciência de cidadania e de direitos, já que é na escola que a criança e ao adolescente começam a conviver num coletivo diversificado, fora do contexto familiar.

Levando-se esse fator em conta, uma proposta de educação inclusiva deve sensibilizar educadores e educandos para novas formas de convivência baseadas na solidariedade e no respeito às diferenças, valores essenciais na formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres e sensíveis para rejeitarem toda forma de exclusão, violência ou opressão.

Muitos já foram os passos dados visando essa proposta educacional que está garantida em nossa legislação vigente como o exposto no art. 54 da LDB 9394/96 onde diz que: "... é dever do Estado garantir à criança e ao adolescente":

I - Ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II - Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

III - Atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

IV - Atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Este é apenas um dos documentos através do qual garante-se o atendimento a criança independente de sua condição física ou social, na rede regular de ensino desde a Educação Infantil.

Outros dispositivos legais como o já citado Decreto 6571 de setembro de 2008 regulamentado pela Instrução n.º 14/2009 vem reforçar a importância da mudança de postura e paradigmas face ao atendimento à pessoa com deficiência independente de sua idade.

Assim, diante do exposto e com base nos documentos norteadores para a prática educacional indicada para o momento atual às escolas de Ensino Regular e de Educação Infantil necessitam rever suas posturas para estarem atendendo com qualidade a alunos de diferentes perfis indistintamente.

Não cabe mais aos educadores questionar a inclusão ou a forma como ela está sendo implantada. É necessário ter em mente que ela já é uma realidade. O convívio das diversidades é uma experiência muito rica e que permite aos alunos aprenderem desde cedo que as limitações são normais para todos. Os professores devem trabalhar com o conceito de que cada aluno possui um potencial e um limite. Para que esse potencial seja explorado será necessária a construção de modelos nos quais serão utilizados recursos diversos dentre os quais a Tecnologia Assistiva, que exige do professor a busca de novos conhecimentos vindos através de uma formação continuada, que facilitará a este perceber que a tecnologia poderá ser uma ferramenta indispensável a sua prática e muitos benefícios trará para os alunos e para sua prática docente.

Entretanto não devemos esquecer que a responsabilidade no processo de inclusão não depende só do professor. A participação efetiva de toda a comunidade

escolar e da família neste processo é fundamental, mas, também é necessário o levantamento de dados e informações sobre os alunos a serem atendidos, para que com essas informações seja possível a busca de alternativas para bem atendê-los, compreender seu processo de aprendizagem, estabelecer estratégias iniciais de ensino e favorecer o desenvolvimento de suas potencialidades. O professor de posse das informações coletadas junto a familiares e profissionais especializados que já atenderam a criança deverá adaptar os métodos de ensino de acordo com o tipo e grau de deficiência do aluno, buscando as alternativas para que ele consiga participar das aulas e desenvolver sua aprendizagem.

Ainda, é bom sempre lembrar que um verdadeiro processo inclusivo se faz também com atividades que propiciem explorar a interação entre gêneros, cores, etnias, credos religiosos ou políticos, diversidade física sensorial ou cognitiva.

Após as adaptações feitas oportunizando a aprendizagem do aluno a avaliação também poderá ser modificada desde que sejam avaliados os objetivos que se pretendia atingir com aquele aluno.

Enfim, a inclusão é um processo, e como educadores, temos que enfrentar este desafio buscando informações, conhecendo novas metodologias, ferramentas e recursos, por meio de uma formação continuada, favorecendo a aprendizagem destes alunos que muito podem aprender e ensinar desde que sejam tratados com respeito por todos os envolvidos com sua educação.

Alguns artigos constantes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96, sustentam a educação especial da seguinte forma:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º. A oferta de Educação Especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades;

II - Determina idade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do Ensino Fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; IV - Educação Especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em Educação Especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público.

Parágrafo único. O Poder Público adotará como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo.

Democratizar o espaço escolar através da diversidade humana representa um amadurecimento da política educacional no âmbito das políticas públicas nacionais e estaduais. Partindo deste princípio o DEEIN (Departamento de Educação Especial e Inclusão da Secretaria de Estado da Educação do Paraná) prima pela concepção do desenvolvimento no potencial humano e na superação de atitudes de preconceito e discriminação em relação às diferenças pessoais.

O objetivo da inclusão não se restringe apenas às pessoas com deficiência, mas também a grupos marginalizados e excluídos em cada um dos momentos históricos da nossa sociedade. Incluir requer ampla rede de significações e ressignificações de diferentes olhares e formas de se efetivar esse processo.

A política e a prática de inclusão não têm um significado único e consensual, em razão de serem determinados por múltiplos fatores, amplitude de significados e relações. Para Edler Carvalho, 2004, as escolas inclusivas são escolas para todos, implicando num sistema educacional que reconheça e atenda às diferenças individuais, respeitando as necessidades de qualquer dos alunos.

Desta forma, a inclusão não se refere a um único grupo do espaço escolar, pois abrange os grupos marginalizados, se estende aos alunos que apresentam problemas ou dificuldades de aprendizagem, dos quais nem sempre atingem as expectativas de aprendizagem e avaliação da escola, devido a diversos fatores, sejam eles por questões econômicas e culturais desfavoráveis. Assim, o espaço escolar organizado necessita adequar-se a esta nova realidade de forma consciente e responsável.

No que se refere à inclusão educacional dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/Superdotação, necessita do suporte da educação Especial.

Salas de Recursos Multifuncionais:

De acordo com a Superintendência da Educação, no uso das suas atribuições, a Educação Especial baseia-se na:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional N° 9394/96;
- Decreto Federal N° 7611, de 17 de novembro de 2011;
- Resolução CNE/CEB 4/2009;
- E os preceitos legais que regem a Educação.

Definição:

Sala de Recursos Multifuncional – Tipo I, na Educação Básica é um atendimento educacional especializado, de natureza pedagógica que complementa a escolarização de alunos que apresentam deficiência intelectual, deficiência física neuro motora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos e alunos de Altas Habilidades/Superdotação matriculados na Rede Pública de Ensino.

Objetivos:

Apoiar o sistema de ensino, com vistas a complementar a escolarização de alunos com deficiência intelectual, deficiência física neuro motora, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos funcionais específicos e Altas Habilidades/Superdotação matriculados na Rede Pública de Ensino.

Crítérios de Organização e Funcionamento:

A Sala Multifuncional do Tipo I funcionará com características próprias em consonância com as necessidades específicas dos alunos nela matriculados. Todas as Salas de Recursos abertas e em funcionamento neste Estabelecimento de Ensino tem autorização legal para o devido atendimento.

Quanto ao funcionamento estão organizadas:

- Salas de Recursos Multifuncional – Tipo I para anos iniciais do Ensino Fundamental - sendo de 13 horas/aula para o trabalho pedagógico com alunos e 7 horas/aula para horas atividades do professor, de acordo com a legislação vigente. O

atendimento visa alunos que apresentam Deficiência Intelectual, Deficiência Física Neuromotora, Transtornos Globais do Desenvolvimento, Transtornos Funcionais Específicos e alunos que apresentam Altas Habilidades/Superdotação.

- Salas de Recursos Multifuncional – Tipo I para anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio - sendo 13 horas/aula para efetivo trabalho pedagógico e 7 (sete) horas-atividade do professor, de acordo com a legislação vigente. A carga-horária reservada para hora-atividade do professor deve respeitar a normatização da mantenedora. O atendimento visa alunos que apresentam Deficiência Intelectual, Deficiência Física Neuromotora, Transtornos Globais do Desenvolvimento, Transtornos Funcionais Específicos e alunos que apresentam Altas Habilidades/Superdotação.

- O atendimento de Professores de Apoio Educacional Especializado – PAEE, em relação aos alunos com Transtornos Globais do Desenvolvimento e Professor de apoio à Comunicação Alternativa – PAC, que atende aluno com Deficiência Física Neuro motora, são realizados pelos professores juntamente com os alunos em sala de aula do ensino regular.

Recursos Materiais:

A Sala de Recursos Multifuncional – Tipo I, na Educação Básica deve ser organizada com materiais didáticos de acessibilidade, recursos pedagógicos específicos adaptados, equipamentos tecnológicos e mobiliários. Entre estes se destacam: os jogos pedagógicos que valorizem os aspectos lúdicos estimulem à criatividade, a cooperação, a reciprocidade e promovam o desenvolvimento dos processos cognitivos.

Quanto ao número de alunos:

O número máximo é de 20 (vinte) alunos com atendimento por cronograma para cada Sala de Recursos Multifuncional - Tipo I, na Educação Básica.

Quanto ao cronograma de atendimento:

a) O horário de atendimento ao aluno, na Sala de Recursos Multifuncional – Tipo I, na Educação Básica é em período contrário ao que está matriculado e frequentando a classe comum.

b) O atendimento educacional especializado é realizado por cronograma. Podendo ser individual ou em grupos, de forma a oferecer o suporte necessário às necessidades educacionais especiais dos alunos, consoante a área específica, favorecendo seu acesso ao conhecimento.

c) O cronograma de atendimento deve ser flexível, organizado e reorganizado sempre que necessário de acordo com as necessidades educacionais dos alunos.

d) No cronograma consta um horário para realização do trabalho colaborativo com professores do ensino regular e família.

e) A Sala de Recursos Multifuncional – Tipo I, na Educação Básica, são atendidos alunos matriculados da escola onde está autorizada, assim como alunos de outras escolas públicas da região.

f) A organização do cronograma tem a anuência da direção e equipe pedagógica do estabelecimento de ensino com vistas a atender as necessidades e especificidades de cada localidade.

Quanto à Frequência:

a) O aluno frequenta a Sala de Recursos Multifuncional – Tipo I, na Educação Básica o tempo necessário para superar as dificuldades e obter êxito no processo de aprendizagem na classe comum e no caso das Salas de Altas Habilidades promove-se o atendimento segundo os critérios legais:

“... atividades que favoreçam o aprofundamento e o enriquecimento de aspectos curriculares aos alunos que apresentam Superdotação, de forma que sejam desenvolvidas suas potencialidades, permitindo ao aluno superdotado concluir em menor tempo a educação básica, nos termos do Artigo 24, V, “c”, da LDBEN. (BRASIL, MEC/SEESP, 2001, p. 48-49)

b) O número de atendimento pedagógico deverá ser de 2 (duas) a 4 (quatro) vezes por semana, não ultrapassando 2 (duas) horas/aula diárias.

c) O professor da Sala de Recursos Multifuncional – Tipo I, na Educação Básica registra o controle de frequência dos alunos em Livro de Registro de Classe próprio do sistema.

d) O horário de atendimento da Sala de Recursos Multifuncional – Tipo I, na Educação Básica segue a estrutura e funcionamento da escola onde está autorizada.

Quanto à Documentação:

a) A secretaria da escola é responsável por manter a Sala de Recursos Multifuncional – Tipo I, na Educação Básica, bem como a organização e atualização sobre a documentação do aluno.

b) Na pasta individual do aluno, além dos documentos exigidos para a classe comum, deverá conter os relatórios de avaliação Psicoeducacional no contexto escolar que indicou neste atendimento especializado e relatório pedagógico do aluno, elaborado a partir do conselho de classe, conforme regimento escolar.

c) Quando o aluno frequentar a Sala de Recursos Multifuncional – Tipo I, na Educação Básica em escola diferente ao da classe comum, esta deverá constar na pasta individual a documentação citada no item anterior, visitada pela equipe técnico pedagógica de ambas as escolas.

d) No histórico escolar não deverá constar que o aluno frequentou Sala de Recursos Multifuncional - Tipo I, na Educação Básica.

e) Para transferência do aluno, além dos documentos da classe comum, deverão ser acrescentadas cópias do relatório de avaliação Psicoeducacional no contexto escolar e o relatório pedagógico.

Critérios de Organização Pedagógica:

Plano de Atendimento Educacional Especializado - é uma proposta de intervenção pedagógica a ser desenvolvida de acordo com a especificidade de cada aluno. Será elaborado a partir das informações da avaliação Psicoeducacional no contexto escolar, contendo objetivos, ações/atividades, período de duração, resultados esperados, de acordo com as orientações pedagógicas da SEED/DEEIN.

Ação Pedagógica

O trabalho pedagógico a ser desenvolvido na Sala de Recursos Multifuncional – Tipo I, na Educação Básica parte dos interesses, necessidades e dificuldades de aprendizagem específicas de cada aluno, oferecendo subsídios pedagógicos, contribuindo para a aprendizagem dos conteúdos na classe comum e, utilizando-se ainda, de metodologias e estratégias diferenciadas, objetivando o desenvolvimento da autonomia, independência e valorização do aluno.

Já no caso das **Salas de Recursos Multifuncionais - Altas Habilidades/Superdotação**, recebem atendimento diferenciado através de estratégias de enriquecimento curricular com frequência em contraturno. É um espaço organizado com materiais didático-pedagógico, equipamentos e profissional especializado onde é ofertado o atendimento educacional especializado suplementar que visa atender às necessidades educacionais especiais dos estudantes que apresentam altas habilidades/superdotação. Dentre as diversas atividades os alunos matriculados nestas salas estão desenvolvendo projetos de: Filosofia; Lixo eletrônico; Tanque de guerra; Teatro; Acontecimentos históricos; Foguetes; Aerodinâmica; Energias da natureza; Minérios, as maiores estrelas do universo.

Observa-se nestes alunos, indicativos de Altas Habilidades/Superdotação por apresentarem inteligência acima da média, alta criatividade e um grande envolvimento com a tarefa, uma alta motivação e necessitando de atividades de enriquecimento curricular no período contrários às aulas regulares.

Os alunos são organizados em grupos de acordo com o interesse, com carga horária de quatro aulas semanais distribuídas em duas horas por dia, sendo dois dias de frequência para cada grupo.

Os recursos pedagógicos são indispensáveis para o desenvolvimento de um bom trabalho de enriquecimento, no entanto, esta não é a essência do trabalho. É importante que se tenha à disposição: computador com acesso à internet, jogos intelectivos, materiais de apoio como quadro, papel, lápis colorido, aparelho de som, colchonetes, bolas, livros, quanto mais diversos e de qualidade o material, melhor. No entanto, o que se faz essencialmente necessário é a participação de professores especializados nas diversas áreas do conhecimento para a orientação e desenvolvimento dos projetos específicos por interesse e habilidade dos alunos.

Outro aspecto relevante para o atendimento e o suprimento das necessidades dos alunos é poder contar com o apoio e a parceria de professores de diferentes áreas do conhecimento e estagiários da Universidade para aprofundar conteúdos e conhecimentos que extrapolam os conhecimentos básicos trabalhados pelo currículo e atender o interesse dos alunos. Neste caso é fundamental que ocorra parcerias entre Universidade e o Colégio de Aplicação para o desenvolvimento de diferentes temas e projetos.

A presença da família também é de extrema importância, pois através dela conseguiremos mudar conceitos e opiniões sobre o tema AH/S. Para o ano corrente e os próximos anos letivos, são necessários mais momentos de interação entre família e escola, CAP e UEM (principalmente o relacionamento entre o Programa de Educação Tutorial – PET) e entre professores destas salas (AH/S) e professores do ensino regular para que o trabalho colaborativo reflita de forma ainda mais positiva no desempenho dos projetos dos alunos dessas salas para que desta maneira realizem um bom trabalho com estes alunos a fim de desenvolver ainda mais suas habilidades.

O trabalho pedagógico das Salas de Recursos é realizado basicamente em 3 eixos:

Eixo 1- Atendimento individual:

Sala de Recursos Multifuncionais tipo I, na Educação Básica – anos iniciais:

Trabalhar com o desenvolvimento de processos educativos que favoreçam a atividade cognitiva (áreas do desenvolvimento).

Sala de Recursos Multifuncionais tipo I, na Educação Básica – anos finais:

Trabalhar com o desenvolvimento de processos educativos que favoreçam a atividade cognitiva (áreas do desenvolvimento) e os conteúdos defasados dos anos iniciais, principalmente de leitura, escrita e conceitos matemáticos.

Sobre o aluno com Altas Habilidades/Superdotação o art. 6º da Deliberação 02/03 – CEE/PR determina: “(...) devido às necessidades e motivações específicas, requeiram enriquecimento, aprofundamento curricular e aceleração para concluir, em menor tempo quando necessário, a escolaridade, conforme normas a serem definidas por Resolução da Secretaria de Estado da Educação”.

- **Sala de Recursos Multifuncionais tipo I, na Educação Básica – Ensino Médio:**

Trabalhar com o desenvolvimento de processos educativos, que favoreçam a atividade cognitiva e os conteúdos defasados, principalmente de leitura, escrita e conceitos matemáticos.

Eixo 2 - Trabalho colaborativo com professores do ensino regular:

Tem como objetivo desenvolver ações para possibilitar o acesso curricular, adaptação curricular, avaliação diferenciada e organização estratégias pedagógicas de forma a atender as necessidades educacionais especiais dos alunos.

Eixo 3 - Trabalho colaborativo com a família

Tem como objetivo possibilitar o envolvimento e participação desta no processo educacional do aluno.

Avaliações de Ingresso para o Atendimento

Além do atendimento aos alunos avaliados e devidamente matriculados nos atendimentos especializados, esta instituição de ensino também tem se preocupado em acompanhar o desenvolvimento de seus alunos e na possibilidade de verificação das necessidades são realizadas avaliação Psicoeducacional no Contexto Escolar para reconhecimento das necessidades educacionais especiais dos alunos com indicativos de:

a) **deficiência intelectual**, a avaliação inicial deverá ser realizada pelo professor de Sala de Recursos Multifuncional – Tipo I e/ou pedagogo da escola com apoio do (s) professor (es) do Ensino Regular. Deverá focar aspectos relativos à aquisição da língua oral e escrita, interpretação, produção de textos, sistemas de numeração, cálculos, medidas, entre outros, bem como as áreas do desenvolvimento, considerando as habilidades adaptativas, práticas sociais e conceituais, acrescida necessariamente de parecer psicológico com o diagnóstico da deficiência.

b) **deficiência física neuro motora**, a avaliação inicial deverá ser realizada pelo professor de Sala de Recursos Multifuncional – Tipo I e/ou pedagogo da escola com apoio do professor(es) do Ensino Regular. Deverá focar aspectos relativos à aquisição da língua oral e escrita, interpretação, produção de textos, sistemas de numeração, cálculos, medidas, entre outros, bem como as áreas do desenvolvimento, considerando ainda, a utilização da comunicação alternativa para escrita e/ou para fala, recursos de tecnologias assistivas e práticas sociais, acrescida de parecer de fisioterapeuta e fonoaudiólogo. Em caso de deficiência intelectual associada, complementar com parecer psicológico.

c) **transtornos globais do desenvolvimento**, a avaliação inicial deverá ser realizada pelo professor de Sala de Recursos Multifuncional – Tipo I e/ou pedagogo da escola com apoio do professor(es) do Ensino Regular. Deverá focar aspectos relativos à aquisição da língua oral e escrita, interpretação, produção de textos, sistemas de numeração, cálculos, medidas, entre outros, bem como as áreas do

desenvolvimento acrescida necessariamente por psiquiatra ou neurologista e complementada quando necessário, por psicólogo.

d) **transtornos funcionais específicos:** a avaliação inicial deverá ser realizada pelo professor de Sala de Recursos Multifuncional – Tipo I e/ou pedagogo da escola, com apoio do professor(es) do Ensino Regular sendo:

e) **distúrbios de aprendizagem** – (*dislexia, disortografia, disgrafia e discalculia*), deverá focar aspectos relativos à aquisição da língua oral e escrita, interpretação, produção de textos, sistemas de numeração, cálculos, medidas, entre outras, bem como as áreas do desenvolvimento, acrescida de parecer de especialista em psicopedagogia e/ou fonoaudiológico e complementada quando necessário, por psicólogo.

f) **Transtornos do déficit de atenção e hiperatividade – TDA/H**, deverá focar aspectos relativos à aquisição da língua oral e escrita, interpretação, produção de textos, sistemas de numeração, cálculos, medidas, entre outros, bem como as áreas do desenvolvimento, acrescida de parecer neurológico e/ou psiquiátrico e complementada quando necessário, por psicólogo.

Quanto à identificação de alunos com Altas Habilidades algumas etapas são importantes:

g) **A entrevista com o(s) professor(es)** caracteriza uma etapa importante no processo de identificação. É comum que haja dúvidas de que um aluno mais agitado e que não apresenta as características do tipo acadêmico possa ser um aluno superdotado. O mito de que o superdotado deve ser bom em todas as matérias, bem-comportado e extremamente dedicado aos estudos escolares, ainda é muito forte na concepção do professorado em geral. Esta entrevista ajuda esclarecer as dúvidas do professor sobre estes aspectos e desmistificar muitas ideias errôneas acerca da Superdotação.

h) **Conversa em sala de aula** em que o aluno faz parte no ensino regular (quando necessário) para que os próprios colegas de sala façam os apontamentos

percebidos por eles nos momentos de aula e as atitudes de destaques reveladas pelos alunos.

i) **A entrevista com a família** é outra etapa imprescindível no processo de identificação. É nesta conversa que muitos pais destacam como é o desenvolvimento da criança, desde a sua concepção até a idade em que se encontra. Informações sobre os primeiros anos de vida são muito importantes para se obter dados de precocidade no desenvolvimento psicomotor, na linguagem, dentre outros aspectos. É importante conhecer as preferências da criança fora do ambiente escolar (do que ela gosta e as solicitações que costuma fazer à família).

j) **Na entrevista com o aluno** procura-se criar um ambiente descontraído, para que se sinta à vontade para responder com espontaneidade as diversas perguntas, permitir a expressão de suas ideias criativas. Algumas atividades pedagógicas e artísticas também são realizadas para perceber o grau de interesse, as áreas e como consegue se envolver com as tarefas, usando a criatividade. Ainda são utilizadas diferentes estratégias para deixar o aluno à vontade e selar bom vínculo, como convidá-lo para um jogo de tabuleiro, de estratégias, para fazer uma atividade com desenho ou pintura, ou até mesmo, para fazer uma caminhada pela escola, são recomendadas.

Após processo deve elaborar relatório descritivo com observações e indicativos observados e encaminhados ao Setor de Educação Especial ao NRE.

Atribuições do Professor da Sala de Recursos Multifuncionais – Tipo I, Educação Básica:

- a) Identificar as necessidades educacionais especiais dos alunos.
- b) Participar da avaliação Psicoeducacional no contexto escolar dos alunos com indicativos de deficiência intelectual, deficiência física neuro motora, transtornos globais do desenvolvimento, e transtornos funcionais específicos e Altas Habilidades/ Superdotação em conformidade com as orientações da SEED/DEEIN.

c) Elaborar Plano de Atendimento Educacional Especializado, buscando metodologia e estratégias diferenciadas, organizando-o de forma a atender as intervenções pedagógicas sugeridas na avaliação Psicoeducacional no contexto escolar.

d) Organizar cronograma de atendimento pedagógico individualizado ou em pequenos grupos, devendo ser reorganizado, sempre que necessário, de acordo com o desenvolvimento acadêmico e necessidades do aluno, com participação e apoio da equipe pedagógica da escola e família.

e) Registrar sistematicamente todos os avanços e dificuldades do aluno, conforme plano de atendimento educacional especializado e interlocução com os professores das disciplinas em relatórios semestrais.

Atendimento de Apoio em Sala Regular:

Como já foi mencionado a respeito dos apoios em sala de aula, neste estabelecimento de Ensino são oferecidos atendimentos a alunos com Transtornos Globais de Desenvolvimento (TGD) e para aluno com Deficiência Físico - Neuro motora.

Transtornos Globais do Desenvolvimento:

O Colégio de Aplicação Pedagógica (CAP/UEM), visa o trabalho de uma inclusão responsável, desta maneira, possui o atendimento especializado dos Transtornos

Globais do Desenvolvimento-TGD em sala regular de ensino com a presença constante de apoio. Até 2007, a terminologia utilizada na Educação era **Condutas Típicas** que começou a ser amplamente divulgada na década de 90 para fazer referência aos alunos que apresentavam distúrbios de comportamentos, substituindo a terminologia anteriormente empregada. Esses distúrbios de comportamento trouxeram muitos prejuízos, seja pelo preconceito que a expressão sugeria, seja pela interpretação

inadequada de qualquer reação do aluno pelo professor e que ocasionava um rótulo e posterior encaminhamento para a Educação Especial.

Atualmente, Ministério da Educação, objetivando a diminuição de “rótulos” preconceituosos adotou a nomenclatura de **Transtornos Globais do Desenvolvimento**, a partir do Documento Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Portaria nº 555 de 07/01/08).

Nos Transtornos Globais do Desenvolvimento, incluem-se educandos com autismo, síndromes do espectro do autismo (entre elas Síndrome de Asperger) e psicose infantil. Assim, o aluno da área dos Transtornos Globais do Desenvolvimento é aquele que apresenta alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo.

A escola vê como importância fundamental para estes alunos, tanto pelo aspecto da socialização e da preservação das ilhas de inteligência, que podem desaparecer caso não as ajudemos a lhes dar sentido/função, quanto por considerar a escola como “um lugar subjetivante para crianças que por algum motivo encontram obstáculo em seu processo de subjetivação. Portanto, a frequência e permanência na escola acabam sendo um recurso fundamental para a conservação das capacidades cognitivas já adquiridas.

Entendendo que a inclusão não pode acontecer sem as devidas práticas inclusivas adequadas, com o cumprimento de ideais em relação aos quais, alunos e alunas, estejam participando de um verdadeiro processo inclusivo. Desta maneira, a participação no espaço formal de educação, permite que estes educandos possam pensar e interpretar o mundo, construir laços sociais, relacionar-se com as obrigações impostas pela sociedade (direitos e deveres), com regras e objetos de aprendizagem.

No ano de 2012, o trabalho especializado com um aluno TGD incluso no Colégio de Aplicação Pedagógica da Universidade Estadual de Maringá, teve avanços significativos sobre a perspectiva de socialização e participação efetiva no processo ensino/aprendizagem. O referido aluno participa de todas as atividades propostas pela escola, possui grupos de amigos/colegas de turma, realiza “trocas” positivas entre eles

e já consegue (re)pensar seus impulsos. Sua frequência é excelente, já consegue permanecer na escola o período todo e verbalizar o que o faz e o que não o faz bem, alcançando assim o diálogo.

Temos conseguido efetivar o tripé de atendimento: escola – família - saúde mental. Acompanhamento da Professora de Apoio Educacional Especializado nas consultas psiquiátricas com os responsáveis, objetivando assim um avanço nas dificuldades psíquicas do aluno e aproximando a escola, o atendimento educacional especializado junto à família.

Deficiência Física Neuromotora

O Colégio de Aplicação Pedagógica - CAP oferece também atendimento educacional especializado realizado pelo Professor de Apoio à Comunicação Alternativa (PAC) para alunos com deficiência física neuro motora que apresentam formas alternativas e diferenciadas de linguagem expressiva oral e escrita, decorrentes de sequelas neurológicas e neuromusculares. Este profissional atua no contexto da sala de aula onde o apoio fundamenta-se na mediação da comunicação entre o aluno, grupo social e o processo de ensino e aprendizagem, cujas formas de linguagem oral e escrita se diferenciam do convencionado; participa do planejamento, junto ao professor regente, orientando quanto aos procedimentos didático-pedagógicos que envolvem o conteúdo, objetivo, metodologia, temporalidade e avaliação que permitem ao aluno participar do processo de ensino e aprendizagem; busca diferentes formas de comunicação alternativa, aumentativa e/ou suplementar que permitam ao aluno interagir no processo ensino e aprendizagem; produz materiais e recursos pedagógicos para comunicação alternativa oral e escrita que possibilitem ao aluno expressar-se; instrumentaliza o aluno e professor regente na utilização da tecnologia assistiva, por meio dos softwares de acessibilidade para comunicação oral e escrita; favorece a interação entre os alunos com e sem deficiência física neuro motora, viabilizando a participação efetiva nas diferentes situações de aprendizagem e interação no contexto escolar e em atividades extraclasse, promovendo a cultura e prática inclusiva.

Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar e Domiciliar – Sareh

“É um serviço de atendimento à escolarização ofertado em hospitais, casas de apoio e comunidades terapêuticas que mantêm convênio com a Secretaria de Estado da Educação do Paraná e a Secretaria de Estado da Saúde, objetivando prestar o atendimento educacional público aos estudantes matriculados na Educação Básica, que se encontram impossibilitados de frequentar as aulas por motivo de tratamento de saúde, de acordo com o contido na legislação vigente. Garante a continuidade do processo de escolarização e a manutenção do vínculo com o ambiente escolar àqueles que estão afastados da escola por motivo de tratamento de saúde, em virtude de internamento hospitalar. Estende-se a todos os estudantes matriculados na rede pública estadual em qualquer modalidade de ensino. Este mesmo serviço oferece o **Atendimento Educacional Domiciliar**, após alta hospitalar, constituindo-se na presença do professor em domicílio de estudantes que se encontram impedidos de frequentar o ambiente escolar, por mais de 90 dias e que tenham atestado ou parecer médico que recomende cuidados de saúde mais intensos, junto à família. O professor age em conjunto com a escola de origem do estudante”. (Caderno PPP – versão preliminar. Curitiba/SEED/PR. 2016, p. 64)

Legislações de apoio:

Lei Federal 13.146 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Deliberação CEE/PR nº 09/01 - Matrícula de ingresso, por transferência e em regime de progressão parcial; o aproveitamento de estudos; a classificação e a reclassificação; as adaptações; a revalidação e equivalência de estudos feitos no exterior e regularização de vida escolar em estabelecimentos que ofertam Ensino Fundamental e Médio nas suas diferentes modalidades

Lei nº 12.319, de 01/09/2010 - Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

Lei nº 10.436, de 24/04/2002 -Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais.

IV ELEMENTO OPERACIONAL

O planejamento, entendido como um processo contínuo de conhecimento e análise da realidade escolar, que busca promover a organização de ações coletivas e redirecioná-las sempre que necessário, é fundamental para o processo organizacional da instituição, como também parte integrante da sistematização destas ações em espaços e tempos definidos.

4.1. Plano de Ação

O Plano de Ação da Instituição de Ensino tem como objetivo nortear as ações que efetivem a execução do Projeto Político Pedagógico do Colégio o qual tem compromisso com a formação do ser humano, com a oferta de educação pública, democrática, gratuita e de qualidade para todos.

Neste Plano de Ação, apresentamos a intencionalidade da organização da Gestão Escolar visando melhorar a qualidade de ensino, aprimorar o trabalho docente, reduzir a reprovação e o abandono, melhorar a aprendizagem da leitura, escrita, cálculos e resolução de problemas.

O Plano de Ação compõe-se de elementos específicos que visam ao enfrentamento das fragilidades e às metas/objetivos da instituição de ensino, bem aos elementos comuns (procedimentos) que atendem as normatizações internas e a legislação vigente.

Plano de Ação:

[PLANO DE AÇÃO 2025 CAP.docx](#)

4.1.1. Calendário Escolar

Em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9394/96, Art.24, inciso I, é direito do aluno ter uma carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuídas em 200 (duzentos) dias letivos de efetivo trabalho, na educação básica.

O Calendário Escolar da rede pública do Estado do Paraná contempla os dias de trabalho efetivo com os alunos e as atividades escolares para os professores, como: a semana pedagógica, o planejamento e replanejamento das aulas e momentos de formação continuada.

O documento, após elaborado e discutido pela comunidade escolar é submetido à aprovação do Conselho Diretor e encaminhado ao Núcleo Regional de Ensino para homologação.

O Calendário Escolar é disponibilizado aos pais, alunos, professores e funcionários depois de sua aprovação e homologação.

LINK do CALENDÁRIO 2025

[Calendário 2025 homologado.pdf](#)

4.1.2. Acompanhamento da Hora atividade

A hora-atividade constitui-se no tempo reservado aos professores em exercício de docência para estudos, avaliação, planejamento, participação em formações continuadas e em outras atividades de caráter pedagógico, preferencialmente de forma coletiva, devendo ser cumprida integralmente na instituição de ensino na qual o profissional esteja suprido e no mesmo turno das aulas a ele atribuídas.

A equipe diretiva organiza o cronograma de hora-atividade concentrada obedecendo os critérios divulgados pelo Núcleo Regional de Educação, sempre que possível, possibilitando o agrupamento dos professores por áreas de conhecimento, favorecendo o trabalho coletivo.

A equipe pedagógica realiza o acompanhamento da hora-atividade dos professores de acordo com os critérios estabelecidos na INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 001/2023 – DEDUC/SEED. São organizados, nesses momentos de hora-atividade, assessoramentos pedagógicos para análise e discussão com os professores dos diversos documentos que fundamentam a prática pedagógica: Projeto Político-Pedagógico, Proposta Pedagógica Curricular/Plano de Curso, Plano de Ação da escola, Regimento Escolar, Plano de Trabalho Docente, encaminhamentos para o Conselho de Classe, resultados das avaliações externas e propostas de ações pedagógicas, organização do Registro de Classe Online, documentos orientadores da avaliação e recuperação da aprendizagem, entre outras demandas que são solicitadas durante o ano letivo.

Os assessoramentos pedagógicos são documentados em formulário próprio para consulta e divulgação das propostas de ações e/ou decisões tomadas coletivamente, bem como, para arquivo do trabalho realizado ao longo do ano letivo.

Dentre as ações de acompanhamento da hora-atividade também são realizadas, junto aos professores, intervenções didático-pedagógicas, para o atendimento dos estudantes com dificuldades no desempenho escolar; acompanhamento das atividades individuais e coletivas a serem desenvolvidas pelos professores; elaboração do cronograma de atendimento dos responsáveis pelos estudantes a ser realizado pelos professores.

4.1.3 O Programa Aluno Monitor

O Programa Aluno Monitor é desenvolvido no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, organizado de acordo com a Instrução n.º 02/2023 - SEED/DEDUC. INSTRUÇÃO NORMATIVA 002/2023 – SEED/DEDUC.

O programa Aluno-monitor, institucionalizado pela Secretaria de Estado da Educação e do esporte em 2019, com anuência do Conselho Estadual de Educação, Parecer nº 02/2019, é um importante recurso pedagógico que o colégio integra às suas ações com o objetivo de melhorar a aprendizagem e valorizar o protagonismo dos estudantes. Esta prática possibilita que os alunos se tornem agentes colaboradores no

processo de aprendizagem dos colegas, promova o desenvolvimento de competências de relacionamento interpessoal, cooperação, comunicação e conhecimento, bem como o desenvolvimento de lideranças positivas no ambiente escolar.

O programa é voltado para alunos do 6º ano do Ensino Fundamental a 3º anos do Ensino Médio, que apresentam dificuldades na leitura, produção escrita e interpretação, oportunizando que os mesmos se envolvam de forma organizada para estudo e sintam-se coparticipantes no processo ensino e aprendizagem.

O aluno-monitor é indicado pelos professores e é necessário que o estudante apresente os seguintes critérios: ter iniciativa, compartilhar conhecimento, ter bom desempenho nas disciplinas, competência comunicativa, repertório cultural, empatia e disponibilidade para comparecer às reuniões de orientação, organizadas pela equipe gestora. Além desses critérios, a participação do aluno também deve estar em conformidade com a legislação, sendo necessária a autorização dos responsáveis (termo de Autorização de Menor) e a Declaração de Serviço Voluntário.

As monitorias podem ser realizadas durante a aula, mediante interesse, orientação e acompanhamento do professor regente, no turno em que o Aluno-Monitor está matriculado, bem como no contraturno, na orientação de grupos de estudo ou de outras ações que atendam as expectativas dos estudantes, sob a supervisão dos professores.

No ano de 2023, alunos cadastrados como monitores, atuam no contraturno auxiliando os professores do 6º e 7º ano.

4.2 Ações Didático-Pedagógicas

O planejamento das ações didático-pedagógicas dos diferentes programas, projetos, atividades curriculares complementares e atendimentos educacionais especializados torna-se essencial para a promoção de aprendizagens consistentes dos alunos por elas assistidos. Importante salientar que os projetos são ações com um sentido definido explícito com organização, objetivos, possibilidades, encaminhamentos, recursos humanos e físicos, período e forma de acompanhamento. Os programas são

ações previstas em políticas públicas de educação que preveem a oferta de atividades socioeducativas, não necessariamente com previsão de recursos financeiros, mas com metas previstas em longo prazo. O CAP/UEM apresenta as seguintes ações didático-pedagógicas:

4.2.1 Programa de Recomposição de Aprendizagem Justificativa

O Programa de Recomposição de Aprendizagem tem como objetivo principal atender às necessidades educacionais de nossos alunos, garantindo que todos possam alcançar o pleno desenvolvimento de suas habilidades e competências. Sabemos que, devido a diferentes fatores, alguns alunos podem enfrentar dificuldades ao longo do processo de ensino-aprendizagem. Assim, este programa surge como uma resposta estratégica e eficaz para promover a recuperação dos conteúdos essenciais, fortalecer o aprendizado e possibilitar uma aprendizagem significativa para todos.

Com base em diagnósticos realizados de forma contínua e individualizada, o programa visa suprir lacunas de conhecimento de maneira personalizada, por meio de atividades de reforço, acompanhamento pedagógico especializado e intervenções direcionadas. Nosso compromisso é garantir que cada aluno tenha a oportunidade de superar obstáculos, consolidando sua trajetória acadêmica com sucesso, e promovendo, assim, uma educação de qualidade e inclusiva.

Ementa Recomposição de Aprendizagem 2025

[Ementa Recomposição de Aprendizagem 2025.pdf](#)

Matriz Ensino Fundamental II 9º ano

[LINGUA PORTUGUESA 9 RECOMPOSIÇÃO DE APRENDIZAGEM.pdf](#)

[MAT_9_RECOMPOSIÇÃO_DE_APRENDIZAGEM\(1\).pdf](#)

Matriz do Novo Ensino Médio 3º ano

[2025_LP_3_RECOMPOSIÇÃO_DE_APRENDIZAGEM.pdf](#)

[2MAT_3_RECOMPOSIÇÃO_DE_APRENDIZAGEM.pdf](#)

4.2.2 BRIGADA ESCOLAR

JUSTIFICATIVA

Este estabelecimento de ensino, em atendimento ao Ato Administrativo n.062/2011 do Núcleo Regional de Educação, que trata da Brigada Escolar, adota o

“Programa Brigadas Escolares – Defesa Civil na Escola”.

Partindo do pressuposto de que a população adulta só adquire hábitos preventivos após terem vivenciado uma situação de crise ou por força de uma legislação pertinente, o Programa opta em trabalhar no ambiente escolar, onde se espera mitigar os impactos, promovendo mudanças de comportamento, visto que crianças e adolescentes são mais receptíveis, menos resistentes a uma transformação cultural e potencialmente capazes de influenciar pessoas, atuando como multiplicadores das medidas preventivas. Ainda mais, a opção de se trabalhar com as escolas da rede estadual de educação tem a ver com a necessidade de adequá-las internamente para atender às disposições legais de prevenção de toda a espécie de riscos, sejam eles de cunho natural ou de outra espécie como acidentes pessoais e incêndios, entre outros. O plano de abandono da Brigada Escolar é um procedimento realizado pelas pessoas que ocupam uma edificação que apresente algum risco à vida ou que estejam em iminência de sofrer um acidente. De uma forma geral é uma ação de desocupação do prédio, que tem por objetivo minimizar e prevenir o máximo possível a ocorrência de acidentes que possam provocar danos pessoais e a perda de vidas humanas, principalmente em estabelecimentos em que haja um número considerável de pessoas fixas e/ou circulantes.

Os treinamentos da Brigada Escolar constam em calendário escolar, sendo uma em cada semestre. É realizada por todas as pessoas que estejam na escola, no momento do treinamento.

O Plano de Abandono Escolar é de responsabilidade da direção da escola, com o

apoio da Brigada Escolar, e constitui-se em um planejamento da sistemática adequada à realidade de cada escola da Rede Estadual de Educação, com vistas à saída emergencial, de maneira organizada e segura, de todos os ocupantes da edificação escolar, colocando-os em um local igualmente seguro. O planejamento contempla uma série de funções específicas para as quais os servidores são designados pela direção da escola. Cada função possui um rol de atribuições cujo desempenho garante a dinâmica de operacionalização do abandono propriamente dito. O Plano de Abandono deve levar em consideração o Planta de Risco da escola, pois esse mapa indica os principais riscos quanto ao incêndio e ao pânico presentes na edificação escolar. O planejamento procurará levar os ocupantes da edificação a percorrer caminhos que evitem locais considerados de maior risco, fazendo com que as pessoas saiam da edificação escolar percorrendo as rotas mais seguras possíveis

O Plano de Abandono da Brigada Escolar é um procedimento realizado pelas pessoas que ocupam uma edificação que apresente algum risco à vida ou que estejam em iminência de sofrer um acidente. De uma forma geral é uma ação de desocupação do prédio, que tem por objetivo minimizar e prevenir o máximo possível a ocorrência de acidentes que possam provocar danos pessoais e a perda de vidas humanas, principalmente em estabelecimentos em que haja um número considerável de pessoas fixas e/ou circulantes.

Os treinamentos da Brigada Escolar constam em calendário escolar, sendo uma em cada semestre. É realizada por todas as pessoas que estejam na escola, no momento do treinamento.

O Plano de Abandono Escolar é de responsabilidade da direção da escola, com o apoio da Brigada Escolar, e constitui-se em um planejamento da sistemática adequada à realidade de cada escola da Rede Estadual de Educação, com vistas à saída emergencial, de maneira organizada e segura, de todos os ocupantes da edificação escolar, colocando-os em um local igualmente seguro. O planejamento contempla uma série de funções específicas para as quais os servidores são designados pela direção da escola. Cada função possui um rol de atribuições cujo desempenho garante a dinâmica de operacionalização do abandono propriamente dito. O Plano de Abandono deve levar

em consideração o Planta de Risco da escola, pois esse mapa indica os principais riscos quanto ao incêndio e ao pânico presentes na edificação escolar. O planejamento procurará levar os ocupantes da edificação a percorrer caminhos que evitem locais considerados de maior risco, fazendo com que as pessoas saiam da edificação escolar percorrendo as rotas mais seguras possíveis.

OBJETIVO GERAL

Promover a conscientização e capacitação da Comunidade Escolar do CAP/UEM para ações mitigadoras e de enfrentamento de eventos danosos, naturais ou humanos, bem como o enfrentamento de situações emergenciais no interior das escolas para garantir a segurança dessa população e possibilitar, em um segundo momento, que tais temas cheguem a um grande contingente da população civil do Estado do Paraná.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Possibilitar aos alunos a construção de uma cultura de prevenção a partir do ambiente escolar;
- Proporcionar aos alunos as condições mínimas para enfrentamento de situações emergenciais no interior das escolas, assim como conhecimentos para se conduzirem frente a desastres;
- Promover o levantamento das necessidades de adequação do ambiente escolar, com vistas a atender às recomendações legais consubstanciadas nas vistorias do Corpo de Bombeiros;
- Preparar os profissionais da rede estadual de ensino para a execução de ações de Defesa Civil, a fim de promover ações concretas no ambiente escolar com vistas à prevenção de riscos de desastres e preparação para o socorro, destacando-se ações voltadas ao suporte básico de vida e combate a princípios de incêndio;
- Adequar as edificações escolares estaduais às normas mais recentes de prevenção contra incêndio e pânico do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do

Paraná, acompanhando os avanços legais e tecnológicos para preservação da vida dos ocupantes desses locais;

ESTRATÉGIAS

Ocorrerão capacitações contemplando públicos diferentes, com objetivos específicos, englobando uma capacitação para os gestores regionais e locais, outra para a Brigada Escolar.

O Coordenador Local do Programa será o Diretor do estabelecimento de ensino. A brigada escolar, formada por cinco servidores lotados no estabelecimento, organizará organograma para simulação de situações emergenciais, além de desenvolverem ações no sentido de:

- Identificar riscos na edificação e nas condutas rotineiras da comunidade escolar;
- Garantir a implementação do Plano de Abandono, que consiste na retirada, de forma segura, de alunos, professores e funcionários das edificações escolares, por meio da execução de exercícios simulados, no mínimo um por semestre, a ser registrado em calendário escolar;
 - Promover revisões periódicas do Plano de Abandono;
 - Apontar mudanças necessárias, tanto na edificação escolar, bem como na conduta da comunidade escolar, visando o aprimoramento do Plano de Abandono;
 - Promover reuniões bimestrais entre os integrantes da Brigada Escolar para discussão de assuntos referentes a segurança do estabelecimento de ensino, com registro em livro ata específico ao Programa;
 - Verificar constantemente o ambiente escolar e a rotina da escola, em busca de situações inseguras, comunicando imediatamente o Diretor para as providências necessárias.

Os cinco integrantes da Brigada Escolar, serão capacitados pelo Corpo de Bombeiros Militar na modalidade de ensino a distância - EADI e PRESENCIAL.

ATIVIDADES PERMANENTES:


O diretor de cada unidade escolar terá como responsabilidade, desenvolver o trabalho de implantação e implementação do Plano de Abandono.


Esse Plano de Abandono consiste na retirada de forma segura de alunos, professores e funcionários das edificações escolares, por meio da execução de exercícios simulados e em tempo razoável.


Exercícios simulados deverão ser realizados no mínimo 01 (um) por semestre, e as datas deverão estar registradas em Calendário.


Atas do 1º e 2º Semestres 2025- PLANO de ABANDONO


 **ATA Plano de Abandono 1 2025.docx**

 1º Plano de Abandono 2º Semestre - Tarde_organized.pdf

 1º Plano de Abandono 2º Semestre - Manhã_organized.pdf

 d1f63baa-5df4-4094-9654-fa813e39a991.JPG

 eba40fee-a2aa-4463-8a55-c4b927882e22.jpg

 1fcab3f7-3ae7-4003-ba32-e177d6594903.jpg

4.2.3 Equipe Multidisciplinar

A Equipe Multidisciplinar é uma das instâncias do trabalho escolar oficialmente legitimadas pelo Artigo 26A da LDB, Lei n.º 9394/96, pela Deliberação n.º 04/06 CEE/PR, pela Instrução n.º 017/06 Sued/Seed, pela Resolução n.º 3399/10 Sued/Seed e a Instrução n.º 010/10 Sued/Seed.

Torna-se espaço de debates, estratégias e de ações pedagógicas que fortaleçam a implementação da Lei n.º 10.639/03 e da Lei nº 11.645/08, bem como das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena no currículo escolar das instituições de ensino da rede pública estadual e escolas conveniadas do Paraná.

Na perspectiva da construção de uma educação de qualidade, da consolidação da política educacional e da construção de uma cultura escolar que conhece, reconhece, valoriza e respeita a diversidade étnico-racial, as Equipes Multidisciplinares têm como prerrogativa articular os segmentos profissionais da educação, instâncias colegiadas e comunidade escolar.

É fundamental a importância que a História e Cultura Afrobrasileira, africana e Indígena ocupam em nossa vida, além do inestimável legado e contribuição na sociedade brasileira. Não temos como entender a nação que somos e os brasileiros que nos tornamos sem reconhecer e conhecer esse legado, valorizando essa contribuição e combatendo o nefasto preconceito que ainda permeia nossa sociedade. Desta forma, a escola não pode se eximir, no seu papel de formadora de cidadãos de desenvolver um trabalho de reconhecimento da influência da história africana, afro-brasileira e indígena em relação à nação brasileira, valorizando seu papel no contexto educacional, e também, do conhecimento historicamente acumulado e, ao mesmo tempo, levar o educando a utilizá-la de forma crítica e mais humana.

E nós professores temos a responsabilidade de diminuir essa diferença conversando com nossos alunos sobre preconceito e discriminação racial, orientando-os na construção de uma sociedade mais justa e mais igualitária, pois a Educação é o campo por excelência de transformação e construção da sociedade que queremos, sem nenhum tipo de violência, desigualdade ou discriminação.

Por isso, daremos continuidade ao trabalho que vem sendo realizado pela Equipe Multidisciplinar desde 2013, trabalhando em sala de aula os conteúdos referentes à lei 11.645/08, que vem sendo apresentados em forma de seminário, teatro, danças, exposição cultural pelos alunos na Semana da Consciência Negra. Esse ano pretendemos envolver todo o colégio, possibilitando aos alunos uma participação mais efetiva na construção de uma escola mais igualitária e sem racismo.

A Comunidade escolar do Colégio é composta por uma população heterogênea, são atendidos alunos de diversas classes sociais, sendo eles filhos de funcionários da Universidade Estadual de Maringá, trabalhadores de diversas profissões da cidade de Maringá e da região, como de professores (da educação infantil ao nível superior), comerciantes, empresários, funcionários públicos (estaduais, municipais e federais), profissionais autônomos, motoristas, costureiras, vendedores, técnicos administrativos, bancários, técnicos e auxiliares de laboratório, advogados, contadores, dentistas, administradores de empresas, engenheiros civis, agrônomos, agricultores, eletricitas, mecânicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem, policiais, vigias, zeladores/serventes e de outras profissões com menos número e representantes. Os alunos, na sua maioria, são oriundos do bairro onde está situado o Colégio, Jardim Universitário, e de bairros próximos como Vila Esperança, Zona Sete, Jardim Imperial, Cidade Nova e Parque das Grevíleas. Mas a maioria dos alunos é de uma condição socioeconômica confortável, além do número de alunos negros e indígenas ser menor que os demais.

O Colégio de Aplicação Pedagógica da UEM procura articular os princípios filosóficos e sociológicos presentes em seus fundamentos teóricos com objetivo de promover a formação humana dos sujeitos da comunidade escolar, valorizando os aspectos da cultura, respeitando as diferenças de gêneros, etnia e credo em busca de uma construção de vínculos e valores que singularizam sua essência. Nesse sentido, sempre deu apoio e incentivou o trabalho da Equipe Multidisciplinar. A Equipe Multidisciplinar vem se firmando como um trabalho de formação continuada no Colégio de Aplicação Pedagógica da UEM. Professores, alunos e funcionários sempre se inscrevem para participar de encontros onde ocorrem debates, discussões e ministração de aulas, em torno de temáticas étnico-raciais, considerando o ensino e a História da Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena. O objetivo é consolidar uma política educacional que conhece, reconhece, valoriza e respeita a diversidade da população brasileira no espaço escolar.

Como resultado das discussões, a Equipe Multidisciplinar vem organizando a Semana da Consciência Negra, onde toda comunidade escolar participa. Nem todos os

professores e turmas do CAP/UEM se envolvem nessa atividade, mas os resultados do trabalho têm se mostrado positivos. Em questionário aplicado aos alunos, as respostas demonstram uma visão mais crítica, mais humana, mais consciente dos problemas causados pelo racismo e pela discriminação. Os alunos têm mudado sua percepção em relação ao problema do racismo no Brasil, mas principalmente, aprendendo a importância do conhecimento de História Africana, Afro-brasileira e Indígena como forma eficaz de combater esse racismo e transformação da sociedade brasileira. O envolvimento dos alunos tem sido cada vez maior a cada ano que passa, e mais profundo o interesse de lutar por um Brasil sem racismo e reconhecendo o legado dos povos que formaram a nossa nação.

Segue Plano de Ação:

[Sobre a Equipe Multidisciplinar para o PPP pdf.pdf](#)

[COLEGIO_APLICACAO_PEDAGOGICA_PLANOACAO25-2.pdf](#)

4.2.4 Paraná Faz Ciência

Apesar de Maringá ser reconhecida nacionalmente por sua qualidade de vida, consciência ambiental e áreas verdes urbanas, ainda enfrenta desafios importantes relacionados à sustentabilidade urbana, gestão de resíduos, equidade no acesso a serviços públicos e preservação dos recursos naturais. Esses desafios também se refletem no ambiente escolar, onde há carência de projetos estruturados voltados à educação ambiental prática e à formação cidadã. Nesse contexto, a criação do clube temático “Que futuro queremos? Vamos reinventar o mundo?” no Colégio de Aplicação Pedagógica da Universidade Estadual de Maringá (CAP-UEM) justifica-se como uma ação estratégica e necessária. A iniciativa busca integrar os estudantes em atividades que promovam a consciência ecológica, o conhecimento da estrutura urbana local e o desenvolvimento de uma cultura científica crítica e participativa. Além de contribuir para a formação integral dos alunos, o clube visa fortalecer o vínculo entre escola, universidade e comunidade, estimulando o protagonismo estudantil na busca por soluções para problemas urbanos e ambientais reais. Por meio de ações práticas,

campanhas de conscientização e parcerias locais, o projeto poderá promover mudanças positivas na qualidade de vida da população e na conservação ambiental de Maringá, formando cidadãos mais engajados, responsáveis e preparados para os desafios do futuro.

[Projeto de clubes Paraná faz Ciência -.pdf](#)

Atividade Realizada

Durante a visita ao evento Ciência Aberta no CNPEM (Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais) da UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas), os integrantes do Clube de Ciências do CAP-UEM, tiveram a oportunidade de explorar de perto os bastidores de uma das maiores estruturas científicas da América Latina. A programação permitiu o contato direto com pesquisadores, laboratórios de ponta e experimentos interativos, especialmente nas áreas de biotecnologia, nanotecnologia e luz síncrotron. Os estudantes ficaram especialmente impressionados com a visita ao Sirius, uma das fontes de luz síncrotron mais avançadas do mundo, onde puderam compreender como a ciência brasileira está na vanguarda da pesquisa em materiais, saúde, energia e meio ambiente. A experiência foi enriquecedora tanto do ponto de vista científico quanto pessoal. Os participantes retornaram inspirados pelo ambiente de inovação e pelo papel transformador da ciência na sociedade. Além disso, a viagem fortaleceu o vínculo entre os membros do clube, despertando novas perguntas, projetos e interesses científicos que serão levados para as atividades no CAP-UEM. O evento proporcionou uma vivência concreta do que é fazer ciência no Brasil, alimentando a curiosidade e o desejo de contribuir ativamente com soluções para os desafios contemporâneos por meio da pesquisa e da educação científica.

4.2.5 Projeto Justiça Restaurativa

O Projeto de Extensão nº 6528/11 - Justiça Restaurativa: Práticas Restaurativas e Círculo de Construção da Paz, promovido pelo Departamento de Direito da UEM, tem possibilitado aos profissionais da equipe de Direção e de Coordenação, e aos professores do CAP/UEM um olhar diferente para lidar com conflitos na escola. O

objetivo do curso é contribuir com a construção da prática de não violência no espaço escolar. A proposta é que todos os profissionais que atuam no CAP/UEM façam a formação do curso para que se encontre uma forma de resolver os conflitos cotidianos na escola de uma forma mais reflexiva e menos punitiva.

4.2.4 PLANO CONTRA VIOLÊNCIA - BULLYING

Fundamentação Teórica

A Lei 13.185 de 06/11/2015 institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (**Bullying**) em todo o território nacional. Ela caracteriza e classifica a intimidação sistemática das ações que se configuram em violência física ou psicológica, bem como, os objetivos do programa que parte de ações preventivas, de conscientização e de combate a todos os tipos de violência.

Sabemos que a violência não está restrita aos muros da escola, mas, relacionada ao **contexto social** em que se insere. Isso não quer dizer que a escola e seus membros possam isentar-se de sua responsabilidade de transformação diante da sociedade.

A violência, seja na comunidade, na família ou na escola deve ser enfrentada em todas as suas formas. No âmbito escolar ela se apresenta principalmente na relação aluno/aluno, aluno/professor e vice-versa.

Uma das manifestações de violência na escola é o bullying que é um fenômeno próprio do espaço escolar, denominado de vitimização entre pares e/ou violência interpessoal, e que representa outra faceta das violências a exigir tratamento adequado frente à sua especificidade, por exercer violência física e/ou psicológica de vitimização entre os pares.

A etimologia da palavra Bullying, vem de Bully que significa valentão, tirano, aquele que brutaliza, que amedronta seus pares. A tradução literal da palavra para o português encontra dificuldade de definições, mas existe um consenso de que bullying é um tipo de violência, física e/ou psicológica de vitimização entre os pares.

Destaca-se a importância da prevenção de múltiplas formas de violência que são menosprezadas ou não são sequer consideradas como formas de agressão de acordo

com o senso comum, sendo que o bullying escolar encaixa-se neste grupo de comportamentos subvalorizados por serem considerados como normativos ou inofensivos.

Olweus (1993a) **define bullying** como um comportamento agressivo e negativo – incluindo tanto comportamentos físicos quanto verbais, que ocorre repetidamente ao longo do tempo em um relacionamento caracterizado por um desequilíbrio de força e poder fisicamente ou psicologicamente. A partir dessa definição básica, diversos trabalhos têm explorado a forma de relacionamento em que a vítima é alvo de agressões de forma negativa e repetida, sem ter condições de se defender com facilidade.

A descrição da agressão entre pares pode ainda abordar diferentes tipos de agressão (MILLER, VAILLANCOURT, 2007; OLWEUS, 1993b):

(1) a **direta**, que ocorre, em geral, na forma de comportamentos físicos (empurrar, chutar, bater), dos quais a vítima é o alvo e a **indireta** ou **relacional**, na qual predomina o uso da agressão verbal (xingar, apelidar, ameaçar), exclusão social e difamação. Essas duas formas de bullying, quer ocorram separadamente ou simultaneamente, estão associadas a prejuízos para o bem-estar e o desenvolvimento dos estudantes. Rigby (2003) destaca quatro condições negativas associadas às vítimas do bullying: baixo nível de bem-estar psicológico, ajustamento social empobrecido, estresse psicológico e mal-estar físico.

Embora os padrões de vitimização diminuam ao longo do tempo, o bullying tem consequências negativas e duradouras sobre as vítimas, sendo que adultos ex-vítimas continuam a ter autoestima baixa e estão mais propensos a sofrer de depressão que seus pares não envolvidos. (OLWEUS, 1993b).

Outro grupo que merece particular atenção é aquele formado pelos indivíduos que, além de sofrerem vitimização, agem de forma agressiva contra seus pares. A

prevalência de vítimas agressoras é relativamente baixa e diminui ao longo das séries escolares, envolvendo principalmente meninos. (SOLBERG; OLWEUS, 2003).

As características dos indivíduos que se envolvem no bullying como vítimas e agressores sugerem que eles têm um comportamento instável, caracterizado por alto nível de ansiedade, maior até mesmo que o das vítimas (GUERIN; HENNESSY, 2002) e dentre as categorias de envolvimento eles apresentam os piores resultados em avaliações de ajustamento psicossocial. (STEIN; DUKES; WARREN, 2007).

Assim, a passividade dos espectadores, embora pareça neutra, pode reforçar os atos de violência dos autores do bullying, uma vez que o silêncio destes pode ser interpretado pelos autores como afirmação de sua força.

Embora algumas formas de violência que ocorrem nos limites da escola sejam motivo constante de preocupação, em especial aquelas protagonizadas por estudantes, **outras agressões** recebem pouca ou nenhuma atenção como, por exemplo, **o assédio moral entre professores**, o **racismo**, a **homofobia** e outras formas de discriminação. O assédio escolar pode ser praticado de um professor para o aluno e as formas mais comuns são: Intimidar o aluno em voz alta, rebaixando-o diante da classe e ofendendo sua autoestima. Uma forma mais cruel e severa é manipular a classe contra um único aluno expondo o a humilhação; assumir um critério mais rigoroso na correção de provas com um aluno e não com os demais, alguns professores podem perseguir alunos com notas baixas; ameaçar o aluno de reprovação; negar ao aluno o direito de ir ao banheiro ou beber água, expondo o a tortura psicológica, difamar o aluno no conselho de professores, aos coordenadores e acusá-lo de atos que não cometeu; fazer uso de tortura física como: puxões de orelha, tapas e cascudos.

Algumas escolas no Brasil e no mundo tem enfrentado de forma preventiva este tipo de violência e tem apresentado bons resultados no combate ao bullying, e conseqüentemente, possibilitado o desenvolvimento humano entre os sujeitos.

No âmbito da escola – CAP/UEM, mobilizamos os profissionais da educação para desenvolvermos um trabalho preventivo de enfrentamento a violência conhecida como bullying, partindo dos problemas evidenciados no contexto escolar. Para isto, fizemos um levantamento das situações em que se evidencia o bullying no CAP/UEM

(ANEXO I) e possibilitamos aos professores que articulem ações a serem desenvolvidas em sala de aula, que permitam que a comunidade escolar desenvolva os conceitos de respeito, solidariedade, aceitação do outro e conseqüentemente, evolua no que diz respeito ao desenvolvimento humano. O enfoque nas discussões foi dado às *questões metodológicas* a serem observadas na organização do trabalho.

Objetivo Geral:

- Produzir um plano de trabalho a ser desenvolvido com a comunidade escolar.

Objetivos específicos:

- Promover a conscientização de professores, alunos, pais e servidores em geral, em relação ao tema;
- Fazer levantamento do bullying que acontece no CAP/UEM;
- Promover ações que possibilitem a inclusão dos alunos que passam por este constrangimento.

Metodologia:

Promover discussões dos diferentes tipos de violência que ocorrem na escola, centralizando no bullying, mas construindo uma relação de confiança com os alunos para que outros tipos de violência sejam denunciados e assim possibilitar que a instituição escolar encaminhe os casos aos órgãos especializados.

As discussões acontecem em todos os segmentos do espaço escolar. Trabalhos com os alunos em sala de aula, envolvendo não somente os professores, mas também pedagogos, equipe diretiva, departamentos da UEM são organizados com o objetivo de formar consciência da comunidade em relação a temática, no sentido de promover respeito, solidariedade e aceitação do outro. A equipe diretiva e pedagógica se encarregará de promover discussões com pais ou responsáveis pelos alunos e profissionais que atuam nos serviços de apoio, convidando profissionais especialistas

para ministrarem palestras, mediarem rodas de conversa, entre outras ações, adequadas ao processo de conscientização deste tipo de violência.

Após o levantamento dos problemas relacionados ao bullying no contexto escolar foi proposto o trabalho a seguir:

Mobilização

A Equipe pedagógica desenvolve o trabalho inicial com os alunos de cada segmento. Para isto, seleciona um vídeo (ou outro material) adequado para as turmas, prepara um roteiro para discussão em “uma” aula, com cronograma específico. Os alunos são acompanhados pelos professores da aula correspondente ao cronograma, no Auditório do CAP. Os professores dão continuidade ao trabalho em sala.

A continuidade do trabalho acontece da seguinte forma:

Ensino Fundamental I – 1º ao 5º ano

Os professores desenvolvem atividades que foquem a temática bullying como uma forma de violência. O trabalho coletivo é realizado chamando a atenção das turmas em relação ao respeito, espírito de solidariedade e colaboração. Quando necessário o professor fará intervenção de maneira individual, buscando corrigir as condutas que estimulam e evidenciam a agressão com o outro. Sempre que possível os alunos são levados a se colocarem no lugar do outro, refletindo sobre seu comportamento e redefinindo suas ações.

Propor atividades teatrais, produção de texto poético, gincanas, jogos cooperativos, oficinas, entre outras.

Ensino Fundamental II – 6º ao 9º ano

Para este segmento de ensino, os professores solicitaram uma maior atuação do grêmio estudantil na conscientização dos alunos.

Os professores realizarão palestras, aulas passeio, trabalhos em sala de aula com o intuito de conscientizar os alunos.

Ações pontuais em determinadas turmas onde os problemas forem levantados. Um dos membros da equipe pedagógica trabalhará material específico – miniaula com vídeos específicos (respeito, colaboração, solidariedade, aceitação da diversidade...).

O livro de Língua Portuguesa do 8º ano traz uma unidade toda sobre bullying. O professor da disciplina deve enriquecer a discussão constante no livro didático.

Na Semana de Integração comunidade/escola, providenciar atividades direcionadas ao assunto. Se possível, convidar palestrantes especialistas.

Após o trabalho desenvolvido, elaborar um questionário para aplicar nas turmas para verificar se o problema foi resolvido, como também para avaliar as ações constantes no Plano com o intuito de redirecionar o trabalho.

Ensino Médio

Os professores realizarão Jogos teatrais em parceria com o PIBID.

Sensibilizar os alunos para o problema. Aborda. Produz a peça teatral.

Sugestão de filmes: Tiros em Columbine, Elefantes, Canto da liberdade e pedindo socorro. **Sugestão de vídeo** - Youtube – Chá e consentimento.

<https://www.youtube.com/watch?v=BKDifXYdUB4>

Proporcionar momentos de reflexão no próprio conteúdo, promover trabalho em grupo. Olhar para o outro. Mexer nas estratégias da aula.

OUTRAS PROVIDÊNCIAS QUE DIZEM RESPEITO A TODOS.

1 – Professores devem passar os nomes dos alunos que se mostram isolados, para que se viabilize um trabalho de grupo em contraturno, terapia com seus pais e/ou atendimento por profissionais especialistas.

2 – Propor metodologia de inclusão nas atividades de sala de aula. Atividades em grupos montados pelo professor com tarefas específicas para cada membro, conforme cada um tem de melhor. Alunos trabalhando com os alunos.

Atividade coletiva é sempre uma boa técnica para avaliar a socialização dos alunos e observar seu grau de envolvimento com o outro.

3 - Equipe diretiva e pedagógica deve viabilizar o atendimento aos alunos nas unidades de apoio, segundo a especificidade de cada caso. Programa Saúde na Escola, UPA, CREAS, CRAS... Conselho Tutelar. O profissional do colégio deve participar das reuniões da rede de proteção à criança e ao adolescente.

4 - Comportamentos como: automutilação, choro constante, sonolência, entre outros, devem ser encaminhados imediatamente à equipe de coordenação que dará continuidade ao encaminhamento necessário.

5 - Capacitar os profissionais que se destacam no atendimento as crianças e aos adolescentes vítimas de agressão. Uma das capacitações: Justiça Restaurativa, proposta pelo Departamento de Direito da UEM.

6 - Todos os profissionais da escola devem ser sensíveis para entender que a criança está pedindo ajuda. Dar vez e voz para que a criança fale o que está lhe incomodando.

7 - O pedagogo deve conhecer a situação da família sobre os problemas que os alunos apresentam, antes de acionar os órgãos de proteção.

AVALIAÇÃO

Para avaliar o trabalho desenvolvido no CAP/UEM propomos uma socialização das experiências vividas até o término do ano com o intuito de enriquecer as práticas pedagógicas bem-sucedidas, rever aonde os resultados não foram os esperados, e assim, redefinir o trabalho para o próximo ano letivo.

Links com proposta de trabalho em grupos:

<http://revistaescola.abril.com.br/formacao/trabalho-grupo-427856.shtml><http://www.cafecomsociologia.com/2011/01/dinamica-para-aula-de-sociologia-ou.html>. O trabalho citado no link abaixo pode ser readequado para a realidade do CAP. Como voluntários poderemos contar com os estagiários bolsistas.

Grupos interativos: <http://wefithomologa.s3.amazonaws.com/wp-content/uploads/2015/07/grupos-interativos.pdf>.

Referências:

SHUCHARDT, Eleonor. **Bullying e algumas propostas de ações de enfrentamento dessa problemática**. Disponível em: http://unisal.br/wp-content/uploads/2013/04/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Eleonor-Shuchardt.pdf. Acesso: 15 jul. 2016. **Enfrentamento à Violência na Escola. Disponível em:** http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_tematicos/tematico_violencia_vol1.pdf. Acesso: 15 jul. 2016.

4.2.6 SETOR DE ESTÁGIOS E PROJETOS

PROJETOS DESENVOLVIDOS NO COLÉGIO DE APLICAÇÃO PEDAGÓGICA EM PARCERIA COM A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

Introdução

Os projetos desenvolvidos no Colégio de Aplicação Pedagógica da UEM e que estão vinculados a Universidade Estadual de Maringá, visam a integrar a escola e os diversos Centros e Departamentos, cuja proposta de trabalho articulem ensino e pesquisa desenvolvidos sob a coordenação dos docentes das mais variadas áreas de conhecimento, com as práticas pedagógicas realizadas por todos os níveis de ensino do colégio.

O colégio atende estagiários de todas as licenciaturas da UEM, durante cada ano letivo, nas diferentes séries e turmas. Além do estágio obrigatório dos cursos, os projetos desenvolvidos em diferentes modalidades oportunizam a integração entre Professores Pesquisadores, acadêmicos e bolsistas da UEM com professores e alunos do CAP.

No âmbito escolar a pesquisa se torna uma ferramenta imprescindível, visando o desenvolvimento da autonomia na busca por novos conhecimentos. Sendo assim, os projetos contribuem na iniciação à pesquisa, envolvendo o aluno em temáticas relevantes e atualizadas, promovendo habilidades que proporcionem o desenvolvimento cognitivo, a leitura, a compreensão, a reflexão e a escrita.

Justificativa

Os Projetos pedagógicos desenvolvidos no Colégio de Aplicação Pedagógica justificam-se pela importância de integrar as pesquisas desenvolvidas pelos docentes da UEM com a instituição, objetivando ampliar qualitativamente as ações escolares, desenvolvidos dentro da realidade da escola, concretizados nos componentes curriculares da instituição.

Objetivos

- Assegurar um desempenho de excelência nas práticas pedagógicas desenvolvidas na escola;
- Identificar juntos aos docentes do CAP temas que possam ajudá-los na reflexão da ação docente;
- Estabelecer uma parceria com os docentes da UEM na realização de grupos de estudos, palestras, orientações que contribuam com os docentes do CAP;
- Articular as pesquisas desenvolvidas pelos docentes dos mais variados departamentos da UEM com as práticas pedagógicas realizadas em todos os níveis de ensino do CAP;
- Organizar as ações referentes aos estágios e projetos desenvolvidos no CAP;

Plano de trabalho

Organização dos dados referentes aos projetos e estágios desenvolvidos no Colégio de Aplicação para torná-los público;

- Entrar em contato com Departamentos da UEM afetos aos projetos desenvolvidos no CAP para apresentar a proposta de trabalho do setor de estágios e projetos;
- Reuniões com os docentes que realizam os projetos e os estágios no CAP para verificação do andamento dos mesmos e como podemos ampliar as ações;

- Organização de cursos, mesas redondas e grupos de estudos coordenados pelos docentes da UEM com os professores do CAP;
- Viabilização da experimentação de novas práticas pedagógicas no CAP;
- Ampliação da abertura do CAP como campo de estágio obrigatório para os diversos cursos de licenciatura da UEM.

ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS E ESTÁGIOS REALIZADOS NO COLÉGIO DE APLICAÇÃO VINCULADOS A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

- 1) Estágio Supervisionado
- 2) Estágio Remunerado
- 3) Monitorias
- 4) Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica -PIBIC - Ensino Médio
- 5) Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência -PIBID

1) ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O Estágio é elemento constitutivo dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação. Atende ao que preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei 9394/96- Art. 43, inciso II. Deve estar em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

No âmbito da Universidade Estadual de Maringá, a Resolução n. 009/2010 - CEP dispõe sobre o componente Estágio Curricular Supervisionado nos cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu*. Para os efeitos desta resolução o Estágio Curricular Supervisionado é ato educativo da Instituição de Ensino, como parte do processo de ensino-aprendizagem dos alunos e deve integrar a programação curricular

e didático pedagógica, por meio de plano de atividades, de forma a efetivar a unidade teórico prática de cada curso;

Dentro das premissas do Regulamento para desenvolvimento de estágio curricular supervisionado, o CAP deve atender à demanda dos cursos de licenciatura da Universidade Estadual de Maringá, para uso de suas instalações físicas, pessoal envolvido nas diferentes funções e cargos da escola, e das turmas de alunos, para que o processo de estágio curricular possa ocorrer e proporcionar o aprimoramento da formação profissional dos futuros educadores.

O Colégio de Aplicação Pedagógica da Universidade Estadual de Maringá, como campo de estágio para o desenvolvimento das atividades curriculares e didático pedagógicas das disciplinas de Estágio Supervisionado, está aberto a receber e acolher da melhor maneira possível os estagiários, oferecendo condições para que os mesmos possam auferir os melhores resultados que a experiência de desenvolver estágio proporciona aos futuros profissionais.

Modalidades

O estágio curricular supervisionado é desenvolvido nas seguintes modalidades:

a) Estágio Obrigatório- constitui-se em disciplina do currículo do curso a ser

cumprida para a integralização curricular;

b) Estágio Não Obrigatório - O estágio não obrigatório é uma atividade curricular desenvolvida pelo estudante, de caráter opcional que visa proporcionar a complementação do ensino e da aprendizagem, em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico, científico e de relacionamento humano.

As atividades de monitorias são ministradas pelos acadêmicos das diversas áreas da Universidade Estadual de Maringá, em contraturno.

Orientação/Supervisão

Por estar inserido dentro do processo de aprendizagem, o estágio curricular supervisionado deve ser, obrigatoriamente, acompanhado por:

Um professor orientador da área de formação do curso, vinculado à instituição de ensino; e um supervisor, pertencente ao quadro de pessoal do campo de estágio com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário.

Jornada de Estágio

- Máximo 6h/diárias - 30h/semanais no período letivo;
- Máximo 8h/diárias - 40h/semanais quando o projeto pedagógico prever períodos exclusivos para estágio;
- Duração mínima de um semestre letivo (para estágios não-obrigatórios);
- Excepcionalmente, nos períodos de férias escolares, a duração poderá ser inferior a um semestre letivo (100 dias) desde que previsto no projeto pedagógico (vide Legislação - Termo de Ajustamento de Conduta).

LEGISLAÇÃO VIGENTE DO ESTÁGIO

- [Lei Federal nº 11.788](#) de 25/09/2008, publicada em 26/09/2008.
- [Resolução Interna 009/2010-CEP](#).
- [Termo de Ajustamento de Conduta nº 2759/12](#) de 08/02/2012 (TAC) celebrado entre a UEM e o Ministério Público do Trabalho.

2) ESTÁGIO REMUNERADO

O estágio é o momento no qual o estudante poderá vivenciar e aplicar na prática e no cotidiano da área profissional na qual atuará os conhecimentos teóricos que agregou em sala de aula, aprimorando suas habilidades e conhecimentos. Trata-se de uma complementação no aprendizado dos estudantes, seja em nível médio, técnico

ou superiores. Em alguns casos, o estágio é remunerado, embora não caracterize como vínculo empregatício com a instituição.

Como parte integrante da formação, o estágio é garantido pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/96).

O Estágio remunerado no Colégio de Aplicação Pedagógica da UEM, conta atualmente com 10 acadêmicos, oriundos de diferentes áreas, supervisionado por um professor de cada curso da Universidade Estadual de Maringá.

Atividades realizadas pelos acadêmicos:

- Acompanhamento das aulas em diferentes anos do Ensino Fundamental e Médio;
- Auxílio em atividades pedagógicas (laboratórios, biblioteca, museus e exposições);
- Preparação de material pedagógico e aplicação de atividades didáticas com os alunos;
- Acompanhamento do trabalho realizado junto aos responsáveis pelos alunos;
- Acompanhamento das atividades estudantis (grêmios, representantes de sala e outros);
- Acompanhamento da prática burocrática escolar e atendimento ao público em geral.
- Realiza atividades pedagógicas com os alunos na falta dos professores.

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC - Ensino Médio

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) visa apoiar a política de Iniciação Científica desenvolvida nas Instituições de Ensino e/ou Pesquisa, por meio da concessão de bolsas de Iniciação Científica (IC) a estudantes integrados

na pesquisa científica. A cota de bolsas de (IC) é concedida diretamente às instituições, estas são responsáveis pela seleção dos projetos dos pesquisadores orientadores interessados em participar do Programa. Os estudantes tornam-se bolsistas a partir da indicação dos orientadores.

Com foco na criação de uma cultura científica, o PIBIC - Ensino Médio é dirigido aos estudantes do ensino médio e profissional com a finalidade de contribuir para a formação de cidadãos plenos, conscientes e participativos; de despertar vocação científica e de incentivar talentos potenciais, mediante sua participação em atividades de educação científica e/ou tecnológica, orientadas por pesquisador qualificado de instituições de ensino superior ou institutos/centros de pesquisas ou institutos tecnológicos.

OBJETIVOS

Fortalecer o processo de disseminação das informações e conhecimentos científicos e tecnológicos básicos, e desenvolver atitudes, habilidades e valores necessários à educação científica e tecnológica dos estudantes.

DURAÇÃO DA BOLSA

A bolsa terá duração de 12 (doze) meses (se implementada a partir do primeiro mês de vigência do processo institucional) com início em 1º de fevereiro.

BOLSA

A bolsa de Iniciação Científica para o estudante de ensino médio corresponde ao valor constante na [Tabela de Valores de Bolsas no País](#).

INSTITUIÇÕES

O PIBIC-EM será operacionalizado pelas instituições de ensino e pesquisa (Universidades, Institutos de Pesquisa e Institutos Tecnológicos [CEFETs e IFs]) que tiverem PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica) e/ou PIBITI (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação) para desenvolverem um PROGRAMA de educação científica que integre os estudantes das escolas de nível médio, públicas do ensino regular, escolas militares, escolas técnicas, ou escolas privadas de aplicação. As instituições de ensino e pesquisa serão as responsáveis pelas cotas de bolsas de Iniciação Científica Júnior para o Ensino Médio, concedidas pelo CNPq, e caberá a elas pleitear uma cota de bolsas ao CNPq.

PESQUISADOR

Requisitos para o orientador: Estar vinculado à instituição de Ensino e/ou Pesquisa que participe do PIBIC ou PIBITI; desenvolver pesquisa científica, e ser, preferencialmente, bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

Condições de participação: Participar em processo de seleção realizado em sua instituição de vínculo, devendo este, permanecer atento aos prazos estipulados em sua instituição.

ESTUDANTES

Requisitos: Cursar ensino médio em instituições que participem do programa, e participar regularmente das atividades do programa (*Fonte: <http://cnpq.br/> - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO*).

O Colégio de Aplicação Pedagógica da UEM conta com bolsas do PIBIC - Ensino Médio, distribuídas por meio de classificação, para os alunos dos primeiros e segundos anos do Ensino Médio, sob a orientação de professores/orientadores da Universidade Estadual de Maringá - UEM.

Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência–PIBID

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID foi regulamentado em 24 de junho de 2010, através de publicação no DOU – Diário Oficial da União, decreto nº 7.219 assinado pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo Ministro da Educação, Fernando Haddad.

É desenvolvido pelo Ministério da Educação e tem por finalidade apoiar a iniciação à docência de estudantes de licenciatura nas universidades brasileiras com o fortalecimento da sua formação para o trabalho nas escolas públicas. O Programa oferece bolsas, distribuídas nas diversas áreas dos cursos de licenciatura oferecidos pela Universidade, para estudantes e professores desses cursos e também para professores das escolas participantes do Programa.

Em 2013, o PIBID tornou-se Política de Estado, integrando-se às políticas educacionais organizadas pela Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96. Em 4 de abril de 2013, a Lei 12.796, sancionada pela Presidente da República, alterou o texto da LDB para incluir os seguintes parágrafos no Art. 62:

§ 4º - A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios adotarão mecanismos facilitadores de acesso e permanência em cursos de formação de docentes em nível superior para atuar na educação básica pública.

§ 5º - A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios incentivarão a formação de profissionais do magistério para atuar na educação básica pública mediante programa institucional de bolsa de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, de graduação plena, nas instituições de educação superior.

São objetivos do PIBID:

Incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica e contribuir para a valorização do magistério;

- Promover a integração entre educação superior e educação básica;

- Inserir os estudantes de licenciatura das universidades no cotidiano de escolas com a mediação dos profissionais em atuação rede pública de educação;
- Conhecer o trabalho dos professores em atuação na escola pública de ensino fundamental e de ensino médio, educação regular, educação do campo e educação de jovens e adultos;
- Incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como co-formadores dos futuros docentes e tornando-as protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério;
- Construir estratégias, metodologias e recursos para a atuação didática;
- Contribuir para a articulação entre teoria e prática;
- Valorizar a construção do conhecimento na escola;
- Valorizar os sujeitos que participam do cotidiano escolar;
- Contribuir para integrar escola, cidade e universidade;

A proposta do PIBID: trabalho integrado de formação docente.

Escola e universidade desenvolvem uma dinâmica de integração para a formação dos futuros professores e o espaço escolar é vivenciado pelos licenciandos para a construção de conhecimentos teórico e prático com o trabalho conjunto entre professores, alunos, supervisores e gestores da escola, professores e alunos dos cursos de licenciatura.

Podem apresentar propostas de projetos de iniciação à docência instituições federais e estaduais de ensino superior, além de institutos federais de educação, ciência e tecnologia com cursos de licenciatura que apresentem avaliação satisfatória no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Os estabelecimentos devem ter firmado convênio ou acordo de cooperação com as redes de educação básica pública dos municípios e dos estados, prevendo a participação dos bolsistas do Pibid em atividades nas escolas públicas.

O professor supervisor do PIBID na escola

- Participa das atividades do PIBID na Escola e na Universidade e compromete-se com a execução do projeto;
- Recebe os bolsistas de iniciação à docência do PIBID, viabilizando sua participação nas atividades didáticas e acompanhando suas ações;
- Informa à comunidade escolar sobre as atividades do projeto;
- Compartilha com a direção da escola e seus pares as boas práticas do PIBID.

Fontes: <http://portal.mec.gov.br/pibid> e <http://www.pibid.prograd.ufu.br/>

PIBID no Colégio de Aplicação Pedagógica

O Colégio de Aplicação Pedagógica - CAP/UEM conta, neste com bolsistas de PIBID desenvolvendo atividades nas turmas do ensino Fundamental e Médio em áreas como Pedagogia (Alfabetização e Gestão), História.

4.2.7 Projeto de Educação Física

Justificativa

Os alunos do curso de graduação de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá sob a orientação dos professores Liege Matheus da Silva (PIC/CNPq/FA/UEM), Silvana dos Santos, Giuliano Gomes de Assis Pimentel, realizam junto aos alunos do Ensino Fundamental I atividades de aventura na perspectiva da pedagogia crítico-superadora. Trata-se de um projeto político pedagógico elaborado com base no Estado da Arte. As orientações didático-metodológicas visam sistematizar o conhecimento nos ciclos básicos de ensino. Demonstramos como o conhecimento sobre a prática das atividades de aventura, por meio da organização coletiva de sua prática na escola e na comunidade, pode contribuir no desenvolvimento dos alunos.

[PPP Escola de Aventuras.docx](#)

4.2.8 Projeto Horta do Saber

TÍTULO: Horta do saber

COORDENAÇÃO: Osnil Alves Camargo Junior

JUSTIFICATIVA

O projeto "**Horta do Saber**" surge da necessidade de promover uma educação mais contextualizada, prática e interdisciplinar, utilizando a horta como um ambiente de aprendizagem vivo e dinâmico. Ao integrar diferentes áreas do conhecimento e possibilitar a vivência direta dos estudantes com os processos naturais de cultivo, o projeto atende às diretrizes de uma educação significativa, sustentável e voltada à formação integral dos alunos. A implantação da horta didática no Colégio de Aplicação Pedagógica da UEM (CAP-UEM) e na Fazenda Experimental de Iguatemi (FEI) permite o aproveitamento de espaços antes ociosos, transformando-os em laboratórios a céu aberto que favorecem práticas pedagógicas inovadoras. Por meio da participação ativa de professores e alunos do Centro de Ciências Agrárias, do Departamento de Pedagogia da UEM e do próprio CAP-UEM, o projeto proporcionará experiências concretas que reforçam e expandem os conteúdos trabalhados em sala de aula. Além disso, a elaboração de materiais didático-pedagógicos específicos para as atividades desenvolvidas na horta potencializa o processo de ensino-aprendizagem, beneficiando tanto alunos em processo de alfabetização quanto os dos níveis mais avançados. As aulas práticas e teóricas, realizadas semanalmente, possibilitam uma abordagem transversal de temas relevantes como sustentabilidade, alimentação saudável, preservação ambiental, além de favorecer o desenvolvimento de competências em disciplinas como biologia, matemática, ciências, história e geografia. Por fim, o projeto também visa despertar nos estudantes uma consciência crítica e responsável em relação ao meio ambiente e aos hábitos alimentares, contribuindo para a formação de cidadãos mais engajados e conscientes de seu papel na sociedade e no cuidado com o planeta.

[projeto horta do saber.pdf](#)

4.2.8 Projeto “Meninas nas Ciências Exatas”

Apoiar projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico e inovação do País, por meio do estímulo ao ingresso, à formação, à permanência e à ascensão de meninas e mulheres nas carreiras de Ciências Exatas, Engenharias e Computação.

[CNPq-MCTI-Mulheres n-31-2023 - Meninas nas Ciências Exatas Engenharias e Computação \(1\).pdf](#)

4.2.9 Projeto “Por uma Educação não Violenta”

Justificativa

A crescente medicalização e patologização das dificuldades escolares tem levado à redução dos processos educativos a diagnósticos clínicos que individualizam os problemas de aprendizagem e desconsideram a complexidade das relações pedagógicas e sociais presentes no cotidiano escolar. Comportamentos infantis que destoam das normas escolares são rapidamente classificados como transtornos mentais, conforme os critérios do DSM-V, como TDAH, dislexia, discalculia, entre outros, o que tem repercutido diretamente na prática docente e na formação inicial de professores. Essa perspectiva tem contribuído para a substituição de discussões pedagógicas fundamentais por uma lógica técnica e psicopatológica, deslocando o foco da formação docente para áreas de competência dos profissionais da saúde, especialmente da psicologia e da psiquiatria. Tal movimento enfraquece o papel do/a pedagogo/a na construção de estratégias educativas contextualizadas, ao mesmo tempo que reforça visões individualizantes, normativas e excludentes da infância. Diante disso, torna-se necessário criar espaços formativos que promovam uma compreensão crítica sobre os chamados "problemas de aprendizagem", articulando os saberes da educação e da psicologia de forma dialógica, sem reduzir a criança à sua suposta disfunção. É preciso recuperar o debate pedagógico como central na formação de educadores/as e

resistir às práticas que reproduzem uma educação violenta, excludente e despolitizada. Portanto, esta proposta justifica-se pela urgência de enfrentar a lógica lexicalizante, valorizando abordagens teórico-metodológicas que reconheçam a diversidade humana, a singularidade dos sujeitos e os determinantes sociais, culturais e institucionais da aprendizagem.

[Projeto de extensão - Coordenação Professora Aline Rollins Lunardelli.pdf](#)

4.2.9 Viagens Pedagógicas

A viagem pedagógica configura-se como uma importante estratégia educativa complementar, integrando teoria e prática em um processo de aprendizagem significativo. Essa atividade extrapola os limites da sala de aula e proporciona aos estudantes vivências que ampliam sua compreensão sobre conteúdos curriculares, contextos históricos, culturais, científicos, ambientais e sociais.

No Colégio de Aplicação Pedagógica da UEM (CAP/UEM), a viagem pedagógica é planejada de forma interdisciplinar e alinhada aos objetivos educacionais estabelecidos no currículo escolar. Sua organização envolve a participação da equipe gestora, professores, estudantes e responsáveis, respeitando os princípios da responsabilidade, segurança, acessibilidade e relevância pedagógica.

Essa prática tem como finalidade proporcionar aos estudantes a oportunidade de vivenciar, in loco, conhecimentos previamente estudados, promovendo o desenvolvimento de habilidades como autonomia, responsabilidade, convivência, observação crítica e reflexão. Além disso, favorece a integração entre os participantes e estimula a valorização do patrimônio cultural e natural.

As viagens pedagógicas são precedidas de estudos preparatórios e seguidas de atividades de socialização e avaliação, com o intuito de consolidar as aprendizagens. Dessa forma, essa ação fortalece o compromisso da escola com uma educação integral, que articula conhecimento, experiência, cultura e cidadania.

Para garantir a segurança, legalidade e valor pedagógico das viagens de estudos realizadas com os alunos, as seguintes medidas devem ser obrigatoriamente

adotadas:

1. Planejamento Pedagógico

A viagem deve estar vinculada ao projeto político pedagógico (PPP) da escola, com objetivos educacionais claros e alinhados às propostas curriculares.

2. Autorização dos Responsáveis

É imprescindível obter a autorização por escrito dos pais ou responsáveis legais de todos os alunos participantes.

3. Seguro escolar

Todos os alunos devem estar devidamente cobertos por seguro escolar durante o período da viagem

4. Transporte legalizado

O transporte utilizado deve obedecer à lei nº 13.855/2019, que regulamenta o transporte escolar. A empresa contratada deve estar legalmente regularizada, com veículos vistoriados e motoristas devidamente habilitados para o transporte de escolares.

5. Relação dos Responsáveis

Deve-se garantir a presença de um número adequado de professores ou monitores acompanhantes, conforme a proporção estabelecida pela instituição ou orientação do NRE.

6. Roteiro de Viagem

Um roteiro detalhado com horários, locais e atividades deve ser elaborado e encaminhado previamente ao Núcleo Regional de Educação (NRE) Maringá.

7. Lista de Alunos e Informações Emergenciais

Manter uma lista atualizada dos alunos participantes, incluindo contatos de emergência e informações sobre o uso de medicamentos ou restrições

alimentares, se houver.

8. Condições de Segurança e Conforto

Providenciar itens essenciais ao bem-estar dos alunos, como fornecimento de água potável e alimentação adequada durante a viagem.

EM 2025 os alunos do Clube de Ciências fizeram uma visita pedagógica ao evento Ciência Aberta no CNPEM (Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais), os integrantes do Clube de Ciências, do CAP-UEM, tiveram a oportunidade de explorar de perto os bastidores de uma das maiores estruturas científicas da América Latina. A programação permitiu o contato direto com pesquisadores, laboratórios de ponta e experimentos interativos, especialmente nas áreas de biotecnologia, nanotecnologia e luz síncrotron. Os estudantes ficaram especialmente impressionados com a visita ao Sirius, uma das fontes de luz síncrotron mais avançadas do mundo, onde puderam compreender como a ciência brasileira está na vanguarda da pesquisa em materiais, saúde, energia e meio ambiente.

A experiência foi enriquecedora tanto do ponto de vista científico quanto pessoal. Os participantes retornaram inspirados pelo ambiente de inovação e pelo papel transformador da ciência na sociedade. Além disso, a viagem fortaleceu o vínculo entre os membros do clube, despertando novas perguntas, projetos e interesses científicos que serão levados para as atividades no CAP-UEM. O evento proporcionou uma vivência concreta do que é fazer ciência no Brasil, alimentando a curiosidade e o desejo de contribuir ativamente com soluções para os desafios contemporâneos por meio da pesquisa e da educação científica.

4.3. Ações Referentes à Flexibilização Curricular

Todo o aluno que apresenta qualquer necessidade de atendimento educacional diferenciado tem direitos aos encaminhamentos adequados a sua situação. Os

documentos legais publicados como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LEI 9394/96), Diretrizes Curriculares nacionais para a Educação Especial na Educação Básica e vários outros já publicados, determinam direitos e deveres aos alunos na educação sistematizada. Nos documentos constata-se a necessidade de um trabalho pedagógico inclusivo que garanta os apoios e recursos necessários para a acessibilidade física e educacional de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino comum. Assim, o Projeto Político-Pedagógico e os Planos de ação das escolas devem constar ações que viabilizem o bom desempenho escolar de todos os alunos. Essas ações são as flexibilizações curriculares aos estudantes da educação especial, viabilizados através de trabalhos colaborativos entre professores. Como também aos alunos atendidos pelo Serviço de Apoio à Rede Escolarização Hospitalar – SAREH, os estudantes afastados pelo Decreto Lei nº 1044/69 e pela Lei nº 6202/75, os estudantes em cumprimento de medidas socioeducativas, estudantes do Programa de Aceleração de Estudos – PAE e outras situações.

4.3.1 Flexibilização Curricular na Educação Especial

A inclusão educacional deve ser compreendida como o direito à igualdade de oportunidades. A legislação atual permite que a educação inclusiva se torne realidade, contribuindo com a quebra de barreiras e garantindo o direito dos alunos com necessidades educacionais especiais a um sistema educacional adaptado às suas necessidades e não o contrário, ou seja, os alunos adaptando-se ao sistema educacional.

Adaptações curriculares ou flexibilizações curriculares não podem tornar-se simplificação do currículo, mas sim formas, estratégias, métodos, recursos responsáveis e comprometidos com as necessidades educacionais de cada aluno, fazendo com que o mesmo obtenha sucesso ao ser incluído no ensino regular. Assim, a flexibilização curricular deve ser pensada e organizada de forma a atender o amplo grupo de alunos que apresentam necessidades de atendimento educacional especializado.

Com relação à legalidade da flexibilização curricular, encontramos o respaldo nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica que orienta:

“Flexibilizações e adaptações curriculares, que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, em consonância com o projeto pedagógico da escola, respeitada a frequência obrigatória;”

Portanto, na prática as adaptações/flexibilizações curriculares devem se efetivar no contexto educacional inclusivo, para que o currículo deixe de ser um eixo articulador das diferenças.

As flexibilizações/adaptações/adequações curriculares estão vinculadas às Adaptações de Pequeno Porte, que nos documentos oficiais da educação diz que são ações exclusivas dos professores. Porém entendemos que todos os ajustes relacionados à inclusão dos alunos, estão diretamente ligados não só aos professores do ensino regular como também da Educação Especial, mas também de todos os profissionais da escola.

Deve-se frisar também que, ao se promover flexibilizações dos conteúdos curriculares de forma adequada, responsável e comprometida com as necessidades educacionais especiais dos alunos, não quer dizer reduzir ou eliminar aspectos dos conteúdos e dos objetivos curriculares, mas ajustá-los às condições de aprendizagem dos mesmos. Desta forma, a flexibilização deverá tornar-se prática comum na ação pedagógica da escola e assim passar a integrar efetivamente no Projeto Político Pedagógico e no Plano de Ação Docente. Assim, o trabalho colaborativo entre professores do ensino comum e professores da educação especial se efetiva, resultando no desempenho escolar positivo aos alunos com necessidades educacionais especiais e conseqüentemente a inclusão torna-se justa para todos.

4.4 Proposta Pedagógica Curricular

A proposta pedagógica curricular do CAP/UEM é um documento que integra o Projeto Político-Pedagógico e tem por objetivo fundamentar e organizar os conhecimentos científicos das diferentes disciplinas que compõem cada etapa da educação ministrada na instituição, conforme matriz curricular, norteadas pelas Diretrizes Curriculares da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino e demais legislações vigentes. Além dos conhecimentos científicos que compõem as disciplinas do currículo, existe uma demanda cultural e social que cria a necessidade de promover as discussões em torno de outros conteúdos, entre eles, destacamos os conhecimentos relacionados ao corpo e suas diversas expressões da sexualidade humana, como a homossexualidade, heterossexualidade, bissexualidade, saúde sexual e reprodutiva, diferentes expressões da identidade de gênero; os conhecimentos sobre as diferentes culturas e etnias, como: africana e afro-brasileira, cigana, quilombola, ilhéu e ribeirinha; e os diferentes tipos de violências contra a criança, o adolescente, a mulher e outros grupos que sofrem discriminação nos espaço de convivência que frequentam. A Proposta Curricular do CAP/UEM está sendo apresentada por etapa de ensino.

4.4.1 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR(PPC):

A PPC segue a matriz curricular em vigência para cada segmento, forma de organização e modalidade escolar. Além disso, sua definição pela instituição tem como base os referenciais e currículos destinados à rede estadual de ensino do Paraná.

Considerando-se o contexto pós pandemia é preciso atender a necessidade de recomposição das aprendizagens, assim, os documentos norteadores são levados à prática de forma coerente com cada realidade. Isto quer dizer que cada instituição deve avaliar os níveis de aprendizagens atingidos pelos estudantes ao definir sua Proposta Pedagógica Curricular.

A Secretaria de Educação do Paraná - SEED define a Proposta Pedagógica Curricular (PPC):

É um dos documentos da escola que sistematiza a organização do conhecimento no currículo, pois é na PPC que acontece a concretização do ensino através da seleção dos conteúdos considerados como imprescindíveis à formação e emancipação dos estudantes. (SEED) ^[1]

Os conteúdos são selecionados e dispostos de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as Diretrizes Curriculares Orientadoras da Educação Básica para a Rede Estadual de Ensino, o Currículo da Rede Estadual Paranaense (CREP), o Currículo Priorizado, o Caderno de Expectativas de Aprendizagem, os Cadernos de Itinerários Formativos para o Novo Ensino Médio e as legislações vigentes.

Cabe ressaltar a relevância de se tratar de um escopo que, conforme define, SOUZA e SANTOS (2021)

É um documento que vai além de simples conteúdos representados no papel, posto em prática mediante planejamento escolar trabalhado em sala de aula, é uma perspectiva de ensino de qualidade que vem ao encontro de um objetivo comum, a formação integral do aluno.

Diante do exposto é que a PPC trata dos objetos de conhecimento, mas também das competências e habilidades que devem ser trabalhadas com vistas à formação integral dos estudantes.

[1] PARANÁ. Secretaria de Estadual de Educação - SEED. Organização do Trabalho Pedagógico - Documentos Referenciais da Escola - PPC. Disponível em: <<http://www.gestoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1462#:~:text=O%20que%20%C3%A9%20a%20Proposta,forma%C3%A7%C3%A3o%20e%20emancipa%C3%A7%C3%A3o%20dos%20estudantes.>>

[2] SOUZA, Danubia de Jesus; SANTOS, Pedro Fernando dos. **Proposta curricular no âmbito educacional: relevâncias para construção de aprendizagens na escola.** Id onLine Rev. Psic. V.15, N. 58, p. 49-57, dezembro/2021 - Multidisciplinar. ISSN 1981-1179 Edição eletrônica em <http://idonline.emnuvens.com.br/id>

4.4.2 Proposta Pedagógica Curricular – Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)

[matriz curricular CBA_2023.pdf](#)

4.4.3 ARTE

[PPC_ARTES_CBA.pdf](#)

4.4.4 CIÊNCIAS

[PPC_CIENCIAS_CBA.pdf](#)

4.4.5 EDUCAÇÃO FÍSICA

[PPC_EDUCAÇÃO_FISICA_CBA.pdf](#)

4.4.6 ENSINO RELIGIOSO

[PPC_ENSINO_RELIGIOSO_CBA.pdf](#)

4.4.7 GEOGRAFIA

[PPC_GEOGRAFIA_CBA.pdf](#)

4.4.8 HISTÓRIA

[PPC_HITÓRIA_CBA.pdf](#)

4.4.9 LÍNGUA PORTUGUESA

[PPC_LINGUA_PORTUGUESA_CBA.pdf](#)

4.4.10 MATEMÁTICA

[PPC_MATEMATICA_CBA.pdf](#)

4.4.11 LÍNGUA INGLESA

[PPC_INGLES_CBA.pdf](#)

4.5 Proposta Pedagógica Curricular - Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano)

Matriz Curricular

 **MatrizEF_REGULAR E CAMPO_4060_8 e 9 - Manhã - Assinado (2).pdf**

 **Matriz EF_REGULAR E CAMPO_4060_8 E 9 - Tarde - Assinado (1).pdf**

4.5.1 Área de Linguagens e suas tecnologias

a) *Língua Portuguesa (BNCC)*

PPC_LÍNGUA_PORTUGUESA_EF.pdf

b) *Redação e Leitura (Parte Diversificada)*

PPC_REDAÇÃO LEITURA_EF.pdf

c) *Língua Inglesa (BNCC)*

PPC_LÍNGUA_INGLESA_EF .pdf

d) *Arte (BNCC)*

PPC_ARTE_EF.pdf

e) *Educação Física (BNCC)*

PPC_ED_FISICA_EF.pdf

4.5.2 Área de Ciência Humanas e Sociais e Aplicadas

a) *História (BNCC)*

PPC_HISTORIA_EF .pdf

b) *Geografia (BNCC)*

PPC_GEOGRAFIA_EF.pdf

c) *Ensino Religioso (BNCC)*

PPC_ENS.RELIGIOSO EF.pdf

4.5.3 Área de Matemática e suas Tecnologias

PPC_MATEMÁTICA_EF.pdf

4.5.4 Área de Ciência da Natureza e suas Tecnologias

PPC_CIÊNCIAS_EF.pdf

4.5.5 Pensamento Computacional (Parte Diversificada) - 8º e 9º anos

PPC_PENS.COMPUTACIONAL_EF.pdf

4.6 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO
ENSINO MÉDIO - 1ª -2ª 3ª séries

MATRIZ CURRICULAR - ENSINO MÉDIO REGULAR - 1ª, 2ª e 3ª SÉRIES

 **2343_NEM_REGULAR_MATEMÁTICA - assinado (1).pdf**

 **2341_NEM_REGULAR_LÍNGUA INGLESA_LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANA...**

4.6.1 Formação Geral Básica

Área de Linguagens e suas Tecnologias:

O quadro organizador da área reúne os componentes curriculares de Arte, Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Educação Física. Eles se apresentam agrupados por série e trimestres, de acordo com a matriz curricular. Os elementos que o constituem são: competências, habilidades, objetivos de aprendizagem, objetos do conhecimento e

possibilidades de conteúdos.

EM_LINGUAGEM_QUADRO_ORGANIZADOR.pdf

Área de Ciência Humanas e Sociais e Aplicadas:

O quadro organizador da área reúne os componentes curriculares de História, Filosofia, Geografia e Sociologia. Eles se apresentam agrupados por série e trimestres, de acordo com a matriz curricular. Os elementos que o constituem são: competências, habilidades, objetivos de aprendizagem, objetos do conhecimento e possibilidades de conteúdos.

III ÁREA DE CIÊNCIAS HUMNAS E SOCIAIS APLICADAS - <httpsdrive.google.com...>

Área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias:

O quadro organizador da área reúne os componentes curriculares de Biologia, Física e Química. Eles se apresentam agrupados por série e trimestres, de acordo com a matriz curricular. Os elementos que o constituem são: competências, habilidades, objetivos de aprendizagem, objetos do conhecimento e possibilidades de conteúdos.

II ÁREA DE CIÊNCIAS DA NATUREZA E TECNOLOGIA <httpsdrive.google.comfile...>

Área de Matemática e suas Tecnologias:

O quadro organizador da área destaca o componente curricular de Matemática. Ele se apresenta por série e trimestres, de acordo com a matriz curricular. Os elementos que o constituem são: competências, habilidades, objetivos de aprendizagem, objetos do conhecimento e possibilidades de conteúdos.


IV MATEMATICA E SUAS TECNOLOGIAS - <httpsdrive.google.comfiled1WOvOAQ...>

4.6.2 Parte Flexível Obrigatória

As Unidades Curriculares ofertadas para todos os estudantes no estado do Paraná são: Projeto de Vida, Educação Financeira e Pensamento Computacional.

O Projeto de Vida é fundamental para articular, integrar e incentivar o estudante a vivenciar seu protagonismo no processo de aprendizagem.

[PPC PROJETO VIDA EM.pdf](#)

 projeto de vida educação financeira pensamento computacional.pdf

A Educação Financeira pretende contribuir com o desenvolvimento de competências que agreguem potencial às decisões, interesses e perspectivas dos estudantes em relação ao seu projeto de vida, assim como uma atitude consciente em relação às questões financeiras.

[PPC EDUCAÇÃO FINANCEIRA EM.pdf](#)

O Pensamento Computacional visa apoiar os jovens no processo de aprendizagem desenvolvendo habilidades e competências para a criação de tecnologias digitais como sites, jogos e aplicativos, por meio de linguagens de programação.

[PPC PENSAMENTO COMPUTACIONAL EM.pdf](#)


4.6.3 Parte Flexível: Itinerários Formativos Integrados

Os Itinerários Formativos Integrados são compostos por Trilhas de Aprendizagem que estão organizadas para apoiar a prática docente. As Trilhas de Aprendizagem visam o aprofundamento de saberes com base na problematização, na investigação científica e na intervenção social e o desenvolvimento de habilidades de quatro eixos: Investigação Científica, Processos Criativos, Intervenção e Mediação Sociocultural e Empreendedorismo. As Trilhas têm em comum a forma de apresentação que se constitui de três seções temáticas, uma referente a cada trimestre; objetivos de aprendizagem, como ponto de partida para a orientação do planejamento docente, em direção ao desenvolvimento das habilidades previstas de acordo com o(s) eixo(s) definido. Além disso, as Trilhas apresentam elementos de apoio como a problematização; estratégias

de ensino pautadas no método ativo; recursos de apoio, assim como, possibilidades de avaliação.

Trilhas de Aprendizagem (MAT e CNT):

- Empreendedorismo - tem como principal objetivo promover a utilização de saberes da Matemática para apoiar o estudante no planejamento, organização e execução de um plano de negócio, com o foco em empreender projetos pessoais ou produtivos articulados aos seus projetos de vida.

 Trilha de Empreendedorismo.pdf


- Robótica I - tem como objetivo principal inserir a Robótica no âmbito educacional como Ciência ligada à área tecnológica, com um amplo arcabouço para trabalhar diferentes conhecimentos de forma interdisciplinar e desenvolver significativas habilidades e competências para o sujeito do século XXI.

 Trilha de Robótica I.pdf

- Biotecnologia - tem como principal objetivo apresentar aos estudantes a importância da Biotecnologia para o desenvolvimento da humanidade, promover a compreensão sobre as aplicações das técnicas e os impactos decorrentes desta ciência na sociedade.


 Trilha de Biotecnologia.pdf

- Programação I - o objetivo é apresentar aos estudantes a programação como prática pedagógica para o desenvolvimento do pensamento computacional, proporcionando ao estudante conhecimento e condições para aplicação de linguagens de computação.


 Trilha de Programação I.pdf

Trilhas de Aprendizagem (CHS e LGG):


- Oratória I - tem como objetivo aprofundar, consolidar e desenvolver habilidades relativas à oratória e à comunicação assertiva por meio das práticas de linguagem.

 Trilha de Oratória I.pdf


- Mídia Digitais e Processos Criativos - tem como objetivo aprofundar e desenvolver os conhecimentos dos estudantes sobre práticas artísticas, recursos criativos, mídias digitais e suas interações na sociedade de forma crítica e responsável.

 Trilha de Mídias Digitais.pdf

- Práticas Esportivas - tem como principal objetivo aprofundar e ampliar os conhecimentos dos estudantes acerca das diferentes práticas esportivas, ressaltando o esporte como fenômeno sociocultural de grande relevância na sociedade, sendo considerado um patrimônio cultural da humanidade.

 Trilha de Práticas Esportivas.pdf

- Liderança e Ética - tem como principal objetivo desenvolver habilidades relacionadas à liderança por meio da vivência de situações cotidianas, tendo como base diversas teorias filosóficas.

 Trilha de Liderança e ética.pdf

REFERÊNCIAS:

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. 1ª ed. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 2001.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBN 9394/96.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CONSELHO PLENO RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020 (*)
Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de

Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada).

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 3 ago. 2025.

ENGELS, Friedrich. (1986). Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. IN: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Obras escolhidas. v. 2. São Paulo: Alfa Omega, p. 267-280.

FERNANDES, D. Avaliar para melhorar as aprendizagens: análise e discussão de algumas questões essenciais. Portugal, CIEPUE: Universidade de Évora, 2011.

FERNANDES, D. Avaliação das Aprendizagens: Refletir, Agir e Transformar. In Futuro Congressos e Eventos (Ed.), Livro do 3.º Congresso Internacional Sobre Avaliação na Educação, pp. 65-78. Curitiba: Futuro Eventos Avaliação Das Aprendizagens: Reflectir, Agir e Transformar. Portugal, 2005.

GATTI, Bernadete. A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. 2010. disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/R5VNX8SpKjNmKPxxp4QMt9M/?lang=pt&format=pdf>

GIROUX, Henry. O pós-modernismo e o discurso da crítica educacional. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). Teoria educacional crítica em tempos pós-modernos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993. p. 41-69.

LEMOV, Doug. Aula Nota 10: 63 Técnicas para Melhorar a Gestão da Sala de Aula. 3ª edição. 2022.

LIBÂNEO, J. C. Didática. São Paulo: Cortez, 1994.

LLAVADOR, F. Beltrán. Lasdeterminaciones y el cambio del currículo. In: ANGULO, José Félix; BLANCO, Nieves (Coord.). Teoría y desarrollodel currículo. Málaga: EdicionesAljibe, 1994. p. 369-383.

LÜCK, Heloísa Dimensões de gestão escolar e suas competências. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

MARQUES, L. N., & Bandeira, A. (2018). Reflexões sobre alfabetização e letramento com base em pressupostos teóricos de Cagliari, Ferreiro, Feil e Soares. Salão Do Conhecimento, 4(4). Disponível em: <https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/view/10396>

MCNEIL, John. O currículo reconstrucionista social. Tradução de José Camilo dos Santos Filho. Campinas: editora, 2001a.

MORIN, E. La mente bien ordenada: repensar la reforma, reformar elpensamiento. Barcelona: Seix Barral, 2001. disponível em: https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1QJBGrxOukfquH7v_b0BDaj-DI7f6LKP

OLIVEIRA, Marta Kohl de. Vygotsky. Aprendizado e Desenvolvimento um Processo Sócio – Histórico. 1993. São Paulo. Ed. Scipione.

PARANÁ. Prova Paraná Avaliação Diagnóstica. Disponível em: <https://www.provaparana.pr.gov.br/>

PARANÁ. Prova Paraná Mais. Disponível em: <https://www.educacao.pr.gov.br/Prova-Parana-Mais>

PARO. Vitor Henrique. GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA PÚBLICA, 4ª ed. Editora Cortez. 2017

PERRENOUD. Philippe, Teoria das competências, 1999: disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1p4t8Q2P0KSIWnerUDhGcCvz98XERY5ja/view?usp=sharing>

PEREIRA, Cleverson Carlos. O Desenvolvimento do Adulto à Luz da Perspectiva Histórico-Cultural - Reafirmando as Contribuições dos Espaços Não Formais ao Ensino Superior.2019.disponívelem: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA5_ID14219_26092019140743.pdf

POZO. Juan Ignacio, A SOCIEDADE DA APRENDIZAGEM E O DESAFIO DE CONVERTER INFORMAÇÃO EM CONHECIMENTO. Disponível em: <http://udemo.org.br/A%20Sociedade.pdf> ,2004.

RAMOS, Marise. Concepção do Ensino Médio Integrado. 2008. disponível em:

<https://tecnicadmiwj.files.wordpress.com/2008/09/texto-concepcao-do-ensino-medio-integrado-marise-ramos1.pdf>

REIS, Pedro. Observação de Aulas e Avaliação do Desempenho Docente. 2019. disponível

em: <https://midiasstoragesec.blob.core.windows.net/001/2019/05/pedro-reis.pdf>

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia Histórico-Crítica. 2003. São Paulo. Autores Associados.

SILVEIRA, Jader Luís da SS587s Abordagens Sobre Educação Inclusiva / Jader Luís da Silveira. – Formiga (MG): Editora Multianual, 2020.

SOARES, Magda. Alfabetização e Letramento: caminhos e descaminhos. Artigo publicado pela revista Pátio – Revista Pedagógica de 29 de fevereiro de 2004, Ed. Artmed.

TEIXEIRA, Viviane L. A união entre alfabetização e letramento: o processo de aprendizagem da leitura. Revista da ABRALIN, v. 19, n. 2, p. 1-5, 2020. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1652>

TOLEDO. Lívia Cristina Navarrete de. SANTOS. Michelle Aparecida Ferreira dos. A velhice: uma análise deste período do desenvolvimento humano na perspectiva da psicologia histórico-cultural. 2022. disponível em: <https://downloads.editoracientifica.com.br/articles/220207689.pdf>

VYGOTSKY, L. S. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1991b.